

**MARCEL CLÁUDIO SANT' ANA**

**A COR DO ESPAÇO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA  
ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, O  
EXEMPLO DE BRASÍLIA.**

**BRASÍLIA  
2006**

**MARCEL CLÁUDIO SANT' ANA**

**A COR DO ESPAÇO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA  
ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, O  
EXEMPLO DE BRASÍLIA.**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Planejamento e Desenho Urbano.

Orientador: Prof<sup>o</sup>.Dr. Luiz Alberto de Campos Gouvêa.

Aprovado por:

---

Luiz Alberto Gouvêa, Doutor (UnB)  
(Orientador)

---

Neio Lúcio de Oliveira Campos, Doutor (UnB)  
(Examinador Interno)

---

Raquel Rolnik, Doutora (PUC Campinas)  
(Examinadora Externa)

**BRASÍLIA  
2006**

Aos milhões de negros e negras esquecidos pela nação brasileira:

“Aqueles que não inventaram nem a pólvora nem a bússola. Aqueles que não souberam dominar nem o vapor nem a eletricidade. Aqueles que não exploraram nem os mares nem o céu.”

Mas aqueles sem os quais o Brasil não seria o Brasil.

## AGRADECIMENTOS

A Beatriz — Beia—, minha tia, minha mãe... Pessoa presente em todos os momentos de minha vida.

Aos meus avós, Joaquim e Tereza, pedras angulares da minha formação.

Ao meu orientador, Luiz Alberto de Campos Gouvêa, pela liberdade ao longo do processo de desenvolvimento desta dissertação.

A Neio Campos e Raquel Rolnik por aceitarem compor esta banca.

Aos colegas do Departamento de Planejamento Urbano do Ministério das Cidades — Heloísa, Nathan, Marina, Marcos, Yeda e Lídia — por aturarem meu muitas vezes estar em *corpo presente*.

A Benny Schasberg pela flexibilidade do horário de trabalho.

A Regina Pozzobon, grande professora, pelo constante estímulo.

A Kazuo Nakano pelas questões levantadas e pela ajuda no entendimento da dimensão estatística desta pesquisa.

A Júlia e a Roberta pelo apoio na clarificação de algumas obscuridades comuns em meu processo de escrita.

Ao professor Jaime Almeida pelo apoio no início desta caminhada.

A Meirelaine e Rogério, amigos constantes e companheiros nos maus momentos e nos de ebriedade... Sem vocês a pesquisa não chegaria ao ponto em que está.

Aos companheiros do Sindicato dos Arquitetos, especialmente Junior e Elza, por entenderem os motivos de minha ausência.

A todos que direta e indiretamente colaboraram com esta pesquisa.

## RESUMO

É possível falar em segregação sócio-espacial estruturada por fatores raciais?

Em face desta pergunta, o objetivo da pesquisa é fazer uma reflexão sobre as relações raciais na sociedade brasileira, direcionando o foco de análise sobre a ação da sociedade na configuração das cidades. Para isto adotamos como exemplo de caso a cidade de Brasília, capital Federal do país, representação máxima do modelo de planejamento vigente.

Para entender as questões raciais em sua relação com a estrutura social, da qual o espaço urbano faz parte, a pesquisa se desenvolve sobre três focos: o primeiro trata da discussão do elo entre sociedade e espaço, procurando entender o papel das relações raciais no desenvolvimento social e na estruturação das cidades; o segundo trata da análise dos fundamentos teóricos que explicam a posição dos negros e dos brancos em nossa sociedade; e o terceiro analisa a configuração do espaço urbano do Distrito Federal a partir da cor e grau de desenvolvimento social da população residente.

Como pano de fundo para estas questões, devemos ter em mente o caráter dicotômico do espaço urbano — por um lado ele atua como reflexo da estrutura social e por outro atua como componente estruturante do corpo social. Enquanto componente da estrutura social, a cidade contribui para a manutenção da distância social entre negros e brancos no Brasil: as cidades, com seus espaços perversamente desiguais, acabam por centralizar as vantagens urbanas nas áreas ocupadas majoritariamente pela população branca, enquanto que para as áreas ocupadas majoritariamente pela população negra resta a irregularidade fundiária, a falta de infra-estrutura e serviços urbanos.

Deste modo, Brasília enquanto espaço urbano, fruto de uma estrutura social moldada por questões raciais veladas, confirma em pedra, asfalto e concreto as práticas sociais que fundamentam a estrutura sócio-racial de nosso país.

**PALAVRAS CHAVES:** Segregação sócio-espacial, relações raciais, estrutura social, campo econômico.

## **ABSTRACT**

Is it possible to consider social-espacial segregation based on racial factors?

With this question as a starting point, the aim of this research is to reflect on the racial relations of Brazilian society, focusing on the action of society upon the spatial configuration of its cities. The case study is Brasilia, Brazil's capital city, which is also a perfect example of the hegemonic planning practices.

To understand the relation between racial issues and social structure, where urban space also belongs, the research focuses on three main points: the reconstruction of the link between society and space, aiming to understand the role played by racial relations on social development and on the structuring of cities; the analysis of the theoretical fundamentals explaining white and negro population's place in our society; and finally, the analysis of the Federal District's urban space configuration based on color and social development levels of the population.

The dichotomy of urban space is a necessary background to these issues – on the one hand it is a reflex of the social structure, on the other it acts as a structuring component of social body. As a structuring component of society, the city helps to maintain social distances between black and white people in Brazil: with its perversely unequal spaces and opportunities, the Brazilian city concentrates advantages in areas occupied by mainly by the white population, while leaving to the negro population irregularity, lack of infra-structure and urban services.

Thus, Brasilia as an urban space, outcome of a social structure built on non-apparent racial issues, reaffirms, in stone and concrete, the social practices which are the basis of our country's social and racial structure.

### **I too sing America**

"I am the darker brother  
They send me to eat in the Kitchen  
When company comes  
But I laugh  
And eat well  
And grow strong

Tomorrow  
I'll be at the table  
When company comes  
Nobody'll dare  
Say to me  
'Eat in the kitchen'  
Then.  
Besides,  
They'll see how beautiful I am  
And be ashamed —  
I, too, am America."

(Hugres)

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>CAPITULO I. SOCIEDADE &amp; ESPAÇO .....</b>	<b>6</b>
1.1- <i>ESTRUTURA SOCIAL &amp; ESPAÇO URBANO</i> .....	9
1.2- <i>A SEGREGAÇÃO ESPACIAL</i> .....	14
1.2.1 - <i>A Segregação Espacial no Distrito Federal</i> .....	17
<b>CAPÍTULO II. AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL .....</b>	<b>25</b>
2.1 – <i>DA DOMINAÇÃO FÍSICA À SIMBÓLICA</i> .....	26
2.2 – <i>MISCIGENAÇÃO OU ASSIMILAÇÃO?</i> .....	32
2.2 - <i>A BRANQUITUDE</i> .....	35
<b>CAPÍTULO III. O LUGAR DO NEGRO E O LUGAR DO BRANCO .....</b>	<b>42</b>
2.1 - <i>A NOÇÃO DE COR DO BRASILEIRO</i> .....	44
2.1.1 - <i>Sistemas de Classificação</i> .....	46
2.2 - <i>A COMPOSIÇÃO POR COR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA</i> .....	52
2.3 - <i>A COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA</i> .....	58
2.4 - <i>INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA: A MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES</i> .....	60
2.4.1 - <i>Esperança de Vida ao Nascer</i> .....	61
2.4.2 - <i>Violência</i> .....	62
2.4.3 - <i>Acesso aos Serviços de Saúde</i> .....	65
2.4.4 - <i>A Cor da Riqueza Nacional</i> .....	67
2.4.5 - <i>A Heterogeneidade da Educação Brasileira</i> .....	75
2.5 - <i>O NEGRO COMO LUGAR DE INTERSECÇÃO</i> .....	81
<b>CAPÍTULO IV. A SEGREGAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO V. A CONFORMAÇÃO DA ESTRUTURA RACIAL NO DISTRITO FEDERAL* .....</b>	<b>97</b>
5.1- <i>TERRITÓRIOS NEGROS E TERRITÓRIOS BRANCOS</i> .....	105
5.2 - <i>INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS</i> .....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>136</b>

\* O conteúdo do capítulo V só estará disponível a partir de março de 2006.



## INTRODUÇÃO

Para o brasileiro “médio”, munido de um estoque considerável de senso comum, custa acreditar que sob certos aspectos a instituição de práticas racistas no Brasil se equipara à instituição de práticas racistas da sociedade americana: afinal, bombardeado desde sua infância por uma ideologia que “representa” o âmago da nossa identidade nacional — a “democracia racial” —, a este brasileiro só cabe a reprodução das relações raciais tal qual lhe foi inculcado em seu processo de socialização, só cabe o silêncio quanto a possíveis processos articulados em nível de uma estruturação racial da realidade social. Para este brasileiro as práticas culturais, principalmente em sua expressão simbólica, trataram de invisibilizar qualquer nuance de racialização da estrutura social: Em seu dia-a-dia, tomado por um espírito iluminista que alimenta a sua noção de democracia racial, mal consegue enxergar o seu lugar social como resultado de uma nítida obediência a um padrão de estratificação social vinculado à sua característica fenotípica.

Esta forma de enxergar-se na estrutura social como um ser independente cuja posição alcançada se deve ao próprio mérito, um sonho idílico da proposta individualista-capitalista, faz do brasileiro médio portador de uma cegueira que o beneficia ou o onera, a depender de suas características raciais. Essa cegueira providencial acaba por lhe garantir certa tranquilidade no conviver diariamente as desigualdades sociais que o circundam, lhe garante entender a desigualdade social apenas pelo viés econômico que abarca a população como um todo, independentemente do grupo racial a qual pertença. Neste jogo de esconde-esconde, que caracteriza as relações raciais no Brasil, negros e brancos podem ser privilegiados: os primeiros porque podem gozar da ilusão de sentirem-se aceitos por sua nação, independentemente de sua aparência física; os segundos porque lhes é permitido continuar gozando das vantagens sociais de ser branco sem maiores choques sociais, a esta naturalização da apropriação das vantagens sociais pela raça branca denominaremos ‘capital racial’.

É neste jogo de disputas raciais veladas que se dá a produção do espaço urbano. Aqui o espaço deve ser entendido como um componente da estrutura social.

Com o espaço exercendo a função de componente da sociedade ou elemento em contínuo processo de interação com os outros elementos que atuam na

conformação do *campo social*, a abordagem sobre a teoria social é essencial para o entendimento das questões espaciais, não só a análise sobre o viés da teoria social que se dedica à interpretação da ação dos fatores econômica, mas também a que se dedica à interpretação de outros enfoques, a exemplo os culturais e simbólicos.

Dessa forma a proposta da pesquisa é fazer uma análise mais detalhada sobre a construção das relações raciais na sociedade brasileira — construção presente em vários aspectos da vida social (um fato social total, a maneira de Mauss), recebida como herança de um período colonial escravista — como pano de fundo para a abordagem da questão espacial em nossas cidades. Assim, ao dedicarmos maior atenção às relações raciais na conformação da sociedade, queremos analisar a própria conformação do espaço urbano, e principalmente, a partir da caracterização do grau de desenvolvimento das áreas ocupadas majoritariamente por negros e das áreas ocupadas majoritariamente por brancos, entender como o processo de segregação sócio-espacial tem estruturado a distância social em nossas cidades.

Com esse objetivo a pesquisa assumirá a seguinte estruturação:

- **Capítulo 1. Sociedade & Espaço** – Ao pensarmos a relação sociedade-espço muitas das explicações e caminhos traçados para o seu entendimento vinculam a produção espacial à produção dos bens em uma economia de mercado capitalista. O entendimento sobre a questão espacial fica intimamente vinculado aos processos estabelecidos pelo mercado financeiro, mais especificamente pelo mercado imobiliário. Mas em um país onde a escravidão e o colonialismo moldaram todo o processo social, relegar à economia a exclusividade da explicação sobre nossa estrutura social é cabível? Acreditamos que não. Dessa forma a proposta do capítulo será de rever as pontes que vinculam a estrutura social à espacial, com o objetivo de ampliar a análise sobre o processo de interação entre os fatores que dão forma a sociedade. Nesta perspectiva abordaremos também o fenômeno da segregação sócio-espacial nas cidades brasileiras: se como vimos, a teoria social é moldada por um processo explicativo que se limita exclusivamente aos fatores econômicos, a mesma lógica é imposta à análise da segregação no espaço urbano.

Neste capítulo, trataremos ainda da revisão das teorias explicativas da segregação urbana no Distrito Federal, à luz das teorias que explicam o processo social como um todo. A ruptura com a exclusividade da abordagem econômica na explicação da estrutura social será a tônica do capítulo.

- **Capítulo 2. As Relações Raciais no Brasil** – Questionar a noção exclusivamente econômica que norteia as explicações sobre a nossa estrutura social e as explicações sobre a conformação de nossas cidades passa necessariamente por discutir o papel das relações raciais na conformação da nossa sociedade. Se o histórico marcado pelo colonialismo e escravidão marcou a estrutura social brasileira, cabe entendermos o papel do negro e do branco naquela estrutura para que possamos entender como aqueles papéis são reinterpretados dia após dia, mais que isso, cabe analisar os mecanismos e instrumentos que garantem à raça branca a permanência da exploração sobre as raças subjugadas no período colonial, principalmente cabe uma reflexão sobre o processo de invisibilização das questões raciais em nossa sociedade. Esses questionamentos passam obrigatoriamente pela rediscussão do mito da “democracia racial” e do mito da miscigenação e devem alcançar à discussão ao nível das disputas sociais que vão do campo simbólico ao campo econômico.
- **Capítulo 3. O lugar do Negro e o Lugar do Branco** – A reinterpretção diária dos mecanismos de subjugação das raças dominadas pela raça branca, embora se expressem por mecanismos velados, são responsáveis pela manutenção de uma perversa distância social entre negros e branco. Identificar esta distância é vital para o entendimento da estruturação racial da nossa sociedade: uma análise mais atenta sobre a qualidade de vida dos negros e dos brancos poderá nos dotar de instrumentos que possibilitem a futura estruturação de uma teoria sobre o papel da estrutura racial na conformação da sociedade, na manutenção de um status social precário das raças dominadas, aqui especificamente da raça negra. Como é notório, a pobreza, agindo direta e proporcionalmente no

processo de segregação-espacial, tem suas causas definidas por fatores multidimensionais. Então como conseguir separar a ação de cada agente na estruturação das diferenças raciais? Como diferenciar o preconceito racial do preconceito de classe ou do preconceito por grau de escolarização? Tentaremos neste capítulo, através do conceito de *Interseccionalidade*, dar uma resposta a estes questionamentos.

- **Capítulo 4. A Segregação Racial no Espaço Urbano** – Embora o foco de investigação sobre a ação de fatores raciais na conformação da segregação sócio-espacial seja incipiente, já existe um acúmulo de informações e metodologia específica para a abordagem do tema. Neste capítulo trataremos de constituir o estado da arte sobre este tema, resgatando o pensamento de autores que de alguma forma se aprofundaram nesta temática.
- **Capítulo 5. A Conformação da Estrutura Racial no Distrito Federal** – Podemos falar em segregação espacial, motivada por fatores raciais, no espaço urbano do Distrito Federal? Esta questão é de difícil resposta. Tendo em vista que os mecanismos de segregação na sociedade brasileira se dão de forma velada e por meio de mecanismos psicossociológicos. O que faremos neste capítulo é caracterizar as Regiões Administrativas ao nível da cor da população e dos indicadores de qualidade de vida. Um foco da análise tratará também da conformação dentro das Regiões Administrativas e procurará demonstrar a diferenciação entre as áreas de população majoritariamente negra e as áreas de população majoritariamente branca. Se por um lado é difícil identificarmos de forma explícita a manifestação dos mecanismos de preconceito racial ou racismo na conformação do espaço urbano, a forma final da conformação da população na área urbana do DF muito nos diz sobre a estruturação racial do espaço urbano. Cabe aqui entendermos essa conformação dentro de uma teoria social tipicamente brasileira, ou seja, que dê conta das particularidades da nossa manifestação social, inclusive da forma como o preconceito racial é manifestado.

# CAPÍTULO I

## SOCIEDADE & ESPAÇO

*“Todo que la ciencia económica plantea como algo dado, es decir el conjunto de las disposiciones del agente económico que sustenta la ilusión de la universalidad ahistórica de las categorías y de los conceptos utilizados por esta ciencia, es en afecto, el producto paradójico de una dilatada historia colectiva, reproducido incesantemente en las historias individuales, del que sólo el análisis histórico puede dar razón cabal: la historia, al inscribirlas paralelamente en unas estructuras sociales y en unas estructuras cognitivas, en unos esquemas prácticos de pensamiento, de percepción y de acción, ha conferido su patente evidencia y universal a las instituciones en las que la economía pretende basearse para fundar su teoría ahistórica .”  
(Bourdieu) 1*

A proposta deste capítulo é repensar o elo entre espaço e sociedade, tendo em vista o objetivo de dar luz à estruturação racial da sociedade brasileira, fato em muito escondido pelo foco economicista da teoria social que tendenciam explicar os fatos econômicos por um viés que os afasta do nexos com as manifestações sociais que definem as peculiaridades de cada sociedade, agindo assim como se trabalhassem em uma estrutura independente.

Fugindo deste enfoque estritamente “economicista”, queremos nos aproximar do pensamento de Bourdieu sobre a estruturação social da economia: o autor identifica a tendência atual em limitar a ciência econômica a um fato social *per se*<sup>2</sup>, como uma categoria isenta da ação do campo social. Para este

La ciencia que llamamos “economía” se sustenta en una abstracción inicial que consiste en disociar una categoría particular de prácticas, o una dimensión particular de cualquier práctica, del orden social en el que toda práctica humana está inmersa. Esta inmersión, algunos aspectos o algunos efectos de la cual se manifiestan cuando hablamos (...), obliga, incluso cuando, debido a los propios requerimientos del conocimiento, no nos queda más remedio que tratarla de otro modo, a concebir cualquier práctica, empezando por la que se puede ver, de la forma más evidente y

---

1 BOURDIEU, P. *Las estructuras sociales de la economía*. Barcelona, Anagrama: 2000. pág. 18

<sup>2</sup> Esta limitação é corrente no discurso econômico ortodoxo, cujos pressupostos repousam nos princípios inquestionáveis da: oferta e procura, produção e reprodução do capital econômico, produção e mercadoria, etc.

estricta, que es “económica”, como uno “hecho social total”, en el sentido de Marcel Mauss. (BOURDIEU, 2000: 14)

Embora não seja nosso objetivo fazer uma crítica profunda a esse modelo teórico, que toma a economia por fato auto-explicativo, com “ar” de fato social total<sup>3</sup>, ou no mínimo que sustenta a ilusão de uma universalidade “a-histórica” das categorias utilizadas por esta ciência — crítica já elaborada de forma mais profunda por diversos autores —, é necessário que entendamos a pesquisa econômica como um componente da pesquisa social: não existe economia em si, esta deve ser concebida como um instrumento auxiliar e complementar para o entendimento das manifestações sociais. Assim, é necessário que entendamos os fatores econômicos em sua associação a uma série de outros fatores sociais como os responsáveis pela formação da sociedade.

Nesse sentido, é necessário resgatarmos a noção de campo econômico para Bourdieu. Ao pensar a sociedade, o autor identifica que diferentes recursos atuam de modo a dar corpo à estrutura social, a direcionar as ações dos indivíduos, estes recursos foram denominados capital. Para além do capital em seu sentido estritamente monetário, o autor identifica o capital financeiro, o cultural, o tecnológico, o jurídico, o organizacional e o simbólico como constituintes de uma área onde os indivíduos lutam pelo acesso aos recursos sociais, esse palco de disputas é denominado por BOURDIEU (1997) como “campo econômico”.

O entendimento de que o jogo social é estruturado de forma complexa, indo muito além da resposta dada pela abordagem estritamente financeira da economia, vai ao encontro da linha de análise que queremos estabelecer para o entendimento da estrutura urbana, mais especificamente para o entendimento do fenômeno da segregação espacial sobre o ponto de vista da cor da população. Como veremos nos capítulos posteriores, a sociedade brasileira é marcada por uma desigualdade de condições, cujos postos extremos coincidem diretamente com a cor dos indivíduos: os indicadores demonstrarão que brancos e negros ocupam posições diferenciadas e que esta não se expressa unicamente a partir da esfera do capital financeiro.

Cabe saber como é pensada a questão da segregação sócio-espacial (inclusive sob o viés racial em que esta pode estar estruturada) e, principalmente,

---

<sup>3</sup> Ao nos referirmos ao conceito de “fato social total”, elaborado por Marcel Mauss, estamos tratando dos fatos sociais que envolvem todo tipo de instituição social (educação, família, religião, economia, política, entre outros), abrangendo o social sem sectarismos e dando a noção de abrangência total.

como é pensada a própria estrutura espacial das nossas cidades, categoria muitas vezes dissociada das outras estruturas que agem na conformação da sociedade. Sobre este ponto, é necessário que recuperemos o elo entre sociedade e espaço. O espaço, enquanto categoria de entendimento da realidade, pode expressar pouca veracidade científica quando dissociado da estrutura social em que é produtor e produção.

Se por um lado a visão ortodoxa a ciência econômica quer levar a cabo as explicações sobre estrutura social, na mesma direção, a reboque neste processo, também encontramos uma linha de pensamento sobre a estruturação do espaço urbano como processo resultante do determinismo econômico a reger a ação dos indivíduos. Assim as pesquisas sobre segregação sócio-espacial no espaço têm se estruturado sob uma fundamentação determinista, onde a economia, ou melhor, o domínio do capital financeiro, os fatores de ordem econômica, diretamente e indiretamente, independente da realidade social e da localidade desta no globo terrestre (à luz de um processo econômico globalizado), é tomado como fundamento para o entendimento das questões espaciais intra-urbanas.

Aqui, se o objetivo da pesquisa é demonstrar a estruturação racial da distância social entre negros e brancos no país, é necessário que passemos à análise da componente espaço urbano, palco da manifestação física desse distanciamento, sob uma perspectiva que atrele à configuração deste o peso do corpo social que o moldou. É necessário que aprofundemos aqui a discussão sobre o processo de segregação sócio-espacial da população negra nas cidades brasileiras enquanto fruto da materialização (fenômeno físico, concreto), da estrutura social vigente em nossa sociedade.

Queremos dar um passo adiante do determinismo econômico nas explicações sobre o processo de estruturação dos espaços urbanos da nossa sociedade. Queremos entender o papel coadjuvante que a economia desempenha frente a nossa estrutura social, papel não auto-explicativo e que deve ser somado a outros focos de pesquisa de modo a possibilitar uma melhor apreensão da realidade urbana.

Também, é necessário entender como esta segregação influencia o desenvolvimento social das populações expostas a ela. Se nos preocupa demonstrar como o baixo desenvolvimento sócio-econômico se impõe à população negra, sob os mais variados aspectos, também devemos traçar uma reflexão sobre a

ação da segregação urbana na formação deste baixo desempenho, fato que se manifesta em todas as etapas da vida social da população excluída.

Para que esta análise possa nos conduzir ao objetivo primeiro — o de entendimento da configuração espacial do Distrito Federal —, dividiremos este capítulo em três momentos: num primeiro momento tomaremos por foco a construção “Espaço social X Espaço urbano”, onde o objetivo será de reconstruir esse elo entre estas duas entidades analisadas quase que distintamente pela crítica contemporânea (isso se entendermos a análise meramente econômica, sob a lógica de uma metodologia fechada em si mesma, como uma limitação à aproximação do “espaço urbano” com o que poderia representar uma teoria social brasileira compromissada em responder pela nossa particular e complexa formação sócio-econômica, o que em essência diferencia a nossa sociedade das outras); a partir dessa reflexão caberá uma análise sobre o fenômeno da segregação espacial enquanto componente da relação “espaço urbano – espaço social”; No terceiro momento, demonstrando que as críticas sobre a estrutura espacial do Distrito Federal seguem o mesmo alinhamento ideológico das críticas em relação à estrutura social brasileira, recorreremos à construção do estado da arte sobre a segregação sócio-espacial no Distrito Federal;

### ***1.1- Estrutura Social & Espaço Urbano***

A relação entre espaço e sociedade é um tema tratado com certa frequência por autores da área das Ciências Sociais e da Geografia, um especial destaque pode ser dado a SANTOS (1996;1992), CASTELLS (1983), GOTTIDIENER (1993), BOURDIEU (1997), entre outros. De forma geral estes autores, no que diz respeito ao pensamento sobre espaço e sociedade, podem ser agrupados em dois grupos: o primeiro tem a investigação científica voltada para a produção do espaço; o segundo, para os problemas sociais derivados da configuração do espaço urbano.

Se nos interessa entender como a estrutura racial brasileira influencia na produção do espaço e nos problemas urbanos derivados desta forma de produção, cabe a nós debruçarmo-nos sobre as duas linhas de abordagens citadas no



parágrafo anterior: o espaço como produto e o espaço como produtor da sociedade. Este duplo enfoque dará mais subsídios para o entendimento dos mecanismos sociais em sua ação de limitar espacialmente o desenvolvimento sócio-econômico da população negra.

Um primeiro passo, antes do aprofundamento no pensamento de cada autor, deve dar conta do caráter dicotômico da categoria<sup>4</sup> espaço: se o espaço pode ser entendido como resultado da produção social, também pode ser entendido como produtor da mesma sociedade que o gerou. Assim nos aproximamos do conceito de “estrutura-estruturada” e de “estrutura estruturante” delineado por BOURDIEU (2005) para interpretar o papel do capital simbólico: ao interpretarmos este autor podemos entender a sociedade como resultado de uma série de estruturas que em união dão forma à estrutura social<sup>5</sup>. Assim, quando pensamos a categoria espaço por esta ótica, devemos ter em mente que: o espaço pode ser caracterizado como uma estrutura fruto da interação com uma série de outras que se manifestam no *campo social*, em outras palavras, caracterizando-se como uma “estrutura-estruturada”; complementarmente e concomitantemente, o espaço também pode ser caracterizado como uma estrutura que age diretamente na conformação de uma série de outras estruturas e na própria estrutura social, ou seja, uma “estrutura estruturante”.

Esse duplo caráter da estrutura espacial é o que lhe possibilita interagir com a estrutura econômica tanto quanto interagir como qualquer outra estrutura — inclusive a racial. A hierarquização entre as diversas estruturas no jogo de conformação da estrutura social só pode ser explicada pelo próprio sistema social onde esta se dá (em que se pese a necessidade de uma reflexão diacrônica sobre a estrutura social).

---

<sup>4</sup> Entendemos por categoria um recurso teórico que faz uso de elementos “universais”, ou como diria SANTOS, “verdades eternas, presentes em todos os tempos em todos os lugares” (1992:5), para interpretar os fatos que se manifestam na esfera social. A título de exemplo podemos destacar as categorias: tempo; espaço; gênero; entre outros.

<sup>5</sup> A maneira de BASTIDE (1971), ao utilizarmos o conceito de estrutura (quer seja social, racial ou espacial), estaremos nos referindo à relação entre si das partes que compõem tal estrutura, indo muito além da justaposição, e por conseguinte manifestando propriedades que resultam de sua dependência relativa à totalidade. Em outras palavras o que interessa não é representar o núcleo do objeto, mas sim “o sistema de relações latente no objeto” (STRAUSS, L. *in* BASTIDE, R. 1971:10). Assim, ao falarmos, por exemplo, em estrutura racial estaremos nos referindo ao jogo entre as partes que o compõe, o que passa necessariamente pela abordagem do capital simbólico, do racial e do financeiro, da configuração espacial dos espaços habitados pelos negros em sua relação com a cidade, do modo de produção, entre outros componentes.

Traçado um dos primeiros pressupostos sobre a natureza da estrutura espacial, fica estabelecido sua vinculação direta com a estrutura social (conseqüentemente com uma série de outras estruturas que compõe esta), mais que isso, podemos entender o espaço como uma categoria componente, cuja análise não pode ser feita sem a devida reflexão sobre a sociedade em que este é produzido.

No sentido de aprofundarmos o entendimento sobre a categoria espaço, passaremos agora a dialogar com SANTOS (1996;1992), CASTELLS (1983), GOTTIDIENER (1993) e BOURDIEU (1997).

Reforçando o ponto da argumentação que estabelecemos com base em BOURDIEU (2005), SANTOS (1992) entende o espaço como categoria essencialmente social, como uma instância pertencente à sociedade e que se insere num jogo onde contém, mas também é contida por todas as outras demais instâncias sociais, como a instância econômica e a cultural-ideológica. Aqui o espaço é afirmado como um jogo de interação entre as partes que compõem a estrutura social.

Para facilitar a compreensão da categoria espaço o autor usa como recurso metodológico a divisão em “elementos do espaço”, ou sistemas do espaço. A partir desta divisão temos o espaço entendido como a interação entre os elementos: *homem*, enquanto requerente de determinado tipo de trabalho com reflexo direto sobre a produção do espaço; *firmas e instituições*, enquanto responsáveis por responderem às demandas dos indivíduos, as primeiras nas atividades ligadas diretamente à produção material, as segundas diretamente ligadas à produção jurídica e ideológica; *meio ecológico*, enquanto “conjunto complexo” que constitui a base física do trabalho humano (SANTOS, 1992:6); e *infra-estrutura*, enquanto materialização do trabalho coletivo do homem.

Ao realizar esta redução da categoria espaço aos seus elementos componentes, SANTOS (1992) quer dar conta da esfera dos elementos que atuam em interação dinâmica para a conformação do espaço. A redutibilidade proposta não implica em negar a totalidade do espaço: o autor caminha para o entendimento do espaço enquanto “sistema de sistemas” ou “sistema de estruturas”, um todo formado pela interação dinâmica entre as partes que o compõe. Esse entendimento pode ser expresso com uma referência a Karel Kosik realizada pelo autor

A interdependência e a medição da parte e do todo significam, ao mesmo tempo, que os fatos isolados são abstrações, elementos artificialmente separados do conjunto correspondente adquirem veracidade e concretude. Da mesma forma, o conjunto no qual os elementos não são diferenciados e determinados é um conjunto abstrato e vazio. (in SANTOS, 1992:14)

Em outras palavras, elementos em constante interação uns com os outros, formando a noção de espaço enquanto uma categoria formada por subsistemas ou estruturas. Como dissemos uma “estrutura-estruturada”, ou seja, a estrutura espacial como

Uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes. (SANTOS, 1992:17)

O entendimento de CASTELLS (1983) sobre a natureza do espaço também não se distâcia da linha geral trabalhada até o momento, para o autor o espaço é um produto material de determinada formação, uma expressão diacrônica da estrutura social,

O espaço é um produto material em relação com os outros elementos materiais — entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica. (CASTELLS, 1983:182)

Assim ao falarmos em teoria do espaço necessariamente devemos vinculá-la a uma teoria social.

É interessante notar que essa concepção teórica sobre o espaço urbano não impediu CASTELLS (1983) de delimitar a estrutura espacial à estrutura econômica, embora a concepção geral caminhe para o entendimento do espaço enquanto resultado da interação complexa entre os elementos que o compõe, o autor se limitara à análise focada nos meios de produção e da força de trabalho — trazendo para o campo espacial a crítica marxista. Talvez isso se dê devido ao fato do autor não ter o interesse de demonstrar como o espaço é produzido, mas sim em demonstrar a forma pela qual se produzem os problemas urbanos, e neste aspecto

realmente as delimitações impostas pelo modelo econômico de produção ditam as regras para a superestrutura como um todo (GOTTDIENER, 1993).

Na linha do exposto em CASTELLS (1983), encontramos a base conceitual do pensamento brasileiro sobre a produção do espaço nas nossas cidades. Sinteticamente podemos falar em um “*encapsulamento*” do todo social, da superestrutura<sup>6</sup>, pelos ditames gerados pelas demandas de uma sociedade baseada no sistema de capitalista de produção capitalista<sup>7</sup>. Aqui a superestrutura só serve de aporte para responder às demandas da infra-estrutura.

Ao fechar a análise apenas sobre o modo de produção, abstrai-se da incontestabilidade da formação do corpo social por uma série de questões expressas tanto pelo campo estrutural quanto pelo campo conjuntural. Outro ponto também negligenciado trata do jogo de interação entre os elementos que dão forma à estrutura espacial, gerando uma análise sincrônica que responde unicamente pelo recorte sobre a economia de mercado, cujos resultados não conseguem responder com exatidão à grave crise urbana que assola nossa sociedade.

É necessário, a partir da noção de espaço enquanto componente social, que comecemos a refletir sobre a função desempenhada por outros elementos que interagem na estruturação da sociedade. Se por um lado a crítica sobre a interferência dos processos direcionados pela economia de mercado em muito avançaram e contribuíram para o entendimento da questão espacial, é necessário que este mesmo passo seja dado na direção das outras estruturas componentes do corpo social, como por exemplo, a racial, foco de nosso trabalho, e a de gênero, componentes sociais que em muito antecedem a nossa experiência nacional de sociedade de mercado.

---

<sup>6</sup> Sinteticamente, seguindo a definição marxista, podemos definir por *superestrutura* todos os valores sociais expressos no campo político, simbólico, cultural, entre outros, que acabam por ser condicionados pela ação da *infra-estrutura*, o sistema de produção baseado na economia de mercado.

<sup>7</sup> Para melhor detalhamento ver GOTTDIENER (1993).

## **1.2 - A Segregação Espacial**

Com a discussão teórica realizada nos parágrafos anteriores é possível abordarmos a segregação sócio-espacial como uma manifestação urbana de vinculação direta com a estrutura social, o que revela a mesma complexidade de motivos geradores, baseados tanto em questões conjunturais quanto em questões estruturais.

Dessa forma o conceito de segregação pode ser entendido como um conceito dinâmico, representante de uma série de fatores e agentes, o que conseqüentemente terá repercussão direta sobre a natureza da segregação e o público segregado. Assim podemos ter segregação baseada: na classe social, forma mais defendida pelos autores nacionais para explicar a segregação no Brasil; nas características raciais, praticada institucionalmente com a política do apartheid na África do Sul; e por último, nas características dos grupos étnicos<sup>8</sup>, como a constituição dos guetos italianos, chineses e árabes, retrato comum das cidades americanas.

É interessante notar que muitos autores, mesmo tomando conhecimento da segregação enquanto fenômeno complexo e multidimensional, optem pela abordagem exclusivamente baseada nas questões referentes ao capital financeiro<sup>9</sup>. A exemplo, podemos citar VILLAÇA (2001): o autor entende que a segregação das classes sociais “é a que domina a estruturação de nossas cidades” e define por segregação

um processo segundo o qual diferentes classes sociais ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.(VILLAÇA, 2001, 142)

---

<sup>8</sup> É necessário aqui diferenciarmos o conceito de etnia do conceito de raça. Entende-se por etnia um grupo social que se diferencia outros grupos por sua especificidade cultural, que se expressa através das práticas religiosas, da língua, das praticas sociais, etc; por raça entende-se a subdivisão de uma espécie cujos membros individuais mostram, com relativa freqüência, um certo número de atributos hereditários que lhes garantem uma identidade genotípica e fenotípica diversa dos outros grupos (em que se pese que o conceito de raça já foi derrubado pelas ciências biológicas mas tem sua manutenção garantida pelas praticas no campo social).

<sup>9</sup> No Próximo capítulo trataremos com maior propriedade a questão da divisão do campo econômico entre as diversas formas de capital que o compõe, dos quais o capital financeiro é um.

Aqui vemos discussão sobre a questão da segregação sócio-espacial encerrada em torno da classe de renda da população, dessa forma como resultado físico teremos como padrão de segregação a oposição “centro x periferia” — classe de alta renda x classe de baixa renda—, onde temos

O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. (VILLAÇA, 2001, 142)

Outro ponto abordado pelo autor diz respeito ao processo dialético expresso pela segregação voluntária e pela segregação involuntária, a primeira se refere à concentração da parcela mais rica da população em áreas que respondem pelos anseios de qualidade de vida urbana, a segunda diz respeito à concentração, imposta economicamente, da população pobre em áreas de menor infra-estrutura e serviços urbanos. Assim temos a homogeneização das áreas urbanas feitas em sentidos opostos e complementares.

Há de considerar que apesar do autor declarar o alinhamento de sua abordagem dos padrões espaciais “como produto da estrutura social” (VILLAÇA, 2001:152), na prática a estrutura social é entendida unicamente como manifestação da ação estruturante do capital financeiro. Mesmo que pesemos a referência do autor à necessidade de se investigar os aspectos ideológicos, econômicos e políticos no processo de dominação e exploração decorrentes da produção espacial nas cidades, esta “abrangência” multidimensional está subjugada pela noção de *encapsulamento*. Assim, essa abrangência pode ser entendida como apenas uma série de elementos dominados e subjugados pela estrutura econômica (resgatando em última instância a noção de “superestrutura x infra-estrutura”).

Esta subjugação das outras instâncias que atuam sobre a estrutura espacial é explicável pela forte base ideológica marxista que perpassa, em vários níveis, o entendimento sobre as manifestações sociais, principalmente as referentes à estruturação do espaço urbano. Sob este enfoque a segregação sócio-espacial é entendida como fenômeno inerente às demandas da economia de mercado, especificamente as demandas do mercado imobiliário.

Ao esmiuçarmos o conceito de segregação desejamos fugir do que LAGO (2000) denominou imprecisão quanto aos limites conceituais e práticos sobre a

noção de segregação. Dessa maneira partiremos agora para outras leituras sobre o fenômeno da segregação.

Além do entendimento do processo de segregação em sua correspondência direta à ordem de mercado, também é possível abordar este fenômeno por um viés que abranja a “ordem institucional”, ou seja, a segregação espacial como

A diferenciação espacial institucionalizada e legitimada por normas legais ou sociais que conformam os enclaves fechados por barreiras físicas ou simbólicas. A idéia de um novo padrão de segregação, presente no debate atual sobre os impactos territoriais da reestruturação econômica e da exclusão social (...) pressupõe a sobrevalorização da dimensão institucional, privilegiando como evidências da nova segregação os condomínios residenciais de alta renda e os guetos dos excluídos. (LAGO, mimeo).

Necessariamente estas duas formas de abordagem da segregação urbana não são opostas, é possível e desejável que realizemos uma ação no sentido de resgatar a noção complementar entre os dois enfoques. Só a reconstituição entre esse elo rompido poderá traçar um fiel retrato sobre a segregação espacial nas cidades brasileiras, sua produção e o papel que exerce sobre a população segregada.

Assim, adotaremos como conceito de segregação sócio-espacial o processo social, institucionalizado ou não, pelo qual as pessoas de um determinado grupo social se estabelecem em determinada área já ocupada por pessoas com características semelhantes as suas, quer seja por imposições do sistema social, no uso de mecanismos da estrutura econômica ou de outras estruturas, quer seja pelas preferências individuais ou coletivas.

Especificamente neste trabalho, ao nos referirmos à segregação sócio-espacial estamos dando enfoque para o processo onde fatores raciais —, de forma velada—, e sócio-econômicos — de forma explícita—, acabam por expulsar a população pertencente aos grupos de vulnerabilidade social para áreas de menor presença do Estado. O direcionamento da pesquisa se dará neste sentido por entendermos que a crítica sobre a segregação estruturada pelos fatores relativos à economia de mercado já se encontram bem desenvolvidos.

### **1.2.1 - A Segregação Espacial no Distrito Federal**

Com base nos conceitos sobre os quais nos avançamos subitens anteriores, passaremos a analisar o espaço urbano do Distrito Federal, analisar a dicotomia social entre Brasília/Cidades-Satélites. Para esta análise é de vital importância que reconstruamos o pensamento de autores como Campos (1991), Gouvêa (1995), Nunes (2003), de modo a constituir um quadro de entendimento sobre a questão da segregação espacial no DF.

Adiantando a análise, todos estes autores, em face da força de uma ideologia marxista, se ocuparam da abordagem do fenômeno da segregação espacial enquanto um processo inerente à ordem do mercado, quer seja pela interpretação objetiva do mercado imobiliário, quer seja indiretamente através do *encapsulamento* dos outros focos referentes à superestrutura, especificamente pela ação do estado na conformação do espaço urbano e pela ação do campo de trabalho na conformação da vida social.

Começando pelos autores que se alinham indiretamente à abordagem da segregação urbana como ordem do mercado, passaremos a abordar o pensamento de GOUVÊA (1995).

Defendendo a tese da ação estruturante do Estado enquanto principal articulador da produção do espaço urbano na Capital Federal, principalmente sob o ponto de vista da produção da habitação de interesse social, GOUVÊA (1995) dá novo enquadramento à perspectiva de análise sobre a segregação sócio-espacial no Distrito Federal (DF). Dentro desta perspectiva de atuação do Estado, o autor irá se debruçar sobre o processo de oposição entre Brasília e Cidades Satélites (atuais Regiões Administrativas-RA), oposição que tem como origem a remoção das ocupações operárias, ainda no período de construção de Brasília, e o assentamento desta população em núcleos distantes do Plano Piloto de Brasília — núcleo concentrador de emprego e renda —, o que demarca o fator principal pra a ampliação da distância social entre moradores do Plano Piloto e moradores das Cidades Satélites.

Assim, fonte de uma deliberação em nível de planejamento territorial, a estrutura urbana que viria a se desenvolver no Distrito Federal passava a se caracterizar por uma forte polarização que separa Brasília das Cidades Satélites



como quem separa os opostos: legalidade-ilegalidade, inclusão-exclusão, riqueza-pobreza, alfabetização-analfabetismo, etc. O autor vê a polarização como forma de estruturação da dominação sobre os operários: ao isolar o trabalhador do Plano Piloto, centro de poder e empregos, limitou-se a sua mobilidade em vários aspectos da vida social, cuja expressão máxima foi a mobilidade física, já que em sua maioria os assentamentos se distanciavam do plano em no mínimo 30 quilômetros. Esse isolamento assumiu caráter ainda mais grave devido à carência de um sistema de transporte eficaz.

Para entender o papel do Estado neste processo é necessário que tomemos mais detidamente o argumento de Gouvêa. Em uma análise antecipada podemos interpretar seu entendimento sobre a ação do estado sob dois focos: a primeira, enquanto *estrutura estruturante*; a segunda, enquanto *estrutura estruturada*. Esse comportamento da ação do Estado, enquanto produto e produtor da estrutura social, categorias indissociáveis e complementares, é entendido pelo autor enquanto correspondência aos anseios do capital econômico sobre o espaço urbano: as relações de produção, tomadas como essência da vida social e esqueleto da estrutura social, atuavam de forma direta na estruturação do espaço urbano. Sob este aspecto, a estrutura urbana, na linha do que vimos construindo, é entendida como uma das componentes da estrutura social.

Essa interface “capital-espaço urbano”, como pano de fundo para a ação do Estado, atuaria de modo a configurar no espaço urbano a relação “capital x estado x força-de-trabalho”, em outras palavras, a lógica das classes sociais, ou seja, os meios de produção da burguesia versus a expropriação da força de trabalho do operariado, por meio da ação deliberada do Estado, seria o principal mecanismo para a definição do arranjo espacial das cidades.

Sob esta ótica, onde o solo urbano se configura como mercadoria e bem necessário para a produção do capital econômico, onde a propriedade imobiliária, os lotes urbanos, legalizados ou não, tomam característica de mercadoria, alienada de um valor de uso e assumida enquanto valor de troca, que afirma o processo de renda da terra enquanto lucro “obtido por meio de condições vantajosas e apropriado pelo proprietário do lote” (González, *in* GOUVÊA, 1995: 23), temos

A cidade capitalista (...) como a sede do poder, que controla o modo de produção, se constituindo, por isso mesmo como abrigo por excelência das

classes dominantes e no local onde as relações Estado-Capital-Força de Trabalho se dão de forma intensa(...). (GOUVÊA, 1995: 22)

Nestes termos, defendidos pelo autor, temos uma condição onde a segregação sócio-espacial acaba por configurar-se como condição *sine qua non* para a existência da cidade capitalista. Cabe entender: a partir do momento em que o solo urbano passa a auferir lucro ao proprietário, temos a criação de um nicho de disputa comercial, que implica em desconfiguração da função social da propriedade e da cidade em prol do lucro das elites econômicas.

Dessa forma, embora não seja explicitado em Gouvêa, podemos identificar a sua tentativa de construção do conceito de *instrumentalização*. Aqui a instrumentalização se refere à forma como as ações do Estado, por meio das soluções em habitação e planejamento urbano, trabalham no sentido de auferir lucros às elites econômicas e no sentido da dominação, legitimada, da população operária.

Em uma outra perspectiva de entendimento sobre o processo de segregação espacial no Distrito Federal Nunes (2005), ao pesquisar a realidade social do Distrito Federal, com o intuito de delimitar e identificar as classes sociais, no sentido de sua locação no espaço, bem como as suas práticas, quer aferir a hipótese de que a estruturação das práticas sociais pode ser explicada enquanto práticas de classe. Essa hipótese é clarificada pelo entendimento da sociedade brasileira como sociedade de mercado, e enquanto sociedade de mercado, a estratificação social se dá em nível de classes de renda.

Essa perspectiva de sociedade de mercado será de vital importância para entendermos a hipótese trabalhada por Nunes (2005). Para o autor o mercado enquanto estruturador da sociedade impõe limites reais às ações de planejamento, Brasília seria a expressão máxima desta constatação.

Entender a limitação ao planejamento, imposta pelo mercado, já nos remetendo à realidade de Brasília, requer primeiramente repensar toda mobilização agenciada pelo Estado para a construção da cidade, construção que transpassa construção física da cidade e vai ao encontro da construção simbólica de um novo Brasil a partir de Brasília — um novo país, cheio de desenvolvimento e oportunidades. A construção simbólica acerca da construção da nova capital gerou o que Nunes chama de mito do “Eldorado”, o mito de participar da construção do que

viria a ser o símbolo do desenvolvimento do país. Este mito funcionou como principal atrativo para o deslocamento de milhares de habitantes, das mais diversas regiões, principalmente do Nordeste.

Enquanto necessário para a construção da cidade, o operariado era estimulado a continuar no sonho do “eldorado”. Sonho que só começaria a se desmoronar com o término da construção, quando todos os assentamentos foram desmontados e os antigos operários transferidos para conjuntos habitacionais distantes do Plano Piloto de Brasília (em que se pese a exceção de alguns núcleos que conseguiram permanecer inseridos na proximidade do Plano Piloto).

Nunes (2005) entende que essa ação só foi possível devido ao planejamento ter entrado em adequação à especulação imobiliária rapidamente, implantando uma lógica perversa da ocupação do território onde os espaços imediatamente próximos ao Plano Piloto seriam esvaziados tendo em vista sua alta valorização. Assim, a estruturação do espaço urbano do Distrito Federal, apesar do poder planejador do Governo, sonho dos urbanistas, gerou uma cidade igual às outras cidades do Brasil, mais que isso gerou uma cidade com incrível ‘requisite’ sob o ponto de vista da segregação espacial: mais que em qualquer cidade do país, Brasília conseguiu imprimir em seu espaço urbano um rígido desenho do perfil econômico e da situação sócio profissional, o que somado a questão da distância do Plano Piloto dá grande sentido a sensação de exclusão para os moradores das Cidades Satélites.

Essa situação inicial em muito foi complicada devido ao rápido adensamento populacional das últimas décadas, atualmente o Distrito Federal tem aproximadamente 2 milhões de habitantes, em sua maioria amontada nas Satélites. Em parte esse adensamento corresponde diretamente à lógica da distribuição da população segundo o perfil profissional. Se entendermos a sociedade brasileira como uma sociedade de mercado, é interessante tratarmos da questão do adensamento populacional concentrado nas Satélites não apenas do ponto de vista da distribuição e concentração do bônus urbano (característica maior dessa dualidade “Brasília x Satélites”), mas também, sob uma lógica social de distribuição de trabalho e educação.

Vale ressaltar as limitações que recaem sob o campo do trabalho: a população adensada nas satélites, em sua maioria despreparada profissionalmente, acaba por constituir-se em reservatório de trabalho não aproveitado por uma economia bastante fragilizada e incapaz de absorver esta oferta. Assim o autor tenta

demonstrar a função estruturante do mercado de trabalho na locação dos indivíduos no espaço urbano.

Concluindo a nossa análise sobre as críticas produzidas sobre a segregação sócio-espacial no Distrito Federal, passaremos à análise do pensamento de Campos (1991). Para além das explicações convencionalmente pautadas em vias descritivas que se abstraem da noção de cidade enquanto “produto social complexo”, o trabalho de Campos (1991) quer estabelecer, através de uma teoria do valor, de corte marxista, uma perspectiva de análise que dê conta do processo de produção do espaço urbano na economia capitalista, especificamente, que dê conta do processo de produção e reprodução da segregação sócio-espacial em cidade planejada. Esta análise tentará desvendar os mecanismos sobre os quais se estruturam o processo de segregação social no espaço, explicitando sua gênese e desenvolvimento, bem como as ações e os atores que contribuem para a instalação e manutenção deste processo.

Para o autor, na medida em que o processo de produção da estrutura social em economias capitalistas é baseado no atendimento às demandas do capital, o solo urbano, enquanto base física para os processos econômicos, torna-se entidade imprescindível aos processos de produção e reprodução do capital. Neste sentido a segregação espacial não deve ser simplesmente entendida enquanto falta da atuação dos mecanismos de controle do Estado, especificamente as ações de planejamento urbano e territorial. Se o solo urbano representa condição essencial para a produção e reprodução do capital econômico, a ação do estado ou falta de ação se dá no sentido de garantir a estrutura ditada pelo capital.

O entendimento do parágrafo anterior é explicitado no caso de Brasília: enquanto representação máxima do sonho do planejador urbano, a cidade demonstrou que a ação do Estado se dá no sentido de afirmar as demandas do mercado, em detrimento do atendimento dos anseios populares por moradia e terra urbanizada, mesmo quando a tendência seria de atuar em sentido contrário, posto que a realidade fundiária de Brasília garante à Gestão Distrital a propriedade do solo urbano.

Em uma análise mais profunda o autor entende a atuação do Estado como um dos componentes para a estruturação da segregação espacial. O autor partirá da construção da segregação como fenômeno resultante das intermediações complexas entre os agentes e suas atividades no ato de conformação do espaço

urbano. Neste sentido o espaço urbano é entendido enquanto categoria estruturada sob as determinações das relações sociais de uma sociedade capitalista: se por um lado encontramos a estruturação do espaço dialogando com as razões estruturais, entendidas aqui como a sociedade capitalista; por outro, não podemos negar a força das razões conjunturais, entendidas aqui como a atuação específica dos agentes sociais (proprietários, empresas, imobiliárias, usuários de moradia, incorporadores, entre outros) e agentes institucionais (órgãos governamentais e financeiros).

Para o autor a atuação do capital incorporador é uma das principais causas da segregação residencial: o sistema de domínio da propriedade das terras pelo Governo Distrital, especificamente, o fato de a terra ser oferecida ao mercado imobiliário por meio de licitações públicas — leilões — garante ao grande incorporador enorme vantagem sobre os pequenos empreendedores ou sobre as pessoas interessadas em adquirir uma propriedade imobiliária, isto por que estas empresas detêm maior capital financeiro o que lhes possibilita um “monopólio” sobre as terras públicas.

O grande problema desta reserva do mercado de terras para os grandes empreendimentos incorporadores se dá devido ao direcionamento que estes dão à terra urbana: visando o máximo potencial de lucro os empreendimentos imobiliários são exclusivamente destinados às camadas mais ricas da população. Para o autor a sobrevivência desse sistema só é possível porque o mercado cada vez mais altera os padrões de moradia a partir da agregação de novos atributos, o que reponde pelo delineamento de novas “necessidades” para as classes ricas.

Esse processo de criação de rendas diferenciais necessita constantemente de inovação do produto ofertado, isso significa dizer que as inovações influenciarão diretamente o preço final do produto ofertado, conseqüentemente significa dizer que a grande parcela da população, pobre ou de classe média-baixa, parcela com os maiores índices de déficit habitacional, está excluída do mercado imobiliário no DF.

Com base nesta linha de análise o autor quer fazer ver o papel do capital incorporador na estruturação da segregação sócio-espacial no momento atual.

O processo de valorização deste capital — o incorporador — está intimamente associado à exacerbação da segregação social, isto é, ele não só se alimenta dela como também a produz. (Smolka, *in* CAMPOS, 1991: 112)

Para além da estruturação espacial criada diretamente pela ação do Estado no período de implantação da área urbana do DF, o momento atual é marcado pelo domínio das leis da economia de mercado sobre a oferta de terras à população.

Reconstruído o pensamento sobre a segregação urbana no espaço urbano do Distrito Federal, onde agrupamos os autores segundo a forma como estes entendem este processo, dentro das categorias propostas por LAGO (mimeo) temos: por um lado, de forma mais rígida, a linha investigativa assumida por Campos (2005) onde a segregação é assumida como um processo inerente ao processo de produção e reprodução do sistema capitalista, mais especificamente à ordem de mercado, nesta perspectiva de abordagem, onde o imóvel urbano, tanto quanto um produto qualquer, é passível das disputas do mercado, a segregação residencial é expressão inequívoca das disputas locacionais no processo de estratificação social; Já para Nunes (2005) e Gouvêa (1995), apesar de uma leve aproximação à abordagem proposta por Campos (1989), principalmente no que se refere aos mecanismos de circulação do imóvel urbano, o foco de abordagem da questão da segregação urbana se estabelece a partir da análise sobre a ordem institucional, dessa forma a segregação é produzida por uma série de normas legais, ora produzidas pela ação do Estado, ora produzida pelas práticas sócio-territoriais dos agentes urbanos.

Se tomadas de forma fechada, tanto a segregação entendida como ordem de mercado quanto a segregação entendida como ordem institucional correriam em sérias limitações ao método de análise, uma por se preocupar com os mecanismos “universais” que estruturam a comercialização dos imóveis urbanos, outra por se limitar em demasia com os arranjos da instância institucional local em sua articulação particular no processo de segregação sócio-espacial. Como nos propõe FERREIRA (1996), a análise sobre as questões espaciais exige um foco atendo sobre as questões globais, a qual a localidade não escapa, sem que deixemos de nos atentar sobre nossas particularidades locais, sob o preço de adotarmos soluções ineficazes diante de um sistema social cheio de particularidades.

É notório que as pesquisas desenvolvidas por Campos (1991), Gouvêa (1995) e Nunes (2003), em muito avançaram no sentido de esmiuçar os mecanismos da sociedade de classe social em sua atuação direta sobre o espaço urbano do Distrito Federal. Mas procurando o sentido de dinâmica científica a análise sobre a

estrutura racial no processo de estruturação do espaço urbano outro foco de análise.

Quando somamos a pesquisa sobre a segregação espacial, de um ponto de vista racial, aos mecanismos do mercado imobiliário, com suas correspondências diretas aos mecanismos instituídos pelo Estado e pelo mercado de trabalho, temos uma maior cobertura da realidade urbana do Distrito Federal. Assim temos, ao invés de um sentido de substituição das explicações até então alcançadas, o estabelecimento de uma complementaridade, posto que a realidade urbana tenha complexidade mais vasta que a perceptível por um único foco de pesquisa, e como veremos nos capítulos posteriores, analisar o espaço urbano com foco sobre a estrutura econômica e pela estrutura racial, ou de gênero, entre outras que podem vir a enriquecer a análise, não implicam em oposição, mas sim em complementaridade.

## CAPÍTULO II

### AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

*“(...) a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente.”*  
(Carlos Hasenbalg-2005)

É notório e inquestionável que o negro, principalmente sob a condição de escravo, teve um papel impar na estruturação econômica do país, quer seja como mercadoria tributável por impostos, quer seja como força motriz a puxar o arado, ou, ainda, bateia a lavar ouro e diamante: o negro foi construído socialmente como instrumento indispensável, ferramenta essencial ao ato de colonizar, ocupar a terra e dotá-la de infra-estrutura. Essa condição do negro enquanto instrumento de trabalho se estende, nos moldes da lógica colonial, até o revés causado pela adoção do sistema de produção baseado em trabalho assalariado, no período de transição entre o Império e a República. A exploração do negro seria fato social a marcar toda a estrutura social brasileira, da vida sexual dos senhores de engenho à religião praticada no país.

Entender o lugar do negro na sociedade brasileira, entender a construção do negro pelos mecanismos sociais, requer antes de tudo reconstruir o quadro da nossa formação social. É necessário tomar consciência do papel desempenhado pelo negro à estrutura produtiva: o escravismo (enquanto base do sistema de produção brasileiro até o final do período imperial), para muito além de reservar para o negro o papel de mero objeto de trabalho, agiu diretamente na construção de um lugar social para a população negra, quer seja através dos mecanismos que o impediriam de acessar melhores posições nas disputas sociais travadas no “campo econômico”,



quer seja pelo estabelecimento de um paralelismo, ou intersecção, entre a cor dos indivíduos e o desempenho e prestígio social, quer seja pelo estabelecimento de um elaborado mecanismo de dominação no campo simbólico com ação direta na estruturação das questões raciais no Brasil.

Embora a história do Brasil possa ser caracterizada por distintos momentos que vão do início da colonização à implantação da República, nos interessa mais diretamente o momento histórico da transição do sistema colonial para o capitalista. Neste período onde ocorre o choque do sistema de produção nacional — agrícola — com o sistema de produção europeu — industrial —, onde o sistema baseado no trabalho escravo choca-se com o sistema baseado no trabalho assalariado, onde o branco começa a se dar conta do negro, então livre, como sujeito social e concorrente em potencial nas disputas no campo econômico, neste período de choque é que se dá o avanço no sistema de dominação racial: de um racismo declarado, em termos de violência e dominação físicas, para um racismo dissimulado, expressando-se e impondo-se no jogo social por meio das instituições sociais e do poder simbólico exercido por estas e pelos indivíduos.

As questões simbólicas, o capital simbólico a ser construído e disputado pela sociedade, se revestem de importância para o entendimento da sociedade tanto quanto as questões de caráter mais concreto, como, por exemplo, o domínio do capital financeiro.

Neste quadro de redefinição da dominação física para uma dominação simbólica, com base na exclusão da população negra ao acesso do capital social e do capital simbólico (em sua estruturação no campo econômico), a proposta do capítulo é de esmiuçar fatos e comportamentos sociais que delimitam e direcionam as relações raciais na sociedade brasileira. Dessa forma almejamos tornar um pouco mais claro esse campo obscuro das relações raciais.

## **2.1 – Da Dominação Física à Simbólica**

Em especial no período que marca a quebra do sistema de produção baseado no trabalho escravo (substituído pelo assalariado), onde a produção artesanal entra em choque com a produção industrial, onde o absolutismo

monárquico se choca com o liberalismo, período que se dá entre os séculos XIX e XX, temos a construção das bases que viriam a constituir o Brasil contemporâneo: um país de economia de mercado ainda arraigado de conservadorismo colonial. Como nos lembra Schwarz, as mudanças se deram mais sobre o campo ideológico que sobre o prático: se por um lado ocorria o atrelamento intelectual ao ideário liberal do capitalismo europeu, por outro, mais prático, regia as atitudes coloniais.

É nesse período de grandes contradições e choques de interesse que se dá à libertação dos escravos, fato que marcaria definitivamente todo o desenvolvimento social do país e principalmente a inserção do negro na vida da sociedade brasileira enquanto homem livre mas não menos limitado em seu desenvolvimento sócio-econômico<sup>10</sup>.

É necessário entendermos que, apesar das mudanças no sistema econômico, o país ainda era o mesmo: nossas elites ainda pensavam uma realidade européia para o Brasil, fato que se manifestava principalmente pela insatisfação da composição racial da nação (com esses motivos seria justificada a importação de mão-de-obra imigrante, branca e européia, sob a desculpa da necessidade criada pela abertura de postos de trabalho assalariado — para os quais os trabalhadores brasileiros não estavam aptos).

Neste momento, só para entendermos o nível de desenvolvimento e proposta social pensada pela elite intelectual, para entendermos até que ponto a proposta revolucionária da “igualdade, liberdade e fraternidade” era praticada, tomaremos o pensamento de José Bonifácio<sup>11</sup>, um dos precursores do pensamento abolicionista

Sejamos justos e benéficos, senhores, e sentiremos dentro da alma que não há situação mais deliciosa que a de um senhor carinhoso e humano que vive sem medo e contente no meio de seus escravos, como no meio da própria família, que admira e goza do fervor com que os desgraçados advinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial como maridos, mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam a sua terra para enriquecê-los, mas vem voluntariamente oferecer-lhe até as primícias dos frutos de sua terrinha, de caça e pesca a um Deus tutelar. (BONIFACIO, in MENESES, 1989: 246)

---

<sup>10</sup> Aqui devemos fugir da ilusão provocada por casos esporádicos e específicos de sucesso individual de membros da raça negra. Muitos têm tomado a particularidade desses casos para tentar justificar a validade do conceito de democracia racial.

<sup>11</sup> BONIFÁCIO, J. Depois da Abolição. In: MENESES, D. (org). **O Brasil do Pensamento Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998.

Em outras palavras, a concessão da liberdade como forma de continuidade da subjugação racial, sob certos aspectos até mais produtiva.

Devemos entender a posição dicotômica desta elite intelectual, em sua maioria: filhos de abastados fazendeiros que constituíram riqueza com a exploração do trabalho escravo das raças dominadas, a estes filhos pródigos coube pensar os avanços para um Brasil liberal e republicano. Uma situação psicológica nada confortável, talvez em muito equiparável à situação da elite contemporânea ao se defrontar com a possível quebra dos privilégios reservados historicamente à raça da qual fazem parte — a raça branca.

Como sabemos, a proposta abolicionista vingou, pelo menos em parte, e o Estado brasileiro, sob a ideologia de um estado de democracia racial, em muito se mostrou diferente do sistema praticado pelo governo estadunidense em relação à institucionalização de práticas discriminatórias ou racistas.

Mas se o Estado brasileiro se caracterizaria institucionalmente como uma democracia racial, que instrumentos ou mecanismos atuariam na manutenção dos privilégios destinados à elite branca? Como seria mantida a exploração sobre a raça negra que teve como auge da exploração o escravismo do período colonial?

As respostas a estes questionamentos marcam o real e grande “avanço” da nação brasileira em relação aos Estados Unidos: das relações raciais estruturadas pela dominação física das raças escravizadas às estruturadas pelo domínio simbólico de negros e índios.

Recorreremos aos conceitos desenvolvidos por BOURDIEU (2004; 2005; 2000;1997) e por BERGER (1995) para abordarmos essa migração ao plano da dominação no campo de simbólico.

A mudança na forma de manifestação da dominação racial, ao transpor o campo físico (explícito) e orientar-se pela dominação simbólica, faz necessário adentrarmos nossa análise sobre os *sistemas simbólicos* em sua ação sobre o *espaço social*.

Dessa forma o primeiro passo será recuperarmos a noção de *espaço social*. Para BOURDIEU (2005) entender o *espaço social* implica necessariamente romper com a teoria marxista, romper com

Tendência para privilegiar as substâncias — neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir — em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar

a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado; ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objetivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais esta em jogo a própria representação do mundo social. (BORDIEU, 2005: 133)

Sob esta perspectiva, *espaço social* é entendido como o lugar de disputas na qual os atores sociais (indivíduo e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social (BOURDIEU, 2005). Estas estratégias se dão em nível das diferentes formas de *capital*.

Já por *capital* entende-se determinada vantagem, bem ou valor passível de acumulação pelos atores sociais, tomados como bem a ser disputado em algum dos *campos sociais*. A noção de *capital* desenvolvido por Bourdieu não se restringe a noção de capital financeiro da teoria marxista, o autor entende que para a definição da posição dos indivíduos na estratificação social é necessário uma interação entre as diversas formas de capital.

Voltando a noção de ruptura proposta por Bourdieu, podemos avançar para o entendimento de *campo social*, aqui persiste uma complexidade de fatores de caráter multidimensionais que interagindo entre si agem para a estruturação do campo. Vale lembrar que para Bourdieu *campo social* é um espaço

Multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes(...).(BORDIEU, 2005: 135)

Podemos falar em um interesse bourdieuniano sobre as “relações” entre os elementos que definem o *campo social* e o *espaço social*. Nessa perspectiva temos condição para inserir as questões referentes à cor, etnia ou raça dos atores sociais no sistema de distribuição destes na estrutura do espaço social: se a posição é um processo de interação entre os diversos tipos de *capitais*, a cor dos indivíduos, *per si*, em face de um processo de escravização da raça negra, pode garantir ao branco uma vantagem natural que se expressa na simples característica de cor da pele, denominaremos esta vantagem por *capital racial*, vantagem natural de pertencer à raça branca.

Dado o primeiro passo, que se constituiu no entendimento de alguns conceitos básicos, mas principalmente no entendimento da complexidade dos fatores que agem na conformação da noção de espaço social, é possível avançarmos para o conceito de *sistema simbólico* (ciências, mitos, artes, religião, língua, etc.) e *poder simbólico*. Como vimos o *capital racial* naturaliza uma vantagem social dos indivíduos pertencentes à raça branca pelas simples características da própria raça: como esta vantagem inicialmente dada pela posse e escravização das raças dominadas passa para o domínio em um campo fluído onde nem sempre é possível perceber esta dominação.

Justamente sobre este enfoque vemos a ação do *poder simbólico*, para BOURDIEU (2005: 8) o *poder simbólico* é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Complementarmente, o *sistema simbólico* constitui-se como instrumento de conhecimento e comunicação, o que lhes dá o poder de “construção da realidade” que tende a estabelecer

Uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (BOURDIEU, 2005:9)

Dessa forma foi possível ocorrer a transposição da forma de dominação racial da sociedade brasileira: os anos de escravidão que subjugarão a raça negra agirão nos sentidos de consolidar o *sistema simbólico* brasileiro a cerca das relações raciais, consolidação em muito garantida pela produção simbólica dos meios culturais. Vale notar que esse sistema não seria abalado pela libertação dos escravos, muito menos pelo sucesso na progressão social de atores sociais negros agindo individualmente.

É de se ressaltar que a constituição do *sistema simbólico* brasileiro se deu em nível de pactuação entre os agentes que compõem a estrutura social brasileira, essa pactuação vem no sentido de garantir a manutenção e reprodução da ordem social<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> A noção de pactuação acerca da manutenção da ordem social não poderia ser diferente: a dominação, ao se dar em nível de imposições não pactuadas, poderia representar uma tomada de consciência do grupo negro quanto a própria dominação a que está submetido.

Não podemos nos esquecer que esta pactuação, na forma da *produção simbólica*, como detalhada na teoria de BORDIEU (2005), esta voltada para o interesse das classes dominantes, em outras palavras poderíamos dizer que a cultura atuou no sentido de gerar a:

- “Integração real da classe dominante” – através da distinção dos membros componentes desta classe a partir de um sistema de comunicação direto dentro do grupo.
- “Integração fictícia da sociedade em seu conjunto” - aqui impera o sentido de desmobilização sócial das classes dominadas, ou da anomia durkheimiana. Esse quadro fragmentado gerará a falta de consciência de grupo.
- “Legitimação<sup>13</sup> da ordem estabelecida” – neste ponto, entra em ação as hierarquias sociais, ou seja, o estabelecimento da distinção entre os atores sociais.
- “Legitimação das distinções” – Esta ação age no sentido de legitimar as distinções operadas pela legitimação da ordem estabelecida.

Os instrumentos detalhados no parágrafo anterior são os que garantem às classes dominantes a “domesticação dos dominados”, em outras palavras, garantem à raça branca a total submissão das raças dominadas (aqui, especificamente, a raça negra) ao sistema de dominação. Nessa perspectiva o sistema brasileiro de dominação racial é muito mais eficiente que o praticado nos Estados Unidos, pois aquele não permite à raça dominada identificar-se na situação de grupo socialmente explorado.

---

<sup>13</sup>Legitimação enquanto tipificação recíproca de ações habituais pelos atores sociais (BERGER, 1985: 79. Enquanto padrões estabelecidos socialmente ao longo do tempo e que tendem a permanecer impostos ou vigentes por meio do controle social.

## 2.2 – Miscigenação ou Assimilação?

Com base na teoria geral sobre o processo de dominação da raça negra cabe neste subitem dedicar maior atenção ao fenômeno da miscigenação enquanto manifestação social que orientou a formação da sociedade brasileira.

O processo de miscigenação assumiu, e ainda assume, o papel de fato social impar na formação das relações raciais brasileira. Ao analisarmos o papel desempenhado por ela na formação da estrutura social, é necessário de antemão reavaliar o seu uso e conceito.

Dois caminhos são possíveis no entendimento do processo social de miscigenação, ambos merecem destaque por representarem a forma como o pensamento brasileiro, tanto o popular quanto o acadêmico, trata a questão dos relacionamentos e cruzamentos inter-raciais: o primeiro, representando a visão baseada no senso comum, toma por miscigenação o simples processo de cruzamento biológico entre raças socialmente instituídas; numa outra abordagem, temos o conceito de miscigenação vinculado à estrutura social do fenômeno, passando assim, necessariamente, pelas dimensões política-ideológica, psicossociológica e econômica, entre outras (MUNANGA, 2004: 21).

Nessa última perspectiva, onde a abordagem do processo de miscigenação se dá de forma mais abrangente, pois se vincula aos processos sociais como um todo, é possível questionar o processo de miscigenação brasileiro enquanto processo harmônico onde a mistura de raças é tomada como aceitação da diferença. Cientes da proposta assimilacionista, oculta por trás do discurso da miscigenação, podemos falar em uma orientação eugenista atuando nesse processo, principalmente se tomarmos por referência o final do período imperial e início do período republicano onde se começava a formação da idéia de nação brasileira: Nesse momento, em face de uma população negra majoritária, era necessário limpar o sangue negro que manchava a possibilidade de desenvolvimento da nação, era necessário melhorar a nossa raça. Assim a miscigenação fundamenta-se no processo de branqueamento da diversidade multirracial brasileira.

Ao contrário do que tentou fazer ver Gilberto Freyre, a miscigenação brasileira não foi natural (no sentido de um intercurso sexual horizontal e harmonioso), como o próprio autor deixa “escapar”, a exploração sexual do grupo dominado, ocasionado pelo sistema escravista, era algo naturalizado.

Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades. Porque muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem. (FREYRE, 1984 :317)

Uma miscigenação, num primeiro momento, construída pela força de abusos sexuais dos portugueses sobre as mulheres das raças dominada e seguida de perto pelos “senhores das casas-grandes” no aliciamento de suas escravas.

Vista dentro deste contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloqüente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. (MUNANGA, 2004: 31)

Os passos seguintes, dados pela miscigenação fundamentada pela ação do Estado, se dão com a introdução da população imigrante européia, uma população branca que através do almejado processo de darwinismo social, em um futuro próximo, contribuiria para a formação de um Brasil branco — desenvolvido — (CORONE, 2002).

O entendimento que dominava a noção de identidade racial, ou melhor, de tipo racial, no pensamento da elite nacional foi de vital importância para tal projeto. Para muito além da visão estritamente econômica exposta em FURTADO (1982), o projeto de imigração posto em prática no Brasil serviu, antes de tudo, para os anseios da classe dominante em constituir um país branco.

O tipo social imaginado era incompatível com uma imigração não branca, razão apresentada para condenar a vinda de chineses, hindus e japoneses, apresentados como representantes de civilizações decadentes que podiam atrasar o processo histórico de formação racial do brasileiro. Quanto aos africanos, sequer foram cogitados como imigrantes (...). (SEYFERTH, 1996:41)

É possível que o processo brasileiro de miscigenação seja tomado como um grande avanço de um sistema colonial humanista, praticado pelos povos ibéricos? Em oposição: a pouca miscigenação presente na colonização dos países colonizados por povos não ibéricos, principalmente em relação às colônias inglesas na América do Norte, podemos tomar como simples indisposição dos ingleses em misturarem-se aos povos dominados?



A miscigenação, mesmo que em aspectos estritamente biológicos não deve ser entendida pela simples pré-disposição do grupo dominante em fazer intercursos sexuais com as mulheres do grupo dominado. Os relacionamentos sexuais interraciais entre colonizador e colonizado é melhor entendido quando abordamos o estoque de mulheres brancas disponíveis em cada processo de colonização. Assim temos uma diferença básica que oferece razões mais fortes para a diferenciação no processo ibero-americano do processo anglo-americano.

Outro aspecto da miscigenação brasileira diz respeito ao seu caráter desfragmentador da identidade negra da população miscigenada: o baixo contingente populacional de homens brancos no processo de colonização exploratória, frente à miscigenação bastarda (fruto do cruzamento entre senhores brancos com suas escravas negras), abriu espaço para que mestiços ocupassem cargo de melhor prestígio social, e por vezes cargos de controle do enorme contingente de população preta e escrava.

Este fato histórico, marca da identidade racial e da relação entre pretos e pardos, é de vital importância para o entendimento da distância ideológica que separa os pretos dos pardos: devido à cor da pele ser mais próxima ao do colonizador europeu, à cor dos senhores das casas-grandes, e também devido ao laço proto-familiar que os unia aos seus pais, aos pardos (morenos) foi permitida maior possibilidade de ascensão social (HASENBALG, 2005:243). O fato em si não é a essência do problema, a cisão maior é decorrente da hierarquia racial estabelecida através desse mecanismo de favorecimento da população mestiça em detrimento da população negra: a hierarquia social tratava de separar o mestiço de seu passado negro, e o mestiço passaria a ocupar uma posição intermediária na hierarquia social, abaixo dos brancos e imediatamente superior aos negros.

O peso maior deste privilégio social dos mestiços pode ser entendido pelo afastamento destes indivíduos em relação a quaisquer características que os remetesse à sua ancestralidade negra, à sua ancestralidade “inferior”. A aceitação desse mecanismo de afastamento em relação ao passado foi absorvida pelo mestiço como tentativa de aceitação social e de obtenção de maior desempenho nas disputas do campo econômico. Dessa forma o mestiço procurou maior proximidade com a identidade branca e, concomitantemente, enterrar seu passado negro.

Essa é a raiz das questões que ainda hoje afastam os pardos de uma aproximação com uma identidade negra. Nas disputas pelo domínio do campo

econômico aproximar-se em aparência física do grupamento branco é condição essencial para um bom desempenho, mais que isso valorizar a identidade branca é fundamental.

## 2.2 - A Branquitude

Entender a questão racial brasileira, entender as relações raciais que estruturaram a formação de nossa sociedade, requer que um dos focos da análise recaia sobre papel da raça dominante no estabelecimento das regras sociais que impedem a progressão social das raças dominadas.

As pesquisas que tomam por objeto de análise a estrutura racial brasileira têm dedicado especial atenção para situação do negro neste processo, esquecendo-se, ou abstraindo-se, do papel do branco na conformação dessa estrutura. Estas análises ao recaírem sobre a situação específica do negro não dão conta da relação racial como um todo, não conseguem explicar a manutenção dos mecanismos de discriminação e preconceito racial.

Assim, como nos lembra BENTO (2002), ao analisarmos a situação de uma raça explorada em determinada estrutura social, devemos automaticamente replicar a análise sobre o grupo que goza das vantagens oferecidas por esses mecanismos sociais de discriminação e domínio racial: não há como pensar o problema do negro sem que coloquemos no palco das disputas sociais o ator principal da permanência eternizada de seu baixo status social — o grupo branco.

Nesse sentido é necessário entender o papel do grupo de cor branca na institucionalização dos mecanismos racistas, que a institucionalização do racismo constituiu-se um fato social presente em todas as escalas da vida social, o que possibilitou a supervalorização do próprio grupo. Para MEMMI (1967), enquanto

Conjunto de condutas, de reflexos adquiridos, exercidos desde a primeira infância, valorizado pela educação, o racismo colonial está tão espontaneamente incorporado aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonialista. A freqüência de sua intervenção, sua intensidade nas relações coloniais seria, no entanto, estorpecedora se não soubéssemos até que ponto ajuda o colonialista a viver e permite sua integração social. Um esforço constante do colonialista consiste em explicar, justificar e manter, tanto pela palavra quanto pela conduta, o lugar e o destino do

colonizado (...). Quer dizer, em definitivo, em explicar, justificar e manter o sistema colonial e, portanto, seu próprio lugar. (69)

Embora não se trate especificamente de uma análise sobre a empreitada colonial portuguesa em solo brasileiro, MEMMI (1967), em um brilhante estudo que correlaciona o status do grupo colonizado ao status do grupo colonizador, entende que

O racismo aparece, assim, não como pormenor mais ou menos ocidental, porém como elemento consubstancial do colonialismo. É melhor expressão do fato colonial, é um dos traços mais significativos do colonialismo. Não apenas estabelece a discriminação fundamental entre colonizador e colonizado, condição *sine qua non* da vida colonial, mas funda sua imutabilidade. (71) (grifo nosso)

Essa relação “colonizador versus colonizado” deve ser entendida enquanto relação “branco versus não-branco”, mais especificamente, como “branco versus negro”.

Nessa perspectiva, as recentes pesquisas sobre as relações raciais no Brasil tentam dar um passo a mais em relação à maneira como se desenvolve o pensamento brasileiro: até então a análise sobre a questão racial brasileira tem se limitado aos pontos que tangem a situação do negro nesse complexo sistema de relações raciais implantado em nossa cultura. É necessário que comecemos um maior aprofundamento sobre o papel do branco, quer seja analisando as vantagens diretas que este grupo tem (pelo domínio de um capital racial inerente), quer seja pelo entendimento das questões de identidade de cor destes grupos.

Como não faz parte do nosso objetivo traçar um profundo retrato sobre a temática exposta nos parágrafos anteriores, nos deteremos nos próximos parágrafos em uma análise sobre a questão da identidade de cor do grupo branco, o que dá sentido a sua ação: a branquitude.

Por branquitude devemos entender “os traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das idéias de branqueamento” (BENTO, 2002: 25), ou seja, uma identidade de grupo que dá forma às ações dos indivíduos de cor branca em prol da manutenção social do ideal de branqueamento. Em sentido complementar, como nos lembra Piza, a

branquitude a partir do significado de ser branco, num universo racializado: um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social

de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo.<sup>14</sup> (2002:71)

Para o estabelecimento de um entendimento sobre a identidade de cor dos indivíduos da cor branca é necessário também aprofundarmos o conceito de branqueamento: enquanto princípio essencial na formação da sociedade brasileira, este age de forma a estabelecer cânones, ideais estéticos que estabelecem um padrão de beleza — expressão da cor da pele, dos traços fisionômicos e da compleição física dos indivíduos — em uma correlação direta à sua locação na pirâmide social, o que acaba por constituir um paralelismo entre cor e posição social. Assim podemos entender por branqueamento um processo estruturado pela elite branca que vincula o desempenho social e o acesso à mobilidade social ascendente às características fenotípicas dos indivíduos. Objetivamente, para se alcançar uma posição de destaque social as características fenotípicas dos indivíduos devem revelar sua identidade branca, ou no mínimo sua proximidade com esta.

Definidos estes dois conceitos podemos traçar algumas linhas de entendimento sobre a identidade de cor dos indivíduos brancos e da ação ativa destes na conformação da estrutura social, para isto recorreremos ao pensamento de NORVELL (2001), BENTO (2002) e PIZA (2002).

Para PIZA (2002) a participação dos indivíduos brancos na construção da questão racial brasileira, conseqüentemente da própria sociedade, é fato a “passar em branco” no trato social. Esse “passar em branco”, essa invisibilidade dos indivíduos brancos, em muito ocorre devido à noção isenta de uma identidade racial que perpassa o dia-a-dia desses indivíduos: nesse jogo onde todo peso da racialidade é atribuído aos grupos raciais dominados (negro, índio, entre outros), o grupo branco exerce o poder de não ser identificado enquanto grupo racial nas suas ações individuais. Aqui a noção de cor do grupo ganha aspectos de não-coloração: é possível ao indivíduo branco, no desempenho de suas ações diárias, isentar-se de uma identificação racial em nível do grupo al qual pertence, pintar-se em tons incolores. Por outro lado lhes possibilita atrelar às ações dos indivíduos pertencentes

---

<sup>14</sup> A exposição do conceito de branquitude em PIZA é uma reafirmação do conceito elaborado por Ruth Frankberg em seu livro: *White women, race matters: the social construction of whiteness*. (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995). Dessa mesma autora, o sentido dado à geografia social quer significar “um espaço populado, mais social que geográfico, onde ocorrem as relações entre brancos e brancos e brancos e não-brancos” (PIZA,2002:71)

às minorias raciais uma racialidade que prende os indivíduos às limitações impostas ao grupo.

Nesta posição, a branquitude a partir do significado de ser branco, num universo racializado: um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo.<sup>15</sup>

Assim é naturalizado o individualismo dos indivíduos da raça branca, como nos lembra esta autora, citando McIntoshi

Posso dizer palavrão, [comprar e] vestir roupa usada, ou não responder cartas sem que ninguém me atribua estas escolhas à imoralidade, pobreza ou analfabetismo da minha raça. [...] Posso praticar uma boa ação, em uma situação de risco, sem ter que me tornar um exemplo para a minha raça. [...] nunca sou chamada a falar por todos do meu grupo racial. (PIZA, 2002: 72)

São aquelas velhas afirmações e brincadeiras tão comuns em nosso dia-a-dia: “é, só podia ser preto”; “índio é tudo mulherengo”; “os japoneses são muito inteligentes”, “os chineses são porcos”, etc. Afirmações e brincadeiras que “enterram” os indivíduos pertencentes aos grupos minoritários à massificação de uma identidade coletiva, enquanto, concomitantemente, garante aos indivíduos brancos a individualidade e invisibilidade de sua raça. Ou é comum ouvir o comentário “só podia ser coisa de branco”, “tinha que ser branco”?

Esse raciocínio quer demonstrar o papel da alteridade na formação das questões raciais brasileiras: a raça é um lugar de supervalorização das características e da identidade racial dos grupos dominados frente a total individualização dos agentes do grupo dominante.

NORVELL (2001), complementando os parágrafos anteriores, ao pesquisar como a classe média “fala sobre si mesma e sobre raça”, identifica um incomodo das camadas mais ricas em classificarem-se como brancos: em perguntas abertas sobre a cor de sua pele o autor encontra maior frequência no uso dos termos “claro” e moreno. Este fato é justificado pelo autor como decorrente da visão de que o país é fruto de uma mistura harmoniosa entre as três raças de maior destaque numérico no período colonial. Dessa forma o mito da miscigenação acaba por representar um

---

<sup>15</sup> A exposição do conceito de branquitude em PIZA é uma reafirmação do conceito elaborado por Ruth Frankberg em seu livro: *White women, race matters: the social construction of whiteness*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. Dessa mesma autora, o sentido dado à geografia social quer significar “um espaço populado, mais social que geográfico, onde ocorrem as relações entre brancos e brancos e brancos e não-brancos” (PIZA,2002:71)

sério obstáculo à aceitação dos extremos do contínuo de cor, apesar da construção racial a cerca desses extremos ser altamente pertinente, o brasileiro encontra dificuldades em se auto-classificar pelos termos Negro (preto)/Branco. Em muito isto deve ser entendido como o princípio gerador da noção de brasilidade, ou seja, grupos populacionais que abrem mão de sua identidade racial para construir algo maior: a nação brasileira. Nesse sentido, para o autor, adotar os extremos dessa classificação é fazer referência direta à identidade específica desses grupos ascendentes, logo uma identidade não nacional.

Mas em oposição ao exposto no parágrafo anterior, o autor também apresenta o distanciamento entre o grupamento branco de classe média e o cadinho cultural que representa a essência da “identidade nacional”, a miscigenação. A partir de entrevistas, NORVELL (2001) verifica que esses atores

Confessam que não sabem dançar samba. Só as mulatas do morro sabem realmente sambar. (...) Falam sobre o *povão*, as massas racializadas, e seu jeito solto, sua gíria, sua irreverência. Um advogado de classe média alta me disse: “Assim como você é um gringo aqui, eu também”. Apontou para a rua e explicou: “Meu nome não é da Silva. Não uso gíria o tempo todo. Não sambo. Não tenho sangue negro”. (261)

Se por um lado assumir a branquitude contradiz o mito de miscigenação que florescia o imaginário sobre a formação da identidade nacional, por outro, assumir uma aproximação com o grupo negro entra em choque direto com a visão que estes grupos da classe média branca têm de si mesmos: uma elite branca (com sonhos de identidade europeia), que não se vê representada pelo “projeto miscigenador” que dá cor à nossa identidade nacional.

Concluindo, a participação do branco na formulação das relações raciais se dá de forma muito refinada: no plano oficial lhes permite assumir o discurso da miscigenação; no plano oficioso, escondido sob a superfície das práticas sociais propagadas pelo senso comum, miscigenar com o negro, ainda que culturalmente, é inadmissível.

BENTO (2002), como foco de pesquisa voltado para a psicologia social do grupamento branco, quer entender como esse grupamento enxerga a sua participação na conformação da estrutura racial brasileira. Embora não seja um processo declarado, a discriminação e o racismo são elementos básicos para entendermos o *status* social do negro, não necessariamente motivada por um

preconceito, mais talvez simplesmente pelo interesse do branco em garantir a manutenção das vantagens historicamente reservadas para o seu grupo racial.

O desejo de manter o próprio privilégio branco (teoria da discriminação com base no interesse), combinado ou não com um sentimento de rejeição aos negros, pode gerar discriminação. É esta perspectiva de análise que levou Antonovski a advogar a distinção entre discriminação provocada por preconceito e discriminação provocada por interesse. (BENTO,2002: 28)

Embora o negro seja destacadamente o pior prejudicado nesse jogo perverso das disputas pelos capitais do campo econômico, a presença da existência desse “desejo de manter o próprio privilégio” faz com que pessoas que cultuam valores democráticos e igualitários aceitem a injustiça que incide sobre aqueles que não são seus pares ou não são como eles” (BENTO, 2002:29). Aqui vemos a manifestação de um mecanismo psico-sociológico que afasta esses atores de qualquer compromisso moral com a luta dessa camada excluída, o que justificaria o conceito de “indignação narcísica” (BENTO, 2002), em outras palavras: só me sinto tocado pelo que afeta o grupo ao qual pertenço.

Como é notória, embora ocultada, a participação da população branca foi a força principal para a geração das mazelas que incidem sobre o grupo negro, tanto por meio da exploração do período colonial quanto pela perpetuação da subjugação pós-abolição. Do ponto de vista psico-sociológico, admitir-se mola principal dessa engrenagem exploratória é algo que gera incomodo ao grupamento branco<sup>16</sup>, não pela exploração em si, exploração que faz do seu grupo o modelo racial padrão da sociedade brasileira, mas sim porque ao admitir a exploração estaria entrando em conflito com a ideologia da convivência frutífera e harmoniosa entre as raças, ideologia vital para a manutenção do lugar social destinado ao branco. Temos assim uma situação de profunda contradição: identificar-se enquanto classe “colonizadora” (para usar de eufemismo), única beneficiada nas disputas sociais, acabaria por gerar rupturas com o sistema ideológico sobre o qual a identidade nacional foi formada.

Ainda, nesse exercício de entendimento dos fatores psico-sociológicos que dão sentido ao comportamento do grupo branco, principalmente para a parcela pertencente à classe média, o conceito de “indignação narcísica” pode se constituir em instrumental necessário para a abordagem da estrutura racial brasileira,

---

<sup>16</sup> Neste aspecto é interessante resgatarmos a pesquisa organizada por SANTOS, G & SILVA, M.P (2005): em pesquisa realizada com 5003 entrevistados aferiu-se, entre outros dados, que 90% dos entrevistados pertencentes à população branca acusam existir no Brasil racismo em relação à cor, mas curiosamente apenas 2% admitem ter preconceito de cor.

principalmente se trazermos a tona qualquer tentativa de lutas focalizadas sobre as disparidades raciais.

Não conseguimos com essas curtas construções e encadeamentos de idéias dar conta da profunda argumentação dos autores que trabalham com a psicologia-social nas relações raciais no Brasil. Mas quisemos pinçar instrumentos que melhor nos possibilitassem entender a conformação da hierarquia racial brasileira a partir do entendimento do branco enquanto ator estruturante da nossa estrutura racial.

Como destacamos, a participação do grupo branco na estruturação racial das desigualdades sociais não se dá de forma explícita (o que acaba gerando para o senso comum a falsa noção de não existência de mecanismos discriminatórios na nossa sociedade), a ação acaba se manifestando através de mecanismos psicossociológicos, por vezes até inconsciente, que atuam no sentido de preservar as vantagens sociais gozadas pelo grupo e de isentá-los de qualquer compromisso moral para com a situação dos grupos minoritários explorados que não pertençam ao seu grupo racial.



## Capítulo III

### O LUGAR DO NEGRO E O LUGAR DO BRANCO

*“Em todo o mundo... minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, desproporcionalmente afetadas pelo desemprego e desproporcionalmente menos escolarizadas que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e conseqüentemente, menor expectativa de vida. Estas, e outras formas de injustiça racial, são a cruel realidade do nosso tempo... mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro.”*  
(Kofi Annan, março de 2001)

Falar em desigualdade sócio-racial no Brasil, já tendo em vista evitar a contra-argumentação conciliadora que ainda faz uso da ideologia da democracia racial<sup>17</sup> — base “sólida” que permeia o imaginário social desde o início da formação de nossa sociedade —, faz necessário explicitar alguns dados que caracterizem esta desigualdade, quantificando-a e qualificando-a, de modo a possibilitar ao leitor um melhor entendimento quanto ao lugar social destinado ao negro na sociedade.

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontam que dos brasileiros abaixo da linha de pobreza<sup>18</sup>, 22% da população, 70% são negros. Estes dados somam-se aos dados apresentados pela ONU, segundo os quais se considerarmos o IDH<sup>19</sup> dos brancos o país alcançaria a 46<sup>o</sup> posição dentre os países com melhor desempenho, já se adotarmos o IDH dos negros o país cairia para 105<sup>o</sup>. Podemos falar de dois países distintos: um, branco, com qualidade de vida próxima aos dos países “desenvolvidos”; outro, negro, com qualidade de vida comparada aos países mais pobres do continente africano.

---

<sup>17</sup> A ideologia da democracia racial, como vimos no capítulo um, sinteticamente falando, fundamenta-se sobre a perspectiva da inexistência de preconceito racial no país. Em sua essência tenta estabelecer uma explicação para a situação de desigualdade entre negros e brancos devido ao passado recente de escravidão e conseqüente pobreza dos negros.

<sup>18</sup> A linha de pobreza estabelece como patamar de corte a renda *per capita* mensal de R\$ 75,50, em valores do ano 2000 (Fonte IPEA).

<sup>19</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador sintético que varia de 0 a 1. Para fins analíticos, toma-se três parâmetros numéricos para análise: até 0,499, de 0,500 a 0,799 e acima de 0,800; respectivamente, classificados como de baixo desenvolvimento, médio e alto. O cálculo do IDH é composto pela análise dos indicadores de longevidade, educação e renda.

Assim, propomos para este capítulo a construção do quadro geral desse distanciamento social, para o qual adotaremos como parâmetro comparativo o desempenho ou grau de desenvolvimento social dos grupos populacionais negros e brancos.

Sob essa explicitação do universo passaremos a estruturação de dados estatísticos sobre educação, saúde, mortalidade infantil, taxa de fertilidade, expectativa de vida, trabalho, renda, violência, entre outros. Concomitantemente, trabalharemos com a construção estatística da população brasileira sobre os aspectos referentes a sua composição racial<sup>20</sup> e distribuição no território, sem deixar de incluir a análise sobre as variantes de gênero e idade.

Para efeito das análises estatísticas adotaremos a tese onde o conceito do termo “negro” é utilizado como denominador comum das populações pretas e pardas<sup>21</sup>, como tem defendido os movimentos que lutam pela inclusão social da população negra e pela sua auto-afirmação. Reconstituindo, para isto, a forma de desagregação por cor adotada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esta opção de abordagem visa combater o senso comum no tocante à distinção entre pretos e pardos (diferenciação esta construída ainda no período colonial e cujo papel social foi desfragmentar qualquer possibilidade de união dentro do grupo afrodescendente). Como hipótese de pesquisa, entendemos que ambos os grupos (pretos e pardos) se encontram em uma mesma situação de desvantagem, de distanciamento social, em relação ao grupamento branco. Esta hipótese será verificada com a análise dos indicadores a partir da adoção de cortes específicos que nos revelem esse universo mascarado pela adoção de “taxas brutas para a população como um todo” (BELTRÃO, 2000: 1).

---

<sup>20</sup> O termo raça está sendo usado no sentido de sua significação social, longe de querer significar diferenciações biológicas em nível da capacidade intelectual das populações negras e brancas (o que justificaria a posição social inferior do negro, determinismo biológico já derrubado pelas ciências biológicas), quer estabelecer uma diferenciação em nível dos caracteres fenotípicos (cor, traços fisionômicos, etc), que, como vemos nos capítulos posteriores, é fruto de uma construção sócio-cultural. Esta diferenciação social baseada em termos da aparência desempenha importante papel nas disputas pelo campo econômico.

<sup>21</sup> Embora vários pesquisadores apresentem relutância em adotar os padrões estabelecidos pelo IBGE sob a argumentação de que a agregação adotada não corresponde à apreensão da cor pelo brasileiro, entendemos que o foco chave para a abordagem da questão racial não se encontra, *per se*, na reconstrução do indicador cor através da adoção dos termos “utilizados” pela população. É muito mais revelador esmiuçar as construções sociais que impossibilitam aos afrodescendentes se autotranscreverem pela cor ou características que os aproximem do grupo preto, revelando assim as atitudes conscientes e inconscientes de suas preterições na classificação da cor.

É notório que ao adotarmos o direcionamento defendido pelas entidades que lutam pelo direito do negro fazemos uma opção ideológica frente às inúmeras possibilidades de abordagem da questão da identidade de cor do brasileiro. Assumir este posicionamento requer construir um entendimento a respeito da identidade de cor e das externalidades que possam vir a compor com esta. Mais que isto, requer o reconhecimento da construção ideológica que serve de pano de fundo para a multiplicidade de cores que permeia a noção de cor do brasileiro — um infinito *degrade* que tem como pólo oposto à cor branca, a preta —. Empreitada que passaremos a desenvolver agora.

## **2.1 - A Noção de Cor do Brasileiro**

Nas últimas décadas, com a retomada das investigações estatísticas sobre a composição racial da população brasileira, muitas críticas foram levantadas a respeito da classificação de cor adotadas pelas fontes oficiais de pesquisa demográfica. As críticas mais ferrenhas tentam desqualificar a metodologia adotada pelo IBGE e a defendida pelo movimento negro, partindo do pressuposto que a noção de cor do brasileiro não se expressa de modo tão fechado quanto o praticado nas pesquisas do IBGE, nem tão polarizado quanto tem defendido o movimento negro.

Nesta primeira crítica podem ser anexadas uma série de outras questões, não menos importantes, cujo conteúdo deve ser melhor esclarecido: tão importante quanto entender a classificação adotada pelo IBGE é entender as linhas de cor que permeiam a cultura brasileira, A estruturação social do uso do termo moreno ou das diversas nomenclaturas ambíguas para uma mesma variação de cor ou proximidades de cor, a intermediação do desempenho sócio-econômico individual na classificação e autotransição por cor e o papel ideológico afirmativo da unificação das categorias preto e pardo no termo negro.

Com este intuito, de entendimento sobre essas variantes influenciadoras da questão de identidade de cor, trataremos agora de construir um quadro do desenvolvimento do pensamento sobre estes pontos. Para isso recorreremos a alguns nomes como Nelson Valle, Oracy Nogueira, Piza, Telles, entre outros.

Previamente, é interessante resgatar a distinção elaborada por NOGEIRA (1998) sobre o preconceito de marca e sobre o preconceito origem. Nos termos do capítulo anterior, ao reunir subsídios sociais para distinguir a cultura brasileira da cultura norte-americana, o autor dá nova luz para o entendimento da questão racial no país e abre um campo de entendimento para a questão da identidade de cor do brasileiro: no Brasil, diferentemente do padrão norte americano regido pelos padrões de hipodescendência<sup>22</sup>, a regra de classificação se vincula aos caracteres de “marca” (cor da pele, tipo de cabelo, traços fisionômicos, dentre outros componentes da compleição física dos indivíduos), o que abre espaço para a presença de externalidades subjetivas dentro do sistema classificatório — tanto para a classificação quanto para a autoclassificação, fatores vinculados ao desempenho sócio-econômico individual, por exemplo, podem contribuir para a construção da identidade de cor—. Em outras palavras as questões raciais podem ser imbricadas por questões de classe, que tendem a relacionar a cor do indivíduo a sua posição social, assim um pardo pertencente à classe média ou rica poderia ser considerado e considerar-se branco, na contrabalança, a mesma situação de cor para um indivíduo de classe pobre tenderia a puxar sua classificação para um nuance de cor mais “escura”. Essa noção, construída socialmente, tem efeito direto sobre a aceitação de cor pelo brasileiro: já faz parte do imaginário social que cor preta se relaciona diretamente ao baixo desempenho socioeconômico.

Nesses termos, essa construção acaba por refletir diretamente sobre o capital simbólico dos grupos de cor em questão — na medida em que são relacionados desempenho social e cor dos indivíduos (características físicas) se estabelece uma sub-valorização social do grupo pertencente à minoria social. O impacto desta correlação perversa incide diretamente sobre as possibilidades de acesso ao capital social, na medida em que validá-se com a não aceitação estética característica do grupo, o que conseqüentemente trabalha para a construção de uma desvalorização sócio-psicológica da cor (entre outras características fisionômicas) do grupo subjugado.

---

22 O conceito de hipodescendência, encontrado na cultura norte-americana, estabelece o padrão genotípico como regra para inserção social: nesse sistema não basta o indivíduo apresentar, “fenotipicamente”, predominância de características do grupamento branco se na sua ascendência está presente um antepassado negro. Mesmo que a sua aparência seja loira e de olhos azuis, este passaria a ser considerado negro. O que temos é uma vinculação direta dos descendentes à sua ascendência negra, mesmo que estes não apresentem características físicas que os vincule a estes últimos.

A construção da cor, nesses moldes, leva os indivíduos ao uso de subterfúgios sócio-psicológicos de distanciamento da cor matriz menos privilegiada. Em outras palavras, leva a um afastamento das classificações que os aproxima dos termos preto ou negro, tendo em mente, ainda que de forma inconsciente, o lugar social destinado a estas cores.

### **2.1.1 - Sistemas de Classificação**

Feita esta discussão preliminar entraremos mais diretamente na construção de um modelo teórico sobre a classificação de cor no Brasil.

TELLES (2003), sobre a problemática da noção de cor do brasileiro, identifica três grandes sistemas de classificação racial sob o qual pode ser enquadrado todo o *continuum* de cor que vai do preto ao branco, segundo as diversas orientações ideológicas que estruturam a noção de cor do brasileiro. Para o autor temos: o sistema posto em prática pelo IBGE, com sua classificação fechada nos termos branco, preto, pardo, amarelo e indígena; o sistema praticado pela população, com a utilização de termos imprecisos e ambíguos; e por último, o sistema defendido pelos movimentos que lutam pela inserção do negro na sociedade brasileira que defende a polarização “branco-negro”, adotando para isto a união de pretos e pardos numa mesma categoria.

Nessa divisão, a classificação praticada pela população é a que melhor se alinha à construção histórica da identidade de cor no país. A quantidade de termos imprecisos e ambíguos, a exemplo o termo moreno, abrangendo uma gama de cor que vai das pessoas brancas com cabelo escuro às pessoas pretas, mascara uma situação de não aceitação sócio-psicológica da cor preta e suas proximidades tonais. Ao se adotar termos imprecisos, historicamente construídos, na verdade se quer evitar a classificação ou autoclassificação por termos depreciados socialmente, como nos lembra Mariza Correa “o escravo passou a ser o negro, racial e biologicamente definido, depois da abolição” (in TELLES, 2003:112), identificação de uma construção social que não está apenas na cabeça dos letrados, mas que perpassa todas as camadas sociais.

Há de se entender que no Brasil, devido à prática cultural desenvolvida, originária em um período escravocrata de forte miscigenação forçada pelo grupo

masculino dominante — branco —, sobre o grupo feminino dominado — negro —, fez-se da mobilidade social instrumento de distinção entre brancos e pretos, com reflexo direto sobre o *continuum* de cor que separa as duas matrizes. Esse mecanismo de dominação racial fez uso de um forte aparato ideológico para vincular a progressão social às características fenotípicas dos indivíduos e para afastar o grupo em ascensão de qualquer proximidade com a identidade cultural do grupo preto. Historicamente, a cor, mais que denominar indivíduos pelas suas características fenotípicas, cria uma distinção básica para o acesso ao capital social.

Mas, reafirmando o estoque do senso comum em seu sistema de classificação, a crítica atual — à revelia das implicações sociais mascaradas pelo uso de termos ambíguos e contraditórios—, quer fazer crer que qualquer levantamento da identidade de cor da população deve ser feito dentro dos termos de designação de cor praticados pela própria população. Para dar uma roupagem científica a esse ponto de vista podemos identificar dois pontos de validação freqüentemente utilizados: o primeiro utiliza a PNAD de 1979 onde foram levantados mais de 100 termos para classificar o *continuum* de cor que vai do branco ao negro; o segundo faz uso da Pesquisa Data Folha de 1995, onde temos uma preferência da população em se classificar pelos termos moreno e moreno claro em detrimento dos termos pardo, preto e negro <sup>23</sup>.

Sobre o primeiro ponto, a crítica se abstrai do fato de 95% dos entrevistados usarem apenas seis termos para designar cor, se abstrai do fato de que a maioria absoluta opta por poucos termos (TELLES, 2003:107). Quanto ao segundo, não se questiona quanto à imprecisão do termo moreno e suas possíveis significações para o sistema social, conforme suscitamos nos parágrafos anteriores.

Temos por segundo sistema classificatório o praticado pela fonte oficial de pesquisa, o IBGE. Sobre este é necessário estarmos cientes que apesar do modelo de coleta de informações sobre a cor ser realizado como base em categorias raciais previamente definidas, associada à autodeclaração do entrevistado, a ação dos entrevistadores e de outros agentes integrantes do processo de coleta de dados, por

---

<sup>23</sup> Sobre este ponto é necessário nos remetermos à TELLES,2003, Pág 107. O autor faz referência á pesquisa Data Folha, esta, a partir de questionário aberto, apresenta a seguinte composição da população: 42% se denominou branca, 32% morena, 6% morena clara, 7% parda, 5% negra e 3% preta.

vários motivos, tende dar à pesquisa um caráter de classificação por terceiros<sup>24</sup>, o que abre espaço para a ação de subjetividades objetivas na classificação de cor, a exemplo, o *status* social do entrevistado (TELLES, 2003,pág 114). Ao se deparar com essa subjetividade objetiva, denominada externalidade, que atua sobre as escolhas de denominações de cor, TELLES (2003) identifica quatro determinantes principais: educação, raça, gênero e região de origem.

Por não constituir intuito principal do trabalho esse detalhamento das externalidades, abordaremos aqui de modo sucinto a pesquisa desenvolvida por TELLES (2003) na Bahia e em São Paulo<sup>25</sup>, onde o autor compara os efeitos simultâneos de gênero, região e educação em “termos de inconsistência da classificação racial”. O seu objetivo é o de demonstrar que em face dessas variantes a classificação racial não pode ser entendida por critérios exclusivamente vinculados às características fenotípicas dos indivíduos. O objetivo do autor é verificar

A probabilidade de que entrevistados brancos, pardos ou pretos se classifiquem de forma consistente segundo a educação, o sexo a composição racial da área urbana em questão.(TELLES,2003, 121)

Para isto faremos uso da TABELA 1, que sintetiza dados levantados pela Pesquisa Data Folha de 1995 com o intuito de mensurar os efeitos simultâneos da educação, gênero e educação “em termos de inconsistência da classificação racial”(TELLES, 2003,122). Com os dados apresentados nesta Tabela, o autor verifica que os entrevistadores “branqueiam” as pessoas de maior escolaridade. Esse branqueamento se dá para os grupos de cor branca e para os grupos de cor parda: entre os que se declararam brancos ou pardos, em São Paulo e na Bahia, notamos uma maior correlação entre a cor autodeclarada e a cor classificada pelo entrevistador quando o entrevistado possui um melhor nível educacional. Analisando os dois estados temos na Bahia a média (resultante da união de homens e

---

<sup>24</sup> Para um melhor esclarecimento quanto à atuação de “terceiros” influenciando na coleta de dados ver TELLES, op.cit, pág 113 à 117. O autor identifica como principais causa da classificação por terceiro no sistema fechado autodeclarado do IBGE a ação deliberada do pesquisador: por achar que tem a resposta; para evitar constrangimento do entrevistado; para ganhar tempo na entrevista. Somando a este agente também teríamos o fato da classificação de cor dos moradores da casa geralmente ser feita por um único membro.

<sup>25</sup> TELLES trabalha com essas áreas tendo em vista as características de composição racial muito distinta: enquanto que na Bahia temos as áreas urbanas com 25% de brancos, em São Paulo temos 75%.

mulheres) de 93,5% para a faixa de maior escolaridade e 67% para a faixa de baixa escolaridade; Já em São Paulo esse percentual fica em média 87,5% para o grupo de baixa escolaridade e 98% para os de alta escolaridade.

Na análise do pólo oposto a esse *continuum*, o grupo preto, os dados apresentam tendência dos entrevistadores em reafirmar a cor preta com maior frequência para os pretos pertencentes à faixa de menor escolaridade: na Bahia esse percentual fica em torno de 52% (homens) e 42%(mulheres), enquanto que em São Paulo esses percentual fica em 60% (homens) e 50% (mulheres). Já para os

**Tabela 1 - Propensão de ser Classificado por Entrevistadores na mesma categoria da Autoclassificação- Branco, Pardo e Pretos por Escolaridade, Região e Sexo (em %)**

Escolaridade/ Cidade	Autoclassificação					
	Branco		Pardo		Pretos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Baixa Escolaridade:						
Bahia	65	69	76	79	52	42
São Paulo	87	88	65	69	60	50
Alta Escolaridade:						
Bahia	93	94	69	72	62	22
São Paulo	98	98	56	58	70	28

Fonte: TELLES, 2003

pretos de maior escolaridade este percentual fica em 62% (homens) e 22% (mulheres), na Bahia, e 70% (homens) e 28% (mulheres), em São Paulo.

Com bases nestes dados, conclui-se que ocorre embranquecimento no ato de classificar o entrevistado quando este possui um nível elevado de escolaridade, fato que se repete para o grupo branco e para o grupo pardo. Para o grupo preto, quanto mais baixa a escolaridade, maior será a probabilidade do entrevistador classificá-los como pretos.

Essa conclusão, apesar do esforço realizado pelo autor em interpretar os dados estatísticos, pode induzir respostas precipitadas. A falta de precisão que a realidade social nos transmite anula, em parte, a resposta a esse desencontro entre a classificação do entrevistador e a autoclassificação do entrevistado. Essa



propensão ao branqueamento dos que se dizem brancos, pertencentes a um nível educacional melhor, e enegrecimento dos que se dizem pretos, pertencentes a um nível educacional pior, talvez possa significar, simplesmente, maior proximidade ou afastamento das matrizes de cor tomadas por padrão de análise. Em face da estratificação social brasileira, com sua forte representação fenotípica, surgem quanto à certeza apontada por TELLES (2003) — os pretos menos escolarizados podem representar um tipo ideal<sup>26</sup> de preto; os brancos podem representar uma aproximação de um tipo ideal de branco. Entendemos que enquanto não forem estabelecidos critérios mais precisos, a inferência sobre esses números de encontros e desencontros representa especulação que tende a complicar ainda mais o entendimento sobre a noção de cor do brasileiro.

Neste sentido, ainda em relação ao que chamamos aqui de externalidades ao sistema de classificação de cor, é interessante resgatarmos as considerações feitas por MAGGIE (1996)<sup>27</sup> sobre a manifestação dos padrões culturais na construção dessa diferença entre “pretos versus brancos”. Conseqüentemente abordaremos aqui os padrões nominativos adotados pela população. A autora está interessada em discutir a influência de nossos mitos de origem em nosso modo atual de lidarmos com a questão da racial construída socialmente. Para isto identificamos dois mitos matrizes da nossa cultura: o primeiro, gerado por Roberto da Mata, trata do mito de origem que apresenta o povo brasileiro como resultado da união entre negros, índios e brancos; O segundo mito, elaborado indiretamente por Gilberto Freyre, trata de reforçar o sentido dessa união na medida em que afirma uma harmonia entre as raças formadoras do povo brasileiro, a tão discutida Democracia Racial.

MAGGIE (1996) quer chamar atenção para o peso social destes mitos e para o papel destes, ainda fortemente presentes, nos dias atuais. Na medida em que vivemos numa “democracia racial”, fruto da união harmônica entre as três raças matrizes, não há porque nos questionarmos quanto às possíveis questões sociais

---

<sup>26</sup> Adotamos aqui o conceito de tipo ideal em Weber: Para este, tipo ideal assume aspectos de um construto do intelecto humano (esse jogo social e psicológico) não existente materialmente, pois se trata de uma essência que serve apenas como matriz referencial para determinada análise.

<sup>27</sup> MAGGIE, Y. “Aqueles a quem foi negada a Cor do Dia”: As categorias de Cor e Raça na Cultura Brasileira. in MAIO & SANTOS (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

estruturadas em torno do conceito de raça — raça passa a ser considerada uma categoria de análise irrelevante.

Aqui temos criada uma situação ideal para a invisibilização das questões raciais necessária para a imposição das verdades sociais.

Neste ponto, propiciados pela discussão da visibilidade da questão racial brasileira, abordaremos o terceiro sistema de classificação proposto por TELLES (2003), o sistema defendido pelo movimento negro.

Como anunciamos anteriormente, o movimento negro, face à polarização social, à distância social entre brancos de um lado e não-brancos<sup>28</sup> de outro, defende a utilização de um sistema de classificação de apenas dois termos: negro e branco. Essa classificação tem como objetivo principal resgatar a identidade do grupo negro a partir da construção de um valor simbólico que agiria de modo a constituir um referencial de orgulho sob a bandeira do termo negro. É notório que a fragmentação da identidade negra, a partir do uso de infinitos termos para designar esse já tão falado *continuum* de cor, assumiu a função estrutural de também fragmentar qualquer tipo de identidade entre esses grupos pertencentes a um mesmo status social, apesar de seus diferentes nuances de cores de pele.

Em um outro ponto, por uma série de questões socialmente determinadas de modo a garantir a manutenção dos padrões de subjugação racial, a identidade negra foi negada e massacrada sob um discurso da manutenção de uma identidade nacional: como vimos no capítulo anterior, o nascimento da idéia de nação no Brasil teve sua construção altamente atrelada à expropriação dos grupos não brancos e à não inserção destes na estrutura social. A estruturação social de nossa sociedade, sob um discurso de democracia racial, aniquilou a diversidade étnica de grupos negros e indígenas em prol da construção do termo moreno, leia-se também o processo de construção da miscigenação. Assim, temos já nas origens de nossa sociedade um princípio orientador que direcionava as ações sociais para a construção da noção de igualdade (oficiosa), enquanto por outro lado massacrava a diversidade étnica (oficial) dos grupos “inferiores”.

É contra essa perspectiva alienante da identidade negra que o movimento negro tem lutado. Almeja-se agregar esse corpo social expropriado e fragmentado

---

<sup>28</sup>O termo não-branco assume aqui a síntese do *continuum* de cor que vai do negro ao branco, passando pelos termos moreno, moreno claro, pardo, mulato, etc.

sob uma bandeira de luta unificada — a do direito à identidade, a do direito à negritude.

Apesar da oposição incessante de muitos pesquisadores (em prol da idéia de democracia-racial, mito vital da nação brasileira), apesar da insistência destes em argumentar no sentido dessa identidade negra como fruto de uma projeção da realidade norte-americana, essa luta alcançou muitas vitórias nos últimos anos. Essas vitórias passaram por: visibilizar a questão racial, categoria vital para o entendimento das desigualdades, por décadas suprimida pela prática de um discurso fechado exclusivamente nas questões de classe social; por garantir politicamente uma maior intervenção no sentido de institucionalizar essa identidade em vias de renascimento; por demandar uma nova interpretação da sociedade brasileira e principalmente por propor a um grupo racial fragmentado uma identidade única (como noção de classe social).

Apesar do termo negro não representar a noção de cor da população, já que esta noção foi construída de modo a servir para a produção e reprodução das desigualdades sociais, TELLES (2003) aponta para um crescimento e maior aceitação do termo, apesar de ainda limitada a um entendimento geral apenas nas situações onde questões de discriminação racial são debatidas.

Queremos aqui, ao modo de Weber, colocar os nossos valores no palco para fim de julgamento, e nossos valores se alinham ao pensamento dos últimos parágrafos. Queremos aqui começar a produzir ciência, uma ciência que como outra qualquer tentativa de produzir ciência representa apenas um fragmento da realidade, e sendo fragmento passa por questões ideológicas.

## **2.2 - A composição por cor da população brasileira**

O Brasil possui cerca de 74 milhões de negros, o que representa aproximadamente 45% da população do país — de acordo com o Censo 2000 (resultados da Amostra) entre os aproximadamente 169 milhões de brasileiros cerca de 53,74% se declararam brancos, 38,45% pardos, 6,21% pretos, 0,45% amarelos e

0,43% índios. Estes dados conferem-nos o posto de segundo país com maior população negra, atrás apenas da Nigéria.

Aqui nos interessa ressaltar essa composição numérica ao longo da formação da sociedade brasileira, bem como sua série histórica e os determinantes para sua configuração (vide TABELA 2 e GRÁFICO 1). Com base em dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é possível identificar três grandes períodos da evolução da dinâmica populacional brasileira sobre o ponto de vista de sua composição racial: em 1890 os negros representavam 56% da população enquanto os brancos representavam 44%, para entendermos esta superioridade numérica da população negra devemos nos remeter a formação econômica do Brasil Colônia e Império cujo sistema estava totalmente fundamentado sobre a exploração da mão-de-obra de escravos africanos; estes valores mudam bruscamente com a implantação da política de branqueamento da população praticada no final do século XIX e início do século XX, esta política, baseada na importação de mão-de-obra européia<sup>29</sup> para substituir a escrava, deu um novo desenho para o quadro da composição racial do Brasil, em 1940 os negros passariam a representar 35,8% e os brancos 63,5% (SILVA, 1992); deste momento até a década de 80 vivemos uma nova lógica, a dinâmica demografia passa a ser regida não mais pelo impacto artificial das imigrações, mas sim pelo desempenho interno nos índices de mortalidade infantil e fecundidade, e pelos relacionamentos inter-raciais (SILVA,1992), neste quadro os negros, com um crescimento vegetativo bem mais alto que os brancos, passam a representar 44,5% e os brancos 54,8%; no último período a situação tem se demonstrado estável, em 2000 a população era composta por 44,66% de negros e 53,74% de brancos. Com o auxílio do GRÁFICO 1 é possível aferir a evolução detalhada no parágrafo.

---

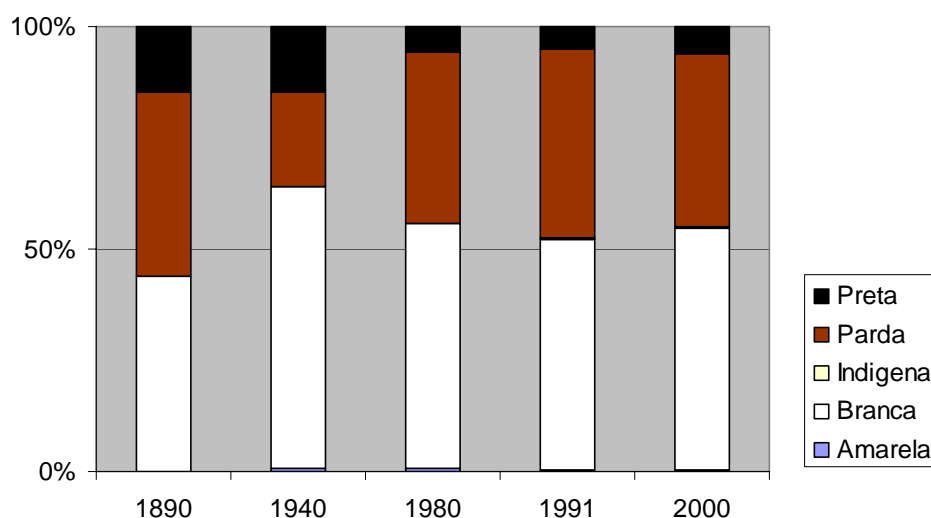
<sup>29</sup> É interessante uma leitura crítica da obra de Celso Furtado, especificamente seu livro *A Formação Econômica do Brasil*, na medida em que o autor justifica as imigrações exclusivamente pelos aspectos vinculados às externalidades econômicas. Muitos ao lerem Furtado se abstraem do fato de que seu objetivo de pesquisa é investigar especificamente os fatores de ordem econômica que orientaram o desenvolvimento brasileiro, e com essa visão sobre a estrutura econômica acabam esquecendo de incluir no corpo da análise sobre a formação da sociedade brasileira outros fatores sociais que compõem conjuntamente a estrutura social. Segundo Furtado, em relação à mão-de-obra negra já existente no país: "(...) as dificuldades principais eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíam para formar a opinião de que a mão de obra livre no país não servia para a "grande lavoura."(Celso Furtado, op.cit., p.122). Na quebra do trabalho escravo para o assalariado o autor não está preocupado com fatores vinculados às concepções ideológicas e políticas presentes no pensamento da elite nacional e do "branqueamento" almejado com a chegada dos imigrantes europeus, o seu foco recai sobre os fatores econômicos que pautaram o processo de imigração.

**TABELA 2 - Composição Racial da População Brasileira**

(Em %)

Cor	Anos				
	1890	1940	1980	1991	2000
Amarela	-	0,70	0,80	0,43	0,45
Branca	44,00	63,50	54,80	51,56	53,74
Indigena	-	-	-	0,43	0,43
Parda	41,40	21,20	38,50	42,45	38,45
Preta	14,60	14,60	5,90	5,00	6,21

Fonte: Censo 2000-resultado da Amostra, PNAD 1991 e Henriques (2001) - dados tabulados pelo autor

**Gráfico 1- Composição Racial da População Brasileira- Série Histórica**

Além do entendimento da série histórica da composição por cor, é necessário entender a composição destas populações por região do país. HENRIQUES (2001) nos chama a atenção para complexidade da distribuição da população nas várias regiões do país — os processos históricos distintos acabaram por criar regiões com grandes variações quanto à composição “racial”. Esta disparidade, que assume extremos ainda mais críticos quando a análise se dá em nível dos estados federados, é de extrema importância para o entendimento da distribuição das oportunidades socioeconômicas. Esta espacialidade explicita a estruturação de uma

lógica social que além de ter expressividade em todo conjunto dos municípios brasileiros se expressa em nível das macro-regiões do país: assim como as cidades têm seus espaços ilegais, marginalizados, mal servidos por infra-estrutura e serviços sociais — majoritariamente compostos por negros —, contrastando com os espaços legais, de inclusão social e bem servidos por infra-estrutura e serviços urbanos — majoritariamente composto por brancos—, o Brasil também apresenta essa contradição com a conformação de regiões ricas e brancas em contraste com regiões pobres e negras.

Para exemplificar esta tese nos pautaremos em dados IBGE, especificamente trataremos dos dados referentes à distribuição da população regional segundo sua cor (TABELA 3 e GRÁFICO 2) e dos dados referentes à distribuição da população brasileira por cor e região (TABELA 4 e GRÁFICO3).

Como demonstra os Resultados da Amostra do Censo 2000, a população brasileira está nitidamente dividida sobre o ponto de vista da cor nas macro-regiões do país: no Nordeste a população branca representa 32,94% e os negros 66,52%; na região Norte os pardos representam 63,97% e os pretos 4,97%<sup>30</sup> enquanto os brancos somam 28,01%; no Centro Oeste a composição se apresenta mais equilibrada com os negros representando 48,30% e os brancos 49,73%; na região Sudeste essa composição começa a se inverter com os negros assumindo a casa dos 36,06% e os

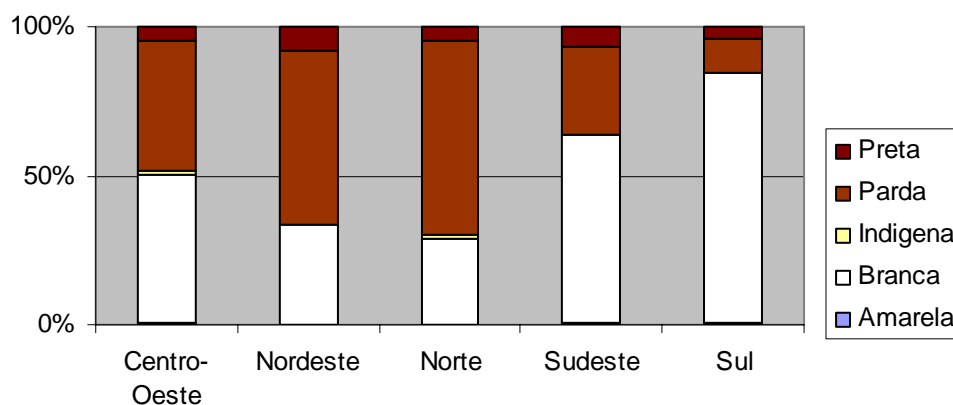
**TABELA 3 - Distribuição da População Regional segundo a Cor- 2000**

Cor	Regiões					(Em %)
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Amarela	0,40	0,14	0,23	0,71	0,42	
Branca	49,73	32,94	28,01	62,35	83,60	
Indígena	0,90	0,36	1,65	0,22	0,34	
Parda	43,68	58,02	63,97	29,50	11,49	
Preta	4,62	7,70	4,97	6,56	3,75	

Fonte: Censo 2000, resultados da Amostra

<sup>30</sup> Na região Norte a população parda é composta predominantemente por uma população de descendência indígena, o que representa certa limitação à união dos termos preto e pardo. Mas esta limitação que se impõe em nível da ascendência em nada implica em diferenciação enquanto grupo socialmente explorado e subjugado, independentemente da origem negra ou indígena os pardos no Norte constituem-se como grupo social mais vulnerável.

**GRÁFICO 2 - Distribuição da População Regional segundo a Cor-2000**



brancos 62,35%; e na região Sul a composição assume outro extremo com os brancos representando 83,60% e os negros 14,24%. Assim, tendo em vista o grau de desenvolvimento social das grandes macro-regiões do país, podemos concluir que a população negra, na medida em que explicitamente se concentram nas regiões mais pobres, esta em “desvantagem em relação aos brancos, no que se refere à distribuição das oportunidades sociais no Brasil” (HENRIQUES, 2001: 6).

Estes dados são complementados com a análise da composição da população por cor tendo em vista o seu tamanho absoluto nas macro-regiões. Os dados apontam 42,64% da população habitando o Sudeste, 26,24% no Nordeste, 14,77% no Sul, 6,85% no Centro-Oeste e 7,60% no Norte, assim temos 83,65% da população concentrada no eixo Sul/Sudeste-Nordeste (TABELA 5). Nesta distribuição temos: 49,47% dos brancos vivendo na região Sudeste, o que corresponde a 26,58% da população brasileira; na região Sul 22,9% da população é branca, o que representa 12,36% da população do país. Se considerarmos esse conjunto Sul-Sudeste, temos a concentração de 72,43% do total da população branca. Já se analisarmos a região Nordeste verificamos que ela concentra 42,44% dos pardos e 34,88% dos pretos.

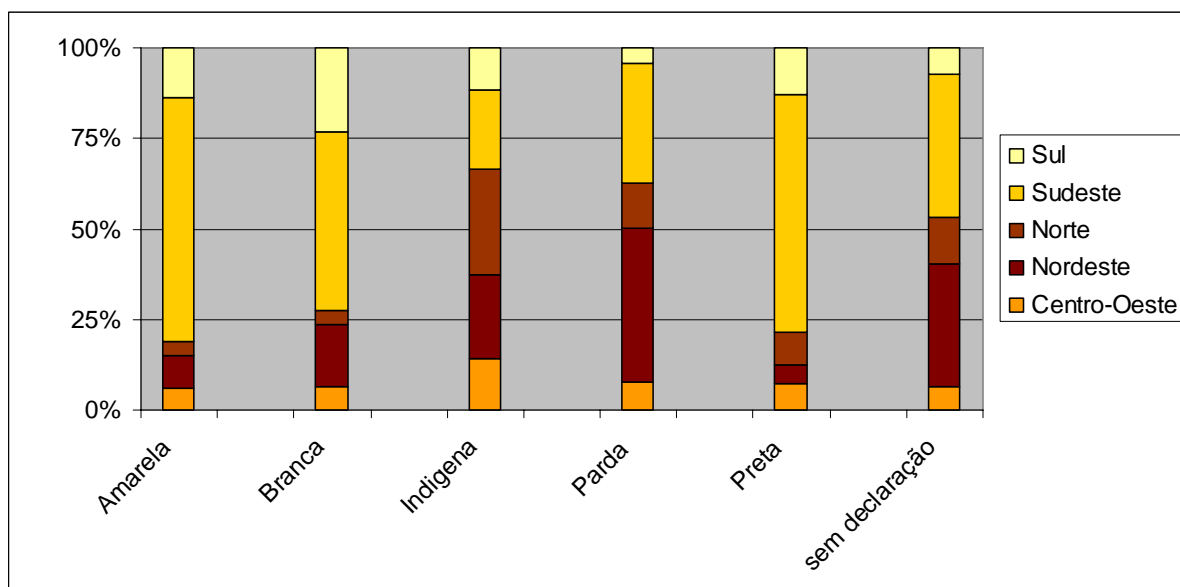
**Tabela 4 - Distribuição da População Brasileira por Cor e Região-2000**

(Em %)

Cor	Regiões				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Amarela	6,10	8,83	3,84	67,56	13,69
Branca	6,30	17,24	3,96	49,47	22,99
Indigena	14,21	23,21	29,07	21,96	11,54
Parda	7,78	42,44	12,64	32,71	4,41
Preta	5,10	34,88	6,07	45,03	8,92

Fonte: Censo 2000-resultado da amostra

**GRAFICO 3**



**Tabela 5 - Distribuição da População Brasileira por Cor e Região-2000**

Cor	Regiões				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Amarela	6,10	8,83	3,84	67,56	13,69
Branca	6,30	17,24	3,96	49,47	22,99
Indigena	14,21	23,21	29,07	21,96	11,54
Parda	7,78	-	12,64	32,71	4,41
Preta	5,10	34,88	6,07	45,03	8,92
sem declaração	0,06	0,01	0,01	0,01	0,00

\* Valores absolutos da população por cor/raça

\*\* Valores relativos da população por cor/raça tomando por denominador a população total da região( em %)

Fonte: Censo 2000-resultado da amostra



Esta análise simplificada demonstra que o Brasil apresenta diferenças regionais muito fortes e, mais que isso, expressa implicitamente os resultados positivos da política de branqueamento praticada no país, em específico nas regiões Sul e Sudeste, “berço esplendido” que abrigou a migração europeia em prol do desenvolvimento do país.

Ainda que a predominância branca possa ser constatada nas regiões Sul e Sudeste, temos de 53,95% dos pretos e 37,12% dos pardos habitando neste aglomerado inter-regional. Esta maior concentração dos pardos e negros nas regiões mais ricas do país poderia representar “uma vantagem locacional vis-à-vis a população de cor parda” (HENRIQUES, 2001:6), mas como veremos mesmo quando locados em uma região rica os pretos, inseridos em um sistema de exclusão sócio-econômica encontra poucas vantagens sociais<sup>31</sup> .

### **2.3 - A composição por idade da população brasileira**

Um componente estatístico há ser analisado diz respeito à distribuição etária da população tendo em vista a composição pela cor. Nos últimos anos, com base na pirâmide etária do país da década de 90 (TABELA 6), é possível caracterizar estas populações segundo sua classificação por cor, o que nos revela que a população branca e negra tem constituição quase similar, estas apresentam maior grau de envelhecimento, o que as distingue da população parda, de constituição mais jovem.

Fazendo uma análise por segmento, podemos identificar que em 1992 a população branca tinha 14,6% da sua população entre 0 a 6 anos, 17,0% entre 7 a 14, 11,8% entre 45 e 59 e 8,6% com mais de 60 anos. Praticamente uma década depois, em 1999, esta composição apresenta forte tendência de mudança com a população jovem caindo para 12,6% e 14,8%, e a população mais velha subindo para 13,9% e 10,1%, respectivamente. Já em relação à população parda, para um mesmo período de análise, temos 16,3% desta população entre 0 e 6 anos, 21,2% entre 7 e 14, 9,7% entre 45 e 59 e 6,5% com mais de 60 anos. No final da década de 90 essa composição assume os seguintes valores: 14,1% para a população entre 0 e 6 anos, 18,8% entre 7 e 14, 11,4% entre 45 e 59, e 7,2% com mais de 60 anos.

---

<sup>31</sup> Para saber mais sobre distribuição regional das riquezas ver Henriques, 2001.

**TABELA6 - Evolução da Distribuição da População por Cor segundo a faixa de idade**

Cor	(Em %)		
	1992	1996	1999
<b>Branca</b>			
De 0 a 6 anos	14,6	12,9	12,6
De 7 a 14 anos	17,0	16,1	14,8
De 15 a 24 anos	18,1	18,4	18,5
De 25 a 44 anos	29,8	29,9	30,0
De 45 a 59 anos	11,8	13,0	13,9
60 anos ou mais	8,6	9,7	10,1
<b>Parda</b>			
De 0 a 6 anos	16,3	14,8	14,1
De 7 a 14 anos	21,2	20,3	18,8
De 15 a 24 anos	20,2	20,8	21,0
De 25 a 44 anos	26,1	26,8	27,5
De 45 a 59 anos	9,7	10,6	11,4
60 anos ou mais	6,5	6,7	7,2
<b>Preta</b>			
De 0 a 6 anos	12,2	11,0	10,6
De 7 a 14 anos	17,1	16,2	14,7
De 15 a 24 anos	19,2	19,7	19,7
De 25 a 44 anos	28,7	29,1	29,1
De 45 a 59 anos	12,8	13,9	14,6
60 anos ou mais	9,9	10,2	11,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 1992, 1996, 1999 e Henriques 2001

Nota: A desagregação dos dados nesta tabela não assegura representatividade estatística para as populações de origem indígena e amarela.

Estes dados apontam que a população parda, na faixa que vai de 0 a 14 anos, é composta por 5,5% a mais que a população branca, o que dá forte peso para a população jovem na pirâmide etária, o que aproxima a população parda das características apresentadas por países subdesenvolvidos — no que se refere à composição da população por idade, à medida que o país é composto por um número maior de jovens maior é a parcela populacional economicamente inativa, ou mal remunerada. Já a pirâmide etária da população branca se aproxima da composição da pirâmide dos países desenvolvidos, pois apresenta uma maior porcentagem da população na categoria adulta (HENRIQUES, 2001).

A análise sobre a população preta merece uma reflexão diferenciada: com uma proporção de população jovem muito próxima à proporção da população branca, é equivocado estabelecer as mesmas conclusões dadas à população brancas. Sabedores das condições de vida da população de cor preta, a menor proporção de população jovem pode ser explicada muito mais pelos altos índices de violência que incidem sobre ela que por qualquer outra explicação vinculada ao melhor desempenho socioeconômico dos pretos.

## **2.4 - Indicadores de Qualidade de Vida: A Manutenção das Desigualdades**

Num primeiro momento tratamos de explicar a questão da composição da população brasileira por cor, tomamos por base a série histórica desta distribuição, sua distribuição regional e sua composição por idade.

Interessa-nos analisar os indicadores de qualidade de vida que indicam o grau de inserção do negro na sociedade brasileira. Em outras palavras, queremos explicitar os diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico, o diferenciado acesso ao capital social a que estas populações estão sujeitas — contribuindo assim para a hipótese de que a sociedade brasileira possibilita graus de desenvolvimento distintos para as “várias populações” que a compõe.

Admitida esta hipótese trabalharemos com o recorte racial dos indicadores de qualidade. Desagregando os dados do indicador ‘cor’ poderemos dimensionar essa distância social entre os grupos de cor.

Adotaremos a perspectiva de que os indicadores de qualidade de vida apresentam uma forte correlação: podemos dizer que os indicadores de renda se relacionam diretamente aos indicadores de esperança de vida, aos de escolaridade, aos de violência, aos de acesso aos serviços de saúde e aos de pobreza, e vice-versa. Essa articulação de indicadores, expressos mais diretamente pelas vias do capital econômico, mascara outras possibilidades de explicação para a estrutura social e limita a explicação dessa verdadeira barreira social.

Admitida a existência dessa barreira, construída socialmente de maneira a manter o *status quo* das classes dominantes, trabalharemos com o recorte racial de modo a dimensionar sua abrangência ao ser vinculada à cor da população. Na medida do possível tentaremos ampliar o recorte de modo a possibilitar também uma análise em nível da desagregação por sexo, o que permite avaliar o modo como essa barreira se configura para sexos masculino e feminino dentro de um mesmo grupo de cor.

#### **2.4.1 - Esperança de Vida ao Nascer**

Sempre que se trabalha com médias que abrangem todos os grupos raciais estamos fadados a incidir em sérios erros estatísticos que amenizam e mascaram a realidade social. Neste sentido um dos primeiros indicadores a ser analisado é a expectativa de vida ao nascer.

Em média o brasileiro vive 68,7 anos. Esta média quando desagregada por grupo de cor e sexo revela um grande hiato entre as populações negra e branca (TABELA 7): o homem branco (com média de 68,24 anos) vive 5 anos a mais que o homem negro (média de 63,27 anos, 5 anos a menos que o apontado pela média nacional) e praticamente se iguala à expectativa de vida das mulheres negras (69,52 anos).

**Tabela 7 - Esperança de Vida ao Nascer-2000**

Sexo	Cor	
	Branco	Negro
Mulheres	73,80	69,52
Homens	68,24	63,27

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004 e Centro de Desenvolvimento Regional da UFMG

Estes dados, além de demonstrar a distância social entre os dois grupos de cor, rompem a tendência histórica onde as mulheres apresentam taxa de esperança de vida ao nascer muito superior à dos homens, a expectativa de vida do homem branco praticamente se equipara à da mulher negra. Mas esta tendência ainda

apresenta forte correlação quando a comparamos a média apresentada pelas mulheres brancas à média dos homens negros — com 73,80 anos de esperança de vida ao nascer, as mulheres brancas vivem 10 anos a mais que os homens negros.

#### **2.4.2 - Violência**

Dentre os vários fatores que contribuem para a baixa expectativa de vida do negro, a violência de criminosos, da polícia e, em especial, a da própria família para o grupo das mulheres negras tem demonstrado índices alarmantes. Quando desagregamos os dados estatísticos pela cor da população, a população negra, contrariando o senso comum onde a violência é entendida como fenômeno a atingir toda a sociedade brasileira com um mesmo grau de intensidade — sem distinção de classe social, raça, sexo e idade —, carrega a maior parte do fardo do abismo social criado no país, que tem como um de seus resultados a violência. Por estarem concentrados em áreas ilegais, quando não marginalizadas, e por já se constituírem no imaginário popular, principalmente no policial, como a “cor do crime”, prática que revela a incidência de viés racista no aparelho de repressão policial<sup>32</sup>, a população negra se posiciona no topo dos índices de violência.

Entre os anos de 1993 e 1996, o pesquisador Ignácio Cano (in HASENBALG,2003), ao trabalhar com o registro de pessoas mortas ou feridas por policiais na cidade do Rio de Janeiro, constatou que a população branca (60% da população total) respondia com 30% das mortes provocadas pela polícia. Já a população preta (8% da população total) respondia com 30% das mortes provocadas pela polícia. Somando-se a estes dados, o *Relatório de*

---

<sup>32</sup> A institucionalização da violência policial foi tema de pesquisa em 2003 pela CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania- Universidade Cândido Mendes) e pela Sociedade Científica da Escola Nacional de Estatística. O estudo realizado com 2250 cariocas, entre 15 e 65 anos, revela que 37,8% dos entrevistados já haviam sido parados pela polícia. As abordagens variam significativamente quando desagregamos a amostra por sexo e idade, mas não quando desagregamos por cor, renda e escolaridade: nestas abordagens o estudo verificou que dos entrevistados negros 55% já haviam passado por revista corporal contra 38,8% dos pardos e 32% dos brancos, “os números indicam que a polícia, quando depara com transeuntes brancos, mais velhos e de classe média, tem maior pudor em revistá-los – procedimento fortemente associado à existência de suspeição e, em geral, considerado em si mesmo humilhante” (Relatório de Desenvolvimento Humano, pág 91).

*Desenvolvimento Humano Brasil 2005 — Racismo pobreza e violência*<sup>33</sup> apresenta o resultado da pesquisa sobre violência policial no Estado do Rio de Janeiro: os pretos compõem 11% do total da população e são 32,4% dos mortos pela polícia; já entre os brancos, 34% da população, a incidência de mortes é de 21,8%<sup>34</sup>.

Além de estarem localizados no topo da violência policial, os negros também assumem a ponta nos índices de violência causada por criminosos, segundo o PNUD, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes para a população negra é de 46,3, valor 1,9 vez a dos brancos<sup>35</sup>. Em relação aos brancos e amarelos, os pardos tem o dobro da probabilidade de serem assassinados, já os pretos tem 2,5 vezes mais.

Um fator alarmante é revelado pela TABELA 8: quando comparamos as taxas de homicídios na população por 100 mil habitantes, desagregando a população por grupos de cor, sexo e idade, verificamos que a incidência de homicídios na população de cor negra é muito superior à incidência sobre a população branca, principalmente para a população masculina jovem (consideraremos aqui como população jovem a faixa etária que vai dos 15 aos 39 anos). A maior incidência de homicídios sobre a população negra se manifesta sobre o grupo dos homens na

---

<sup>33</sup> Trata-se de várias pesquisas, sistematizadas na forma de um relatório, realizada em 2005 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), cujo objetivo principal foi retratar as relações raciais no Brasil contemporâneo. Com o uso de uma metodologia comparativa o estudo tenta demonstrar os diferentes níveis de inserção social das populações brancas e negras.

<sup>34</sup> A pesquisa foi realizada entre 1998 e 2002, e a base de cálculos partiu de 1538 ocorrências envolvendo mortes de opositores pela polícia.

<sup>35</sup> “Os dados sobre homicídio baseiam-se nas declarações de óbito registrados no sistema de saúde. Para a análise, foram computadas as mortes por agressões, intervenção legal e operação de guerra. Além disso, foram consideradas intencionais todas as mortes por arma de fogo ou instrumento cortante registradas originalmente como acidentais ou de ‘intencionalidade desconhecida’. Esses casos reclassificados como intencionais foram distribuídos entre homicídios e suicídios de acordo com a proporção de ambos nos registros originais em cada unidade da Federação. (...)”

Como o objetivo era saber características das vítimas, foi necessário selecionar quais dos casos correspondentes a categoria de cobertura parcial (acidentes e mortes de intencionalidade desconhecida por arma de fogo e arma branca) fariam parte do banco dos homicídios. Para tanto em cada uma dessas categorias, em cada Estado, foi feito um sorteio aleatório, procedimento que garante que o perfil das vítimas selecionadas é representativo do total das vítimas dessa categoria. (...)

Para aumentar a confiabilidade das informações, utilizaram-se apenas os dados dos Estados em que a cor/ raça de pelo menos 85% das vítimas tivesse sido registrado. Esse critério deixou de fora da análise Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Piauí e Sergipe. No cálculo das taxas de homicídio por 100 mil habitantes, foram usadas as estimativas de população do IBGE para cada Estado, referentes a 2001. Para a elaboração de taxas específicas, foi aplicada a essas estimativas a distribuição por faixa etária, sexo e cor/raça é feita a partir da auto-declarada do Censo 2000, em cada unidade federativa. (...). (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2005, pág 87)

faixa etária de 20 a 24 anos, para estes a temos de 201,5 mortes por 100 mil habitantes<sup>36</sup>.

**Tabela 8 - Taxa de homicídios na população por 100 mil habitantes por sexo, idade e cor/raça**

Faixa etária	sexo					
	Masculino			Feminino		
	branca	preta	parda	branca	preta	parda
até 9anos	1,0	0,9	1,3	1,1	1,0	0,9
de 10 a 14 anos	4,2	9,7	7,7	1,7	2,3	2,7
de 15 a 19 anos	64,8	152,5	123,3	6,6	11,5	9,9
de 20 a 24 anos	102,3	218,5	185,4	6,6	13,2	10,3
de 25 a 29 anos	96,5	177,2	163,6	7,6	15,2	11,2
de 30 a 39 anos	69,8	120,5	112,5	5,9	12,1	8,4
de 40 a 49 anos	49,4	67,9	75,4	4,7	7,3	6,6
de 50 a 59 anos	35,0	42,3	46,3	3,9	3,8	2,9
60 anos ou mais	22,9	16,5	25,7	4,7	3,2	4,0

Fontes: IBGE e [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br), in Relatório de Desenvolvimento Humano (op.cit, pág 88)

Obs.: estão fora desta análise os Estados de Alagoas, Piauí, Ceará, Sergipe e Espírito Santo, em que a cor ou raça de mais de 15% das vítimas não foi identificada.

Estes dados podem ser entendidos como um dos fatores que contribuem diretamente para a baixa expectativa de vida da população negra, expostos aos maiores índices de homicídios os jovens negros contribuem para a redução da expectativa média de vida do grupo. Além disto, a alta taxa de homicídio sobre os jovens pretos é um dos fatores que aproxima a pirâmide etária dos pretos à pirâmide etária dos brancos: o envelhecimento da população, característico dos países desenvolvidos e da população branca do país, no caso dos negros é explicado devido as grandes perdas em seu grupamento masculino jovem, na verdade o que se tem não é um aumento na qualidade de vida da população provocada pelo envelhecimento e conseqüente aumento da renda *per capita*, simplesmente ocorre uma redução sistêmica em sua população jovem.

<sup>36</sup> O dado para a população negra foi obtido a partir da média aritmética das subcategorias 'preto e pardo'. Para estas subcategorias temos os pretos com 218,5 mortes por 100 mil habitantes e os pardos com 185,4.

### 2.4.3 - Acesso aos Serviços de Saúde

Outro forte indicador com influência direta sobre a qualidade de vida e expectativa de vida da população é o que trata do acesso aos serviços de saúde. Para esta análise nos basearemos nos dados apresentados pelo Atlas Racial Brasileiro-2004<sup>37</sup>, especificamente nos debruçaremos sobre os dados referentes ao atendimento médico (consultas e acesso aos planos de saúde) e odontológico.

Um primeiro item a ser aferido pela pesquisa revela o percentual de atendimento médico nas duas semanas anteriores à pesquisa: temos a população branca com 83,7% de atendimento contra 69,7% da população negra. A pesquisa desenvolvida se propôs quantificar o sucesso na busca por consulta médica, sem se propor maior análise sobre as causas dessa desigualdade<sup>38</sup>.

Nesta mesma linha é quantificada a média de consultas por ano: temos a população branca com a média anual de 2,29 consultas contra 1,83 da população negra. Estes dados sugerem que a população negra, na medida em que tem menos acesso aos serviços básicos de saúde, esta mais propensa a sofrer de problemas mais graves, e conseqüentemente, sofrer maior número de hospitalizações. Esta hipótese pode ser comprovada quando comparamos as taxas de hospitalização de ambos os grupos: 13,28% dos negros sofrendo hospitalização contra 12,28% dos brancos.

Do ponto de vista da distribuição regional, o acesso aos serviços de saúde segue a distribuição da renda nacional, o que significa que os estados mais pobres, compostos em sua maioria pela população negra apresentam os piores índices de atendimento médico. Essa perspectiva pode ser traçada tanto do ponto de vista do acesso aos serviços públicos quanto do acesso ao sistema privado de saúde. Sob a perspectiva dos serviços privados, no Brasil a média da população negra atendida

---

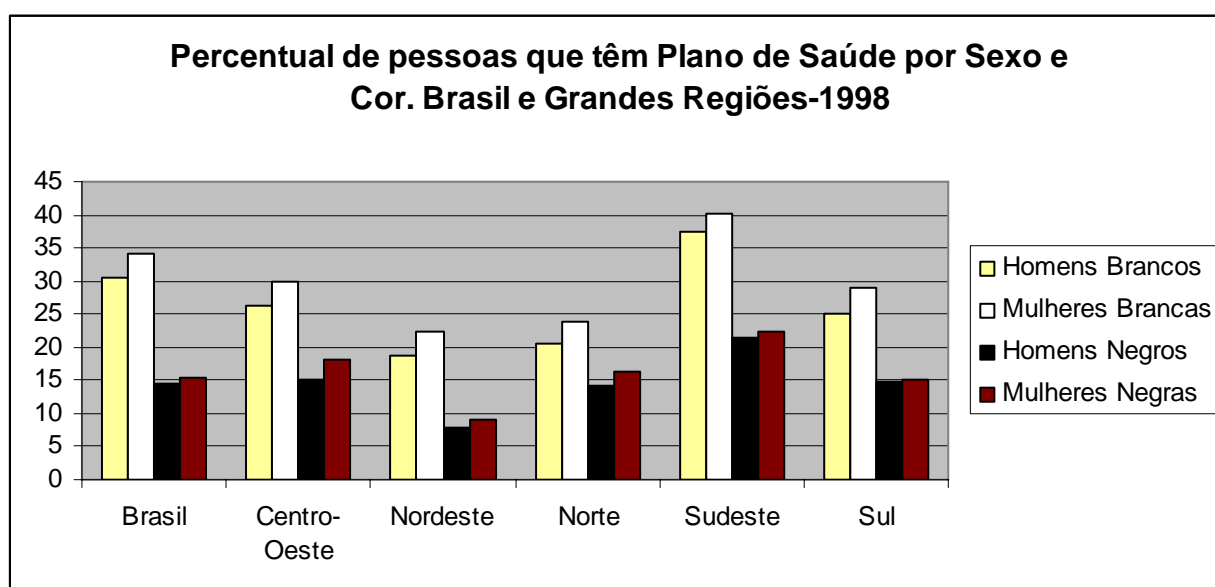
<sup>37</sup> O Atlas Racial Brasileiro é um banco de dados eletrônico que reúne uma série histórica de indicadores sociais desagregados por cor/raça, baseado em: dados do censo de 1980, 1990 e 2000; PNAD de 1982, 1986 e 2003; Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil-1991 e Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde.

<sup>38</sup> Neste momento não nos interessa debruçarmos sobre as possíveis razões do diferencial no percentual de atendimento médico. Esse diferencial que pode ser explicado por fatores de ordem econômica, cultural e educacional, quando da falta de instrumental eficiente em separá-los, acabariam por mascarar a importância do foco racial sobre sua própria percepção. E há de se entender também que é neste jogo de Intersecções de fatores que o racismo brasileiro alcança grande resultados para a manutenção do *status quo* da raça dominante.



por plano de saúde é de 14,7% enquanto que a dos brancos é de 32,7%. Com base no GRÁFICO 4, onde estão organizadas as informações sobre percentual de pessoas que têm plano de saúde, desagregados por região do país, cor e sexo, podemos comparar o nível de atendimento por plano de saúde segundo a distribuição regional. Assim temos: No Sudeste, região mais rica do país, 21,3% dos negros têm acesso ao plano de saúde contra 39,2% dos brancos; Já no Nordeste, onde foram registrados os menores índices de atendimento por plano de saúde, 8,7% dos negros acesso contra 20,4% dos brancos. Estes valores nos fazem ver que, independentemente do desenvolvimento do nível de desenvolvimento das macro-regiões do país, a distância social entre negros e brancos permanece estável.

GRÁFICO 4

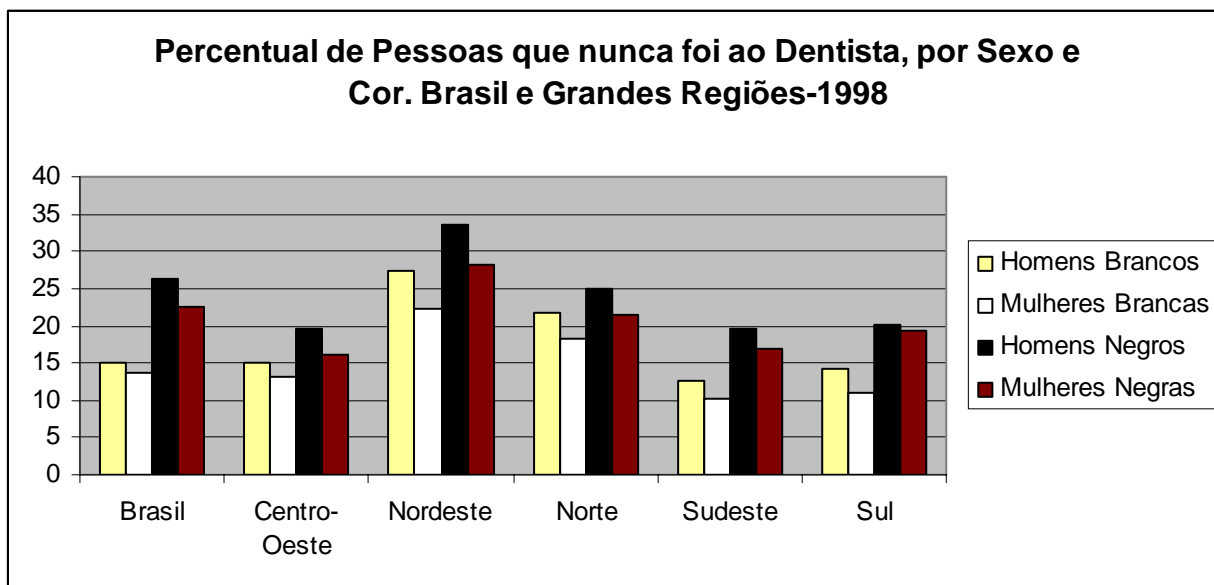


Fonte: Atlas Racial

Para reforçar esta hipótese, os dados referentes ao acesso à serviços odontológicos apontam que 24% dos negros nunca foram ao dentista, este mesmo percentual em relação a população branca é de 14,0%, assim temos a população negra com praticamente o dobro da deficiência apresentada pela população branca. Com base no GRÁFICO 5 podemos aferir que do ponto de vista da saúde bucal o Brasil, de forma geral, apresenta péssimos indicadores, mas do ponto de vista da regionalidade destes dados, temos a formação de dois blocos distintos: no primeiro

temos o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul com os menores índices e mais próximos entre si; No outro, temos o Norte e Nordeste com taxas mais elevadas.

GRAFICO 5



Fonte: Atlas Racial

De modo geral, avaliando os indicadores analisados acima, podemos inferir que o agrupamento masculino da população negra vive sob as condições mais desfavoráveis de atendimento médico no país. Esta análise é reforçada quando analisamos o percentual de sucesso na busca de atendimento ambulatorial: segundo o Atlas Racial Brasileiro apenas 66% dos negros obtiveram atendimento, contra 82% dos homens brancos, 85% das mulheres brancas e 72% das mulheres negras.

#### **2.4.4 - A Cor da Riqueza Nacional**

Ao analisarmos a distância social que separa os negros dos brancos não podemos deixar de dar atenção aos indicadores de trabalho e renda, e em especial ao de pobreza. Primeiramente, antes de entrarmos na análise do indicador, há que se entender que:

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que não se restringe aos aspectos sócio-econômicos, com os quais é com freqüência identificada. Em geral, os pobres são vistos como uma categoria privada de bens econômicos e sociais facilmente mensuráveis. Por essa razão, as medidas voltadas ao enfrentamento da situação não ultrapassam o campo dos programas e das políticas sociais, quase sempre traçados sem a participação dos maiores interessados. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2005, 42)

Nesta perspectiva de atuação, de entendimento da pobreza como algo a transpassar a simples explicação estabelecida pela escassez material, é necessário entender o aspecto político da pobreza bem como o seu papel estruturante desempenhado na disputa pelo acesso ao capital social. Para além das perspectivas imediatistas, que atuam apenas em nível pragmático da supressão das necessidades básicas da população, é necessário abordar

Os processos históricos de destituição de poder da população submetida a essa condição, assim como a falta de representação desse contingente nas várias esferas de decisão do Estado (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2005, 45).

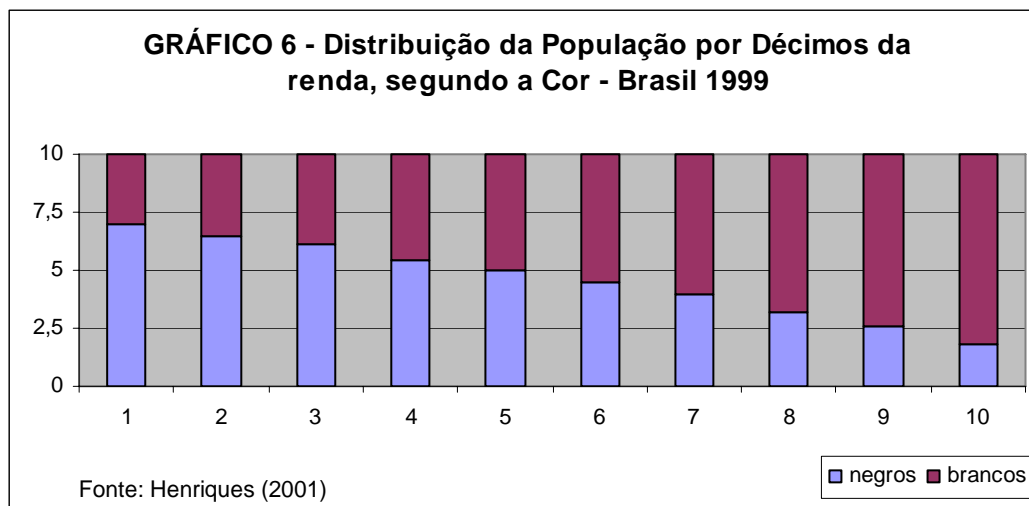
Quando analisada por esse viés é possível entender a população negra e seu lugar de minoria social <sup>39</sup>, mesmo constituindo-se maioria demográfica em algumas regiões do país. Por mais que esta população seja numericamente proporcional á população branca (o Brasil possui a segunda maior população de negros), esta se encontra sub-representada em relação às instâncias políticas e institucionais, fruto de um processo histórico de expropriação do poder e da renda. Este processo, que passa pela expropriação dos bens materiais da população na medida em que as instâncias de deliberação são dominadas por grupos sociais com interesses de defesa do próprio grupo, ou, no mínimo, com orientação distinta da realidade social vivida por este grupo minoritário, é um dos fatores que explica a desigualdade social vivenciada no país: A tendência atual é de analisar a questão da pobreza pela simples escassez material gerada pela concentração de renda, tomando por pressuposto que a pobreza atinge a população brasileira de forma igualitária — independente de cor, sexo e idade —. Esta abordagem não dá conta da realidade

---

<sup>39</sup> Apesar da população negra ter o mesmo porte numérico da população branca, demograficamente falando, esta vive uma situação de subjugação sócio-econômica e cultural-ideológica só explicável quando a entendemos enquanto população pertencente a um grupo social minoritário.

social brasileira, num país profundamente desigual, socialmente e racialmente, não podemos entender a pobreza como simples fruto da escassez material que assola o país como um todo. Faz-se necessário distinguir como a pobreza e a renda estão distribuídas entre os grupos raciais que compõe a população, dando assim condições futuras para um melhor questionamento quanto à dimensão política da pobreza do negro.

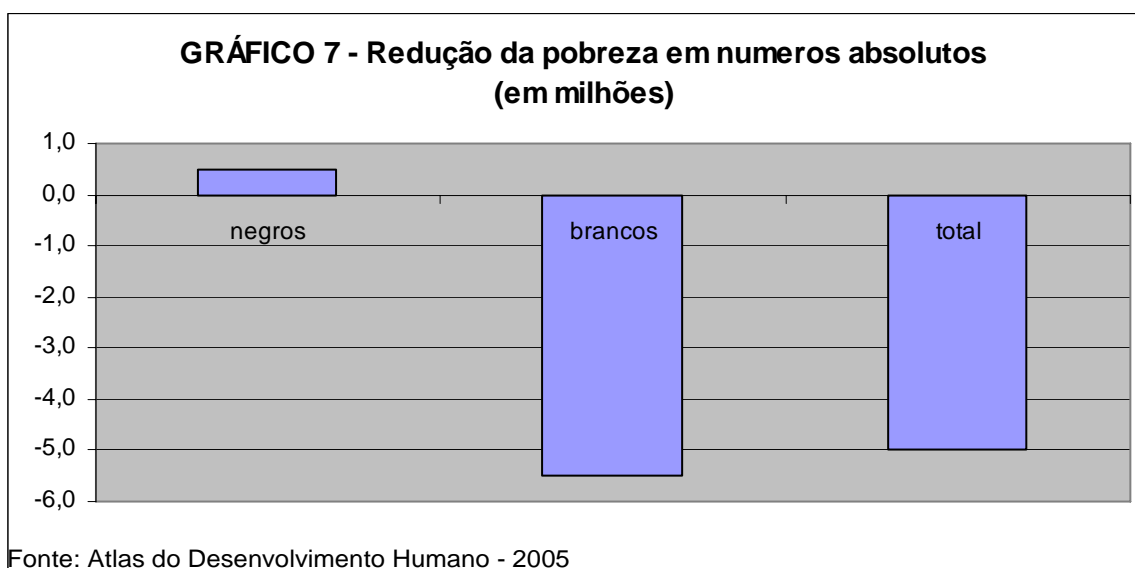
Para isto recuperaremos a pesquisa desenvolvida por Henriques (2001): o autor ao trabalhar dados sobre a distribuição de renda do país, estabelece a metodologia de representação por décimos da renda, assim o autor busca fugir da generalização das médias aritméticas e nos revela mais detalhadamente o grau de concentração da riqueza nacional. O GRÁFICO 6 demonstra que a população negra esta super-representada nos décimos inferiores da distribuição da renda: a participação dos negros na renda nacional assume um padrão de distribuição inversamente proporcional à composição por cor nos décimos mais ricos da renda, em outras palavras, na medida em que avançamos dos décimos de menor renda para os de maior renda, menor é a presença de negros.



Em um detalhamento ainda mais preciso, quando desagregamos em centésimo a distribuição da renda nacional, de cada dez pessoas pobres oito são negras; já no extremo oposto do centésimo mais rico, de cada dez apenas 1 é negro. Estes dados demonstram como a estrutura da distribuição da renda brasileira

traduz um “nítido embranquecimento da riqueza e do bem estar do país”. Se considerarmos os valores dessa apropriação da renda nacional, verificamos que: 85 % da população do décimo mais rico, população branca, se apropria de 41% da renda; Já os 59,6% dos mais pobres, população negra, se apropria de apenas 7% da renda do país (HENRIQUES 2001).

A esta análise somaremos os dados contidos no Relatório de Desenvolvimento Humano, com o objetivo de avaliarmos a tendência da distribuição da renda na última década. O Relatório aponta que na década de 90 o número absoluto de pobres diminuiu em 5 milhões (1991 a 2000). Mas se desagregamos estes dados por cor veremos que aumentou em 500 mil o número de negros abaixo da linha de pobreza, enquanto diminuiu em 4,5 milhões o número de brancos abaixo da linha de pobreza, em outras palavras, para cada 9 brancos que saíram da condição abaixo da linha de pobreza, 1 negro entrou (GRAFICO 7).



Outra leitura do trabalho de HENRIQUES (2001) nos revela que os negros, com um considerável aumento de sua representação nos décimos mais pobres da população, continuaram responsáveis por apenas 50% da renda destes décimos mais pobres da população.

As mudanças “estruturais” ou conjunturais, que possibilitaram um melhor desempenho do país quanto à saída de parcela da população da faixa de pobreza, em nada contribuíram para o avanço em nível da diminuição da desigualdade racial.

Outro ponto de análise da pesquisa trata da distribuição da renda dentro dos quantis, onde temos

A renda média dos 10% mais pobres entre os brancos é superior a renda média dos 10% mais pobres entre os pretos, esta diferença em favor dos brancos se repete até alcançarmos os indivíduos mais ricos das duas populações (HENRIQUES, 2001, pág 19).

Em outras palavras, significa dizer que os negros continuam a ser mais pobres dentre os pobres e menos ricos dentre os ricos, mesmo quando essa análise chega ao nível dos quantis de composição de renda.

Como ocorreu nos outros indicadores analisados, a distribuição desigual da renda nacional contribui para a construção de dois países distintos cujas populações majoritárias se constituem como extremos opostos de uma mesma sociedade.

Essa tendência dos negros assumirem maior grau de pobreza, como nos revela o Atlas Racial, é uma constante que se repete por todo o território nacional: no Nordeste, onde 57% da população é pobre, o percentual de negros vivendo abaixo da linha de pobreza é de 61,9%, contra 46,9% dos brancos, isto significa que os negros constituem três quartos ( $\frac{3}{4}$ ) dos nordestinos pobres, cerca de 75,6%; Na região mais rica do país, o Sudeste, os pobres representam 21,5 % da população, mas quando desagregamos este índice por cor temos 31,2% de negros e 15,6% de brancos; Já na região Sul ocorre uma fuga a esta tendência, a pobreza atinge 10,5% da população, dentre estes 73,6% são brancos e 25,9% são negros<sup>40</sup>.

Seguindo esta mesma lógica de entendimento da apropriação desigual da renda nacional, passaremos a analisar a renda *per capita* dos negros e dos brancos. Dados levantados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano<sup>41</sup> comparam a renda da população e revelam que em 1980 a renda *per capita* dos brancos era de R\$ 341,71, mais que o dobro da renda dos negros no ano de 2000, que ficava em torno de R\$ 162,75. Com base na mesma pesquisa, se compararmos a evolução da renda dos grupos ao longo destes vinte anos verificaremos que a renda dos

---

<sup>40</sup> Este dado pode mascarar a condição de vida dos negros da região Sul, pois faz supor que os negros desta região vivem melhor condição de vida que os negros das outras regiões. Mas se levarmos em consideração a proporção de negros abaixo da linha de pobreza em relação à população negra total temos que: dos negros que vivem nesta região 38,9% são pobres, praticamente o dobro da população branca que responde com apenas 20,4%.

<sup>41</sup> A pesquisa foi baseada em dados da PNAD 1980 e 2000.

brancos subiu de R\$ 341,75 para R\$ 406,53, enquanto que a dos negros subiu de R\$ 132,32 para R\$ 162,72, a diferença no acréscimo da renda foi mais que o dobro para a população branca.

SOARES (2000), ao analisar renda *per capita* da população desagregando por cor e sexo, identifica a existência de

Um grupo padrão — os homens brancos — que estabelece a norma no mercado de trabalho e três outros grupos — homens negros, mulheres negras e mulheres brancas — que sofrem uma possível discriminação devido ao fato de não serem homens brancos (SOARES,2000, pág 5).

Ao analisar essa diferença nos rendimentos por sexo e cor (TABELA 9), verifica-se que em média a renda das mulheres negras — a pior colocada na media de rendimento — chega a ser 40% do valor da média dos homens brancos. As outras duas categorias também se encontram em desvantagem, embora em menor grau: os homens negros recebem 46% da renda dos homens brancos e as mulheres brancas 79%.

**Tabela 9 - Comparação de Rendimentos por 40 horas de Trabalho em Setembro de 1998**

Grupo	Renda Mensal em Reais	Como Percentagem do grupo Padrão
Homens Brancos	726,89	-
Mulheres Brancas	572,86	79,00
Homens Negros	337,13	46,00
Mulheres Negras	289,22	40,00

Fonte: Soares ( 2000), a partir de microdados da PNAD

Caminhando nessa caracterização SOARES (2000) nos apresenta outra tendência de comportamento sob o ponto de vista dos avanços na distribuição de renda: analisando o período de 1987 a 1998 (TABELA 10 e GRÁFICO 8), constata-se que a distância salarial entre mulheres negras e homens brancos praticamente se manteve inalterada, já o grupo das mulheres brancas que em 1987 recebiam 68% do rendimento dos homens brancos, em 1998 tem esse percentual aumentado para 79%. A pesquisa desenvolvida por SOARES (2000) possibilita, no mínimo, a identificação de duas tendências: a primeira mostra uma diferenciação da renda

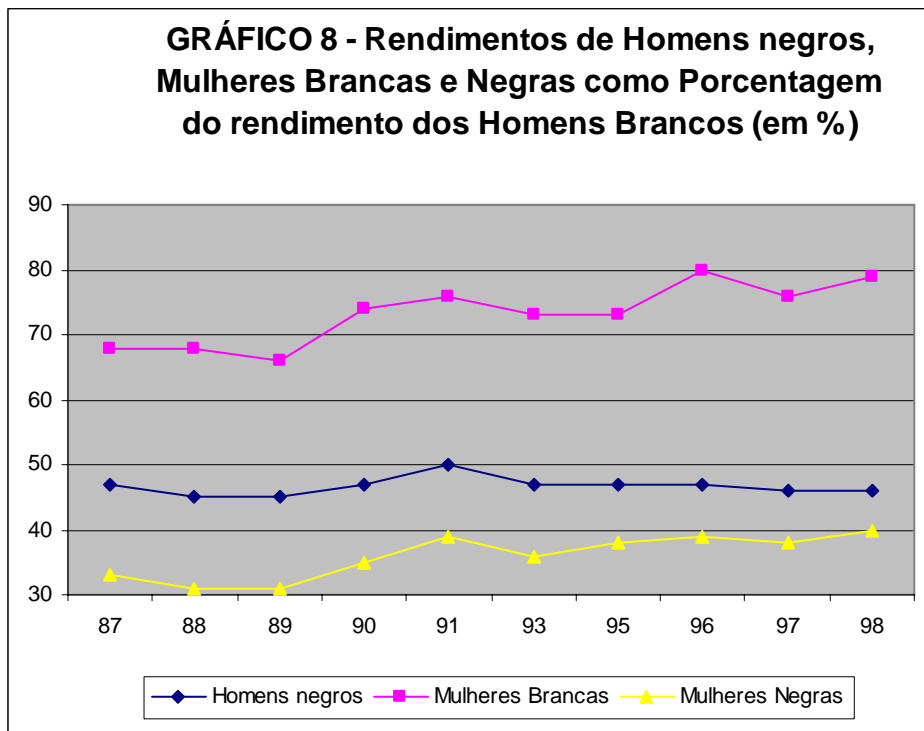
entre os grupos pesquisados estruturada por critérios de cor e sexo; a segunda, demonstra que para os grupos de cor branca a distância de rendimentos tem diminuído entre homens e mulheres, enquanto se mantém praticamente estável em relação ao grupo de cor negra.

**Tabela 10- Rendimentos Médios Mensais Padronizados de Homens negros, Mulheres Brancas e Negras como Porcentagem dos Rendimentos dos Homens Brancos**

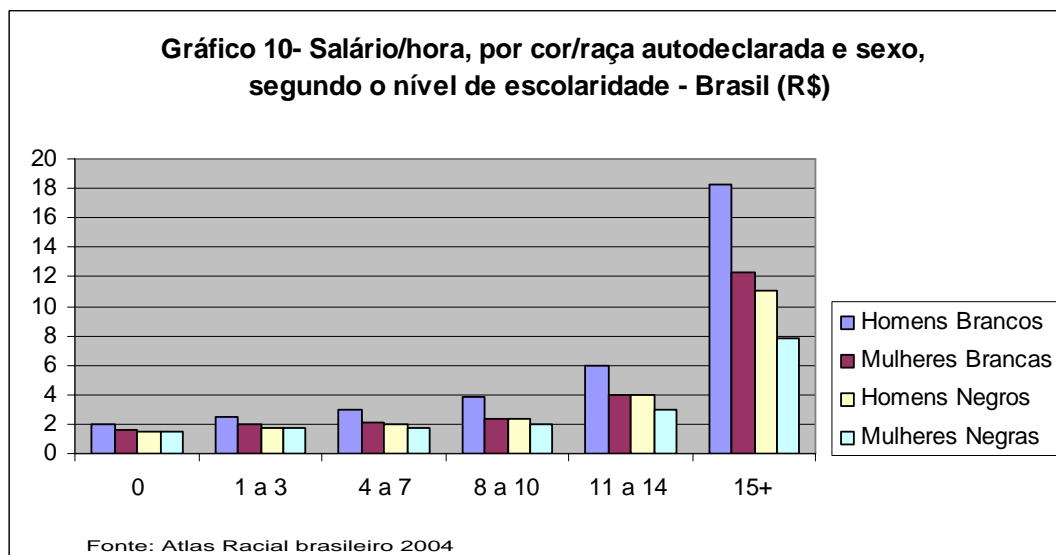
(em %)			
Ano/Grupo	Homens negros	Mulheres Brancas	Mulheres Negras
87	47	68	33
88	45	68	31
89	45	66	31
90	47	74	35
91	50	76	39
93	47	73	36
95	47	73	38
96	47	80	39
97	46	76	38
98	46	79	40
Tendência linear	0	1	0,7

Fonte: Soares (2000), a partir de microdados da PNAD





Complementando os dados apresentados por SOARES (2003), o Relatório de Desenvolvimento Humano nos apresenta o GRÁFICO 10, onde temos um comparativo de salário/hora desagregado por escolaridade, cor e sexo. Contrariando o senso comum, onde vemos justificativa a diferença salarial entre negros e brancos com base em possíveis diferenças em nível de formação escolar, os dados apontam uma diferença salarial para os grupos de cor dentro de uma mesma faixa de escolaridade, essa diferença torna-se mais aguda para a faixa que apresenta mais de 15 anos de estudo, o que corresponde à formação superior, e apresenta diminuição à medida em que recuamos no nível de escolaridade.



A diferença salarial entre grupos com mesma faixa de escolaridade abrange aspectos que podem estar, em parte, vinculados à reserva de mercado para as profissões e cargos de expressividade social mais elevada (TABELA 11). Essa reserva de mercado torna cursos como o de odontologia, direito, medicina e arquitetura praticamente inacessíveis para a população negra. O que, em maior parte, pode ser expressão do afunilamento nos processos de seleção; e em menor parte, expressão do alto nível de desistência da população negra, devido à deficiência de estrutura econômica e familiar para manutenção nos cursos.

**Tabela 11 - Proporção de negros por curso superior concluído-Brasil, 1980 e 2000 (em %)**

Curso selecionado	1980	2000
Arquitetura	5,7	8,1
Direito	9,4	13,6
Enfermagem	32,1	25,2
Engenharia Mecânica	5,4	9,6
Estatística	16,4	22,8
Filosofia	12,6	21,2
Geografia	14,9	26,3
História	12,2	26,1
Letras	10,9	20,8
Medicina	9,7	11,3
Odontologia	9	8,9
Pedagogia	10,7	20,9
Psicologia	6	10,8
Serviço Social	15,8	24,2
Veterinária	14,30	10,50

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2005

#### **2.4.5 - A Heterogeneidade da Educação Brasileira**

Na linha de análise que vimos desenvolvendo para os outros indicadores passaremos agora à análise dos indicadores de alfabetização, levando em consideração todo o processo de alfabetização e o desempenho escolar dos grupos

de cor. Como nos lembra BELTRÃO (2003: 1), associada à linguagem, a escrita demarca a fronteira básica que delimita e acentua a desigualdade entre grupos. Falar em desigualdade entre brancos e negros no Brasil, obrigatoriamente, passa por discutir o papel da alfabetização nesse processo estruturado de produção e reprodução de mecanismos sociais que visam garantir a manutenção do *status quo* do grupo dominante e do grupo dominado, requer discutir o papel estruturante da alfabetização na manutenção desse hiato social que separa esses dois grupos.

É necessário lembrarmos a necessidade da desagregação dos dados a serem analisados por categorias de sexo e, mormente, por categorias de cor:

Taxas brutas para a população como um todo, mesmo caracterizando uma tendência temporal, não levam em conta mudanças na estrutura etária, mascaram possíveis movimentos ocorridos em cortes específicos e não consideram diferenças intragrupos (BELTRÃO, 2003: 2).

Ao desagregarmos essas taxas brutas passamos a identificar nitidamente a heterogeneidade<sup>42</sup> na escolaridade da população adulta brasileira e revela as implicações dessa heterogeneidade ao longo de todo processo de alfabetização.

Essa estruturação heterogênea do sistema educacional nos faz perguntar: Qual a diferença educacional entre negros e brancos no país? Existe alguma diferenciação dentro dos grupos branco e negro ao desagregá-los por sexo? Como vem evoluindo a distância média de escolaridade entre brancos e negros? A incidência de racismo no espaço escolar, se existente, pode ter alguma influência sobre os negros e seu desempenho acadêmico?

A série de questões pode demonstrar-se infundável, tamanha a complexidade como o sistema educacional brasileiro atende sua população e tamanha a forma diferenciada como o sistema brasileiro atende sua população, não só sobre o ponto de vista da cor, também do ponto de vista do sexo e da localização regional.

Frente a esta série de questões, tomaremos por foco de aprofundamento a análise das desigualdades raciais na educação, do acesso à escola, da defasagem escolar e da diferenciação por sexo dentro de um mesmo grupo de cor<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Ao se referir ao conceito de “heterogeneidade” da educação HENRIQUES (2001, pág 26) quer fazer ver a diferente forma como os grupos se apropriam da educação. Nessa diferente apropriação se encontraria uma das causas para a perpetuação da distância social entre os grupos raciais.

Um primeiro ponto que merece conceituação trata do uso do termo: pessoa alfabetizada. Faremos uso do conceito utilizado pelo IBGE, que estabelece como alfabetizadas as pessoas de “5 anos ou mais de idade capazes de ler e escrever um bilhete simples”. Assim fica delimitado como corte conceitual o domínio mínimo da linguagem escrita, ficam excluídas as pessoas que não tem capacidade de ler e escrever um bilhete, independentemente de terem passado por processo de alfabetização (BELTRÃO, 2003)<sup>44</sup>. Esta distinção é necessária na medida em que utilizaremos os dados levantados pelo IBGE para a construção dos indicadores que mediram o grau de alfabetização dos grupos.

Definido este conceito, faremos uso da TABELA 12 E DO GRÁFICO 11 para avaliarmos a evolução histórica das taxas de alfabetização da população, desagregadas por sexo e cor, no período de 1940 à 2000.

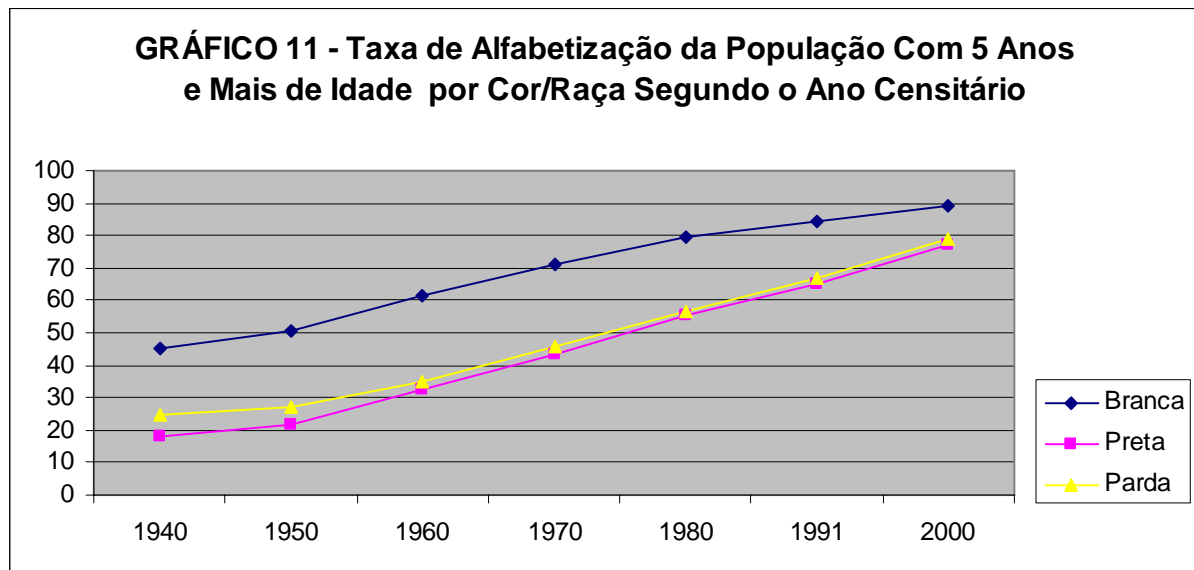
No ano de 1940 a distância percentual entre pretos e brancos alfabetizados girava em torno de 55%, já a distância medida entre pardos e brancos ficava em cerca de 41 %. Estes dados confirmam a estratificação social a partir do branqueamento da alfabetização, quanto mais nos aproximamos do grupo branco maiores são as chances de encontrarmos indivíduos alfabetizados.

**TABELA 12 - Taxa de Alfabetização da População com 5 anos e mais de idade por sexo e cor/raça segundo o ano censitário**

Ano	Total		Branca		Preta		Parda	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	41,12	32,79	49,74	41,02	21,05	14,51	28,29	21,04
1950	44,12	37,51	53,89	46,80	24,49	18,76	30,20	24,55
1960	55,77	50,68	64,22	59,17	34,75	29,78	37,12	33,01
1970	62,32	58,72	73,08	69,64	45,68	41,53	46,75	44,30
1980	69,74	68,62	80,42	78,40	57,05	54,34	56,63	56,21
1991	75,16	76,35	84,41	84,15	65,41	65,13	65,53	67,68
2000	83,87	84,83	89,12	89,18	77,39	76,84	78,02	79,81

Fonte: BELTRÃO 2003

<sup>43</sup> Definição do IBGE



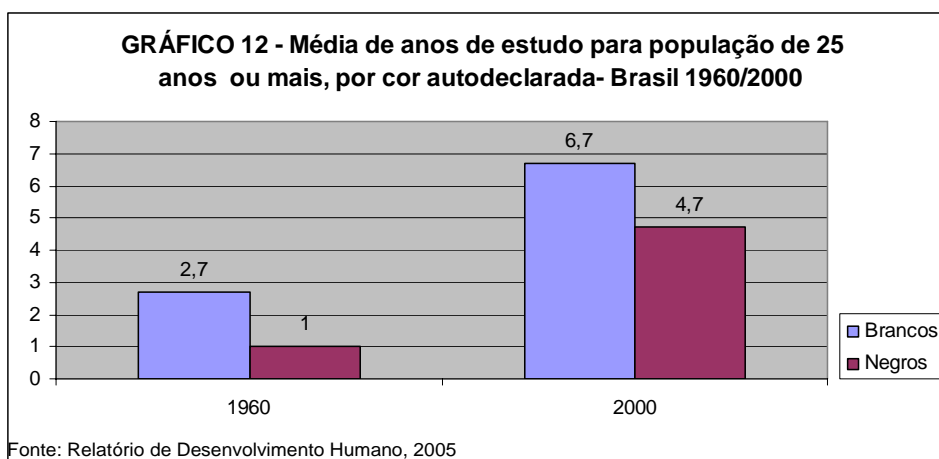
Do ponto de vista do comportamento dentro dos próprios grupos, para o mesmo período de análise, também encontramos um grau diferenciado de taxa de alfabetização entre os membros do sexo feminino e os membros do sexo masculino. As mulheres, independentemente do grupo de cor ao qual pertençam, estão sempre em desvantagem de condições em relação aos homens do mesmo grupo: para as mulheres brancas a diferença é de 8,72%, para as pardas temos 7,25% e para as negras temos 6,54%. Essa relação de gênero dentro dos grupos, apesar de notarmos a evolução histórica dos percentuais de alfabetização das mulheres, só alcança patamar de igualdade frente os homens do mesmo grupo na década de 80 e 90: as mulheres quando não passam a ter iguais taxas de alfabetização, apresentam melhores índices de alfabetização.

É necessário lembrar que o desempenho das mulheres no processo de alfabetização não implica em igualdade de condições entre mulheres de diferentes grupos de cor, mais uma vez vimos repetidas a hierarquia racial na sociedade brasileira. Com a análise das taxas de alfabetização no ano 2000 temos: mulheres brancas (com 89,18%) apresentam melhores taxas de alfabetização que as pardas (79,81), que conseqüentemente apresentam melhores taxas que as mulheres negras (76,84%) — reafirmando assim a hierarquia social.

Esta análise aponta para uma nítida distância entre o grupo negro e o grupo branco, apesar da tendência histórica ter demonstrado significativa melhora nas taxas de alfabetização do grupo negro. Aponta também uma proximidade entre os grupos preto e pardo, a distância entre estes dois grupos é insignificante, menos de

3 pontos percentuais, o que potencializa agrupá-los sob a denominação de negros, tendo em vista sua praticamente igualdade de condições.

Essa redução da distância social em termos de taxa de alfabetização não significa, necessariamente, redução em nível da diferença na média de anos de estudos entre o grupamento branco e o grupamento negro. Com o auxílio do GRÁFICO 12 podemos conferir a evolução das médias de anos de estudo para a população por grupo de cor.



Enquanto a diferença entre as médias de anos de estudo entre os grupos negro e branco estava em 1,7 anos em 1960, em 2000 essa diferença passa para 2 anos. Isso demonstra que ambos os grupos apresentaram significativa melhora na média de anos de estudo, mas a distância que separa os grupos também apresenta tendência de crescimento. Pode ser sub-entendido, em termos gerais, que o sistema educacional alcançou grandes avanços em termos de quantidade (maior acesso escolar para todos os grupos), mas não houve o mesmo acompanhamento em se tratando dos indicadores de escolaridade (especificamente aqui, tempo médio de estudo).

Para que este último ponto não fique simplesmente exposto em termos de uma medição quantitativa, é necessário pensar a educação brasileira em sua dinâmica de aprendizado posta em prática nas escolas. Muitos têm interpretado o problema da baixa escolarização do negro devido à pobreza que estigmatiza o grupo, mas queremos considerar aqui que

Nas escolas, por vezes se reforçam estereótipos que acabam incidindo como estigma sobre as crianças negras. Esse reforço provém de fontes como práticas pedagógicas de professores mal-preparados que tendem a reproduzir preconceitos; tratamento diferenciado aos alunos por parte dos diretores, professores e funcionários; ofensas raciais, travestidas de

brincadeiras de colegas e professores; uso de agressão verbal; e descaso das autoridades escolares em prevenir e punir semelhantes práticas. O racismo no espaço escolar se manifesta ainda por meio do livro didático e dos parâmetros curriculares (...). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2006: 69)

Um dos aspectos que pode explicar a menor permanência do negro nas escolas, passando por questões como a evasão escolar e o baixo rendimento nos estudos, é relacionado à sua discriminação no ambiente escolar. A escola, instituição que em parceria com a família tem a função de inculcar nas crianças o sistema social vigente, tem contribuído para a não inserção do negro no sistema educacional<sup>45</sup>, quer seja através de práticas que não combatem a discriminação nas relações sociais nas escolas, quer seja através de práticas que não combatem a discriminação no processo pedagógico.

Nessa perspectiva, Vera Figueira, em pesquisa no município do Rio de Janeiro-1980, mediu, a partir de questionário aplicado a 442 estudantes de escolas públicas entre 7 e 18 anos, a seguinte imagem construída para os grupos: o negro é visto como feio (90,3%), burro (82,3%), faxineiro (84,4%) e cozinheira (84,4%); enquanto o branco é visto como bonito (95%), inteligente (81,4%), engenheiro (85,4%) e médico (92,2%)<sup>46</sup>.

Esse tratamento, ao longo do processo de escolarização, terá influência direta sobre o acesso desse grupo social ao ensino universitário. Expostos a um processo de afunilamento ao longo de toda a vida acadêmica apenas 2,9% dos negros conseguem acesso ao diploma universitário, para os brancos esse número sobe para 11,8%<sup>47</sup>. Em números absolutos isso significa 2 milhões de negros (pretos e pardos) e 11 milhões de brancos com diploma de nível superior.

Mais que isso, teremos uma influência direta sobre o acesso às profissões de prestígio social. Vimos estas estatísticas quando tratamos da renda e sua relação

---

<sup>45</sup> A esse respeito TELLES, Op. Cit.:232- 235, propõe um importante exercício para aferir o desenvolvimento diferenciado entre crianças de um mesmo padrão sócio-econômico : o autor propõe uma mensuração no desempenho escolar entre irmãos de cor diferentes. Nesta mensuração o autor identifica que, aos dez anos, "47% dos irmãos brancos se encontram em série apropriada comparado aos 37% dos seus irmãos negros. Isso significa que mesmo para crianças de uma mesma família, residentes no mesmo domicílio e sob um mesmo acesso ao capital econômico, a inserção no sistema escolar se dá de maneira diferenciada. Fica explícito neste exercício estatístico a desvantagem dos negros, desvantagem essa que está muito além de entendimento pela simples explicação da inserção econômica.

<sup>46</sup> Relatório de desenvolvimento humano, pág 69

<sup>47</sup> Relatório de desenvolvimento humano, pág 71

com os cursos universitários (TABELA 11). Vale reafirmar que cursos como Odontologia, Arquitetura, Engenharia Mecânica, Psicologia e Medicina, entre outros, onde o rendimento salarial é dos mais elevados, são os de menor proporção da inserção dos negros. Já os cursos de menor prestígio social podem ser caracterizados como os nichos de inserção universitária da população negra (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2004: 71).

## **2.5 - O Negro como lugar de intersecção**

Na quarta parte do capítulo, tendo por foco a construção do lugar social do negro na sociedade brasileira, a partir da análise de indicadores de desenvolvimento sócio-econômicos, nos detivemos sobre aspectos dos indicadores de renda, trabalho, pobreza, educação, saúde e violência. A análise destes indicadores demonstrou, em termos de desenvolvimento socioeconômico, a situação de desigualdade que atinge de modo distinto os grupos sociais que formam a população brasileira, em especial os grupos de cor. Essa distinção, ou grau de inserção social, se expressa sobre uma estruturação racial da desigualdade: o grupo de cor negra carrega os piores índices em todos os indicadores analisados.

Podemos falar em um Brasil cujos indicadores demonstram a discriminação racial (enquanto fenômeno social generalizável) atuando mais que a estratificação por classe na alimentação e estruturação das desigualdades sociais.

Orientados pela abordagem metodológica da escola de sociologia paulista, mais especialmente pelo pensamento do sociólogo Florestan Fernandes, que — em síntese — explica a situação da população negra pela sua não absorção ao sistema capitalista<sup>48</sup> e também devido à existência de fatores raciais orientando a estruturação da sociedade brasileira, a preocupação inicial por trás das indagações e questionamentos deste trabalho era estabelecer os limites entre o processo de discriminação racial e o processo de exploração de classe — tem-se que o problema principal do negro no país pode ser explicado pela sua locação na estrutura de classes, o que reduz as questões raciais ao papel de fenômeno suplementar e não estruturante.

---

<sup>48</sup> Para Florestan essa solução em muito seria amenizada com a inserção do negro na sociedade de mercado.



Mas com o caminhar da pesquisa, onde caracterizamos as diferenças sociais sob o pano de fundo da desagregação dos dados por cor, outro nível de entendimento se tornou possível: como demonstrado pelos indicadores analisados, os problemas sociais atingem de forma diferenciada negros e brancos, inclusive dentro de uma mesma faixa de renda, e, por vezes, dentro de um mesmo grau de escolarização. Essa constatação anula a explicação de que o problema do negro no Brasil é simplesmente uma questão de estratificação social, no sentido clássico do termo.

Dessa primeira constatação podemos passar para o entendimento de que os indicadores, articulados entre si, constituem-se forte barreira que impede a ascensão social do negro. Na medida em que se articulam, formam um fenômeno que atinge todas as áreas da vida social da população negra e que estrutura o jogo social de modo a impedir a mobilidade do grupo. Queremos falar aqui em Interseccionalidade de variáveis.

Queremos tratar do conceito de Interseccionalidade com um foco diferente do estabelecido por Blackwell (2002), onde nos é apresentada a articulação entre a discriminação de gênero, homofobia, racismo e a exploração de classe que incidem sobre um determinado grupo social.

Tratando deste acúmulo discriminatório sobre determinado grupo social, neste trabalho estaremos limitando o termo Interseccionalidade à articulação de variáveis sociais que incidem sobre o negro de modo a limitar o seu progresso social.

Limitações em nível das variáveis podem ocorrer em diversos momentos da vida social — pode-se sofrer limitações pontuais devido ao grau de educação, renda, ocupação, ou ainda devido à região de residência ou origem, entre outros. Mas nascer negro no Brasil significa viver sob uma marca<sup>49</sup>, viver uma constante incidência dessas limitações, ora por que estas se articulam conjuntamente de modo a estruturar a vida social, ora por que na construção social do conhecimento, da realidade, das práticas culturais, as limitações são tomadas como denominador comum do grupo negro, fato que acaba por gerar um pré-conceito generalizável a todo o grupo.

---

<sup>49</sup> Ver a esse respeito o estudo de Oracy Nogueira, especificamente nos referimos a: *Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetinga*. São Paulo: EDUSP, 1998

Nessa perspectiva é possível fazer uma aproximação com o conceito de capital racial<sup>50</sup>. Na medida em que fazer parte do grupo branco, *per se*, garante maior possibilidade de apropriação do capital social, como um dom natural do grupo e naturalização de um determinismo biológico, o capital racial da população branca se opõe à interseccionalidade que recai sobre a população negra: Enquanto o primeiro age de forma a naturalizar a vantagem branca na disputa pelos bens materiais e simbólicos, a segunda age de forma a impedir a progressão social do grupo negro. Assim, pertencer à população branca significa se deparar com determinadas limitações sociais de forma pontual no decorrer da vida, enquanto ser negro significa já nascer sob um signo limitador que servirá de cadeias a limitar os passos para a ascensão social.

Esta hipótese pode ser representada através de um modelo bidimensional onde temos quatro níveis de desempenho em relação aos indicadores: em primeiro, como grupo padrão<sup>51</sup>, temos o grupo branco masculino, a este se sucede o grupo branco feminino, estes dois se revezam no domínio dos melhores índices nos indicadores de desenvolvimento; abaixo destes vem o grupo da população negra, com os homens e as mulheres se revezando no domínio dos piores indicadores de desenvolvimento social. Aqui, com base nos indicadores analisados, reafirmamos a união entre pretos e pardos numa mesma categoria: ambos os grupos apresentam praticamente um mesmo estágio de desenvolvimento em se tratando do desempenho nos indicadores sócio-econômicos, respeitadas as pequenas diferenças, mas tendo sempre em comum a distância social destes frente ao grupo branco.

Um parêntese que abrimos aqui, em relação ao modelo desenhado, diz respeito à dominação masculina sobre o universo das relações sociais. Apesar do grupamento feminino ter apresentado nas últimas décadas significativas melhoras nos indicadores de desenvolvimento social — especificamente para as mulheres

---

<sup>50</sup> MUNANGA (em sua obra: *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*, pág 44) faz referência ao conceito de capital racial, como um bem que garante naturalmente aos brancos o acesso ao capital social, por isso, digno de cuidado no ato de seu gerenciamento. O autor quer chamar atenção para o processo de assimilação (no sentido das ciências sociais), onde características fenotípicas negras são assimiladas por parte dos descendentes negros como forma de acesso ao capital social.

<sup>51</sup>Trabalharemos com a metodologia adotada por Soares (2000). Para efeito de pesquisa comparativa, o autor divide a sociedade em quatro grupos: os homens brancos, as mulheres brancas, os homens negros e as mulheres negras.

brancas nas variáveis educação, renda e saúde —, o universo das relações sociais vive sob a tutela da dominação masculina, os meios de produção e reprodução social são estruturados de forma a manter o *status* do grupamento branco sob a batuta do universo masculino<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Apesar de não constituir objeto do nosso trabalho é interessante resgatar BOURDIEU, P, *A Dominação Masculina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Nesta obra o autor desvenda os mecanismos objetivos que permeiam as decisões subjetivas vinculadas ao campo da produção e reprodução dos bens simbólicos, sob o ponto de visto do grupo social dominado e do grupo social dominante.

É passível o entendimento de que as concessões que o grupamento masculino branco faz para o seu grupamento feminino funcionam como um instrumento a serviço da manutenção da distância social entre negros e brancos. Nessa perspectiva, Bourdieu nos lembra que

As mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. Verdade do estatuto conferido as mulheres que se revela a contrário na situação limite em que, para evitar o aniquilamento da linhagem, uma família sem descendentes do sexo masculino não tem outro recurso a não ser o de tomar para sua filha um homem (...).<sup>53</sup>

Duas perspectivas de abordagem nos chamam a atenção sobre esse breve enunciado. Primeiramente, no plano dessa dominação masculina (branca), o papel destinado à mulher branca é o de capital simbólico vital para a produção e reprodução da estrutura social: na medida em que o capital social se torna mais acessível às mulheres brancas, a ponto de criar uma distância social entre elas e os negros<sup>54</sup>, cria-se uma limitação à economia da afetividade<sup>55</sup> entre esses dois grupos, cria-se uma reserva afetiva com destinação certa — o grupamento masculino branco. Sob uma perspectiva secundária, a uma família “sem descendentes do sexo masculino” só resta tomar para sua filha um homem branco, de modo a perpetuar o domínio sob o capital social.

Podemos dizer que o capital social investido nas mulheres brancas, em um país como o nosso, onde a segregação racial tem sua construção histórica reproduzida no dia-a-dia, faz parte do jogo social da manutenção da distância entre brancos e pretos a partir do domínio do campo simbólico, a partir de uma economia das afetividades.

Apesar de não se tratar de um indicador social, essa linha de análise, desenvolvida por BOURDIEU (2005), e que aproximamos aqui da realidade

---

<sup>53</sup> BOURDIEU, Op. Cit, pág 55.

<sup>54</sup> Esse distanciamento dos negros em relação ao mercado da afetividade é apresentado por Gilberto Freyre em *Mocambos e sobrados*

<sup>55</sup> ver MOUTINHO, L. “*Razão, ‘Cor’ e Desejo. Uma Análise comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-sexuais ‘inter-raciais’ no Brasil e na África do Sul*”. São Paulo, 2004

brasileira e ao pensamento de MOUTINHO (2004), fortalece em muito o entendimento sobre nossa especificidade sócio-cultural: perpassando por todos os indicadores, é notório que o investimento social na mulher, devido à formação social que lhe incute o papel inerente de mãe, tem reversões diretas sobre a família, mais especificamente sobre os filhos.

Apesar desse tema não ser corrente no tratamento das questões raciais, já há muito é dominado e posto em prática na sociedade brasileira, em especial pelo colonizador português, pela elite colonial e suas permanências atuais: a constituição de uma hierarquização entre mulheres brancas e mulheres negras teve e tem uma função estruturante para a conformação da sociedade nos moldes como temos até os dias atuais. Na medida em que a sociedade colonial estabelecia um padrão feminino para a formação de família em oposição a um padrão para os abusos sexuais e fornicações, na medida em que estes padrões correspondiam diretamente à compleição física das mulheres, às características fenotípicas, na medida em que a tão falada miscigenação fundamentou-se pela imposição violenta do grupo masculino branco sobre o grupo feminino negro, na medida em que o grupo masculino negro era colocado à margem dessa economia da afetividade, impedido de formar família e acumular capital social filhos: criou-se mais um adendo à interseccionalidade, adendo de enfoque muito requintado que construí-se no plano simbólico e repercutiu no plano material.

Nesse quadro a mulher negra, máquina reprodutiva de uma miscigenação bastarda, agenciada pelo grupamento masculino branco para o grupamento masculino branco, foi a maior prejudicada em todo processo colonial, e ainda é. Com ela, ou melhor dizendo, e com a violência perversa que incide sobre ela, segue todo grupamento negro a reboque nesse processo de interseccionalidades eternizadas.

A título de exemplificação do que expomos acima, apesar de não constituir fonte de aprofundamento de pesquisa estatística<sup>56</sup>, cabe recorrermos à construção imagética que se desenha em nossas cabeças, especificamente quando pensamos em estrutura familiar em periferias: mulheres, negras em sua maioria, solteiras ou

---

<sup>56</sup> Apesar de não ser foco de uma abordagem estatística que nos dê instrumentos para confirmar cientificamente esta hipótese, a construção social da mulher negra, enquanto tipo desejável para união é constituição familiar —fato essencial na luta por capital social—, para além da economia das afetividades em seu sentido de intercursos sexual, às coloca em desvantagem diante da possibilidade de alcance de relacionamentos economicamente estáveis. Em termos sintéticos, queremos dizer que as mulheres negras estão mais suscetíveis à uniões conjugais instáveis cujo produto final se expressa nos índices de lares mantidos por mães solteiras ou separadas. A esse respeito ver MOUTINHO (2003), L.

separadas, com um grande número de filhos, negros em sua maioria. Há de se ressaltar que a conformação dessa estrutura familiar fragmentada tem reflexo direto sobre os indicadores da condição sócio-econômica das pessoas. Dessa forma a construção simbólica a cerca da mulher negra ocupa uma função estruturante no acesso da população negra ao capital social, e concomitantemente ao campo econômico.

A estruturação da mulher negra enquanto parceira de intercurso sexual, a qual é negado o acesso à estabilidade familiar, nos termos expostos, transfere para toda sua descendência o peso da falta dessa estrutura e contribui para a propagação do arcabouço simbólico, negativo, que incide sobre a população negra.

Não há como afastarmos o papel social construído para as mulheres negras do lugar de intersecção destinado à população negra como um todo: há que se entender que a desvalorização da mulher negra é institucionalizada — quer seja pelo rígido sistema estético, quer seja pela pior situação na escala de desenvolvimento sócio-econômico—, e juntamente a ela acabam por acompanhar toda sua descendência. Assim, o negro já nasce em uma estrutura fragmentada cujo reflexo o acompanhará durante toda sua vida social. A estruturação das uniões conjugais e das famílias responde por parcela significativa da interseccionalidade que recai sobre o grupamento negro, e acaba por funcionar como instrumento eficaz para a manutenção da distância social entre negros e brancos.

## CAPÍTULO IV

### A Segregação Racial no Espaço Urbano

*“(...) a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores.*

*(Hasenbalg,2003)*

Como ressaltamos no início do capítulo poucos trabalhos tem se dedicado ao estudo da espacialização das questões raciais em nossas cidades. O mito da miscigenação, da democracia racial e da nação fruto da convivência harmônica entre três raças — branco, índio e negro—, em muito limitaram a proposição de temas de pesquisa que fossem em encontro a este foco de análise. Aliado também a estes fatores, que formam o mito de origem de nossa sociedade, o passado de institucionalização legalizada das formas de discriminação e segregação racial (*apartheid*) em sociedades como a estadunidense e a sul-africana em muito contribuiu para a solidificação da falsa noção de que no país não existia elementos que pudessem confirmar a existência de segregação racial. Esse foco interpretativo se apóia principalmente na hipótese de que a situação do negro na sociedade brasileira passa muito mais por um problema de inserção na sociedade de economia de mercado, problema vivenciado pelo negro tanto quanto pelos brancos pobres: se existem brancos pobres em situação tão paupérrimas quanto o grupamento populacional de cor negra, então não se pode falar em discriminação ou segregação da raça negra muito menos em favorecimento social do grupamento branco?

O fato da inexistência de guetos, enquanto espaço restrito ao grupamento negro, tão comum nos territórios ianque e sul-africano, é usado como fenômeno que corrobora para a suposição da igualdade de condições entre negros e brancos no

Brasil, corrobora também para que a problemática vivida por estas “minorias sociais” seja relegada às questões de classe social.

Como vimos nos estudos específicos sobre a segregação social no espaço urbano do Distrito Federal, a exemplo das pesquisas sobre o espaço urbano brasileiro, de maneira geral, pouco se avançou para além das respostas dadas pela interpretação dos fatores de mercado e de seus mecanismos na ação de estruturação do espaço urbano, em que se pese a tentativa de interpretação da ação do estado enquanto principal mantenedor dessa segregação e da própria estrutura social moldada na burocracia e nos anseios dos funcionários estatutários.

Nessa perspectiva, a raça, enquanto categoria explicativa com possíveis contribuições para o entendimento da questão urbana brasileira, é entendida como de pouca relevância e não merecedora de reflexão.

Fugindo do entendimento da raça enquanto categoria insignificante e caminhando para além do “se apoiar” nas respostas pré-estabelecidas pelas teorias sociais de abordagem exclusivamente marxista, alguns pesquisadores, em uma proposição de interpretação do fenômeno urbano, se propuseram a abordar o tema da segregação procurando identificar possíveis variáveis raciais e o papel desempenhado por estas na estruturação do espaço urbano. Dentre esses autores queremos destacar os trabalhos desenvolvidos por Rolnik<sup>57</sup>, Pierson<sup>58</sup>, Telles<sup>59</sup>, entre outros.

Pierson (1945), em sua pesquisa voltada para as relações raciais na cidade de Salvador, entre os anos de 1935 e 1937, é tomado como precursor das pesquisas que se debruçaram sobre a possibilidade de fatores raciais agindo na conformação da estrutura urbana das cidades brasileiras. Embora seu objetivo fosse muito mais amplo<sup>60</sup>, em sua pesquisa há uma atenção especial para a distribuição

---

<sup>57</sup> ROLNIK, R. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: Ethnicidades e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*. Estudos Afro-Asiáticos, 17: 29-41, 1989.

<sup>58</sup> PIERSON, D. *Branços e Pretos na Bahia: Estudo de Contato Racial*. São Paulo: Nacional (1ª edição Americana 1942, 1ª edição brasileira 1945)

<sup>59</sup> TELLES, E. *Racismo à Brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.

<sup>60</sup> O objetivo de Pierson foi investigar a integração e a mobilidade social dos negros, para isto o autor adotou um procedimento metodológico muito diverso, investigando vários aspectos da vida social. MENDONZA (no artigo “Donald Pierson e a Escola Sociológica de Chicago no Brasil”. Scielo, 2005), em relação aos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo, nos chama a atenção para os seguintes pontos:



da população negra no espaço urbano, suas análises, pautadas nas impressões dos vários bairros da cidade, identificam a maior concentração da população negra nos bairros com menor qualidade de vida e, concomitantemente, a menor concentração nos bairros com maior qualidade de vida: o autor identifica que “a cor da pele dos moradores do bairro varia de acordo com o padrão do bairro”<sup>61</sup>.

Apesar da identificação da distância social entre negros e brancos, distância também representada no espaço urbano, as investigações de Pierson (1951) tiveram como conclusão a existência de uma segregação por raça integrada á segregação por classe, para o autor a concentração de negros nos bairros mais pobres era entendida como um mecanismo de seleção de mercado onde as parcelas populacionais mais abastadas tinham acesso ao solo urbano mais valorizado. Para o autor a acumulação da população negra nos bairros mais pobres ocorria devido ao papel desempenhado por esta população no período escravista, isso tendo em vista o curto espaço de tempo que separava os negros do seu passado de escravos.

Há de se entender o período em que Pierson desenvolveu sua tese de doutorado no Brasil: a visão que o estrangeiro tinha da sociedade Brasileira em muito era influenciada pelas idéias, mundialmente propagadas, de Gilberto Freyre (Guimarães, 2004)<sup>62</sup>, idéias cuja essência caminhavam para a solidificação do mito de democracia racial. Embora não tenhamos fontes que nos garantam maior precisão, Para Pierson o peso destas idéias era sentido de modo mais forte devido

---

a) Valendo-se da etnografia e da observação participante, ele fez uma descrição minuciosa da situação racial, analisou o número proporcional de indivíduos em contato, graus de prestígio, segregação racial e miscigenação, participação de grupos sociais, ecologia, economia, política e sociologia das relações entre grupos, a consciência da raça, status, sentimentos grupais de segregação e formas culturais.

b) Com a observação participante, as técnicas de pesquisa de seleção de informantes principais (homens, mulheres, idade, etc.), técnicas de questionários, árvores genealógicas, entrevistas diretas, ele obteve de primeira mão, dados importantes. O registro de rituais, casamentos, cerimônias, concertos musicais, acontecimentos esportivos, solenidades, (...). Além disso, os seus estudos em arquivos históricos na procura de documentos, mapas da cidade, documentos pessoais (cartas), autobiografia, censos demográficos (...), permitiram-lhe reconstruir o passado de Salvador.

<sup>61</sup> TELLES, E. E., “Segregação Racial e Crise Urbana.”, pág. 197, em RIBEIRO, L.C.Q & SANTOS JUNIOR, O.A (org). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. 2ª.ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>62</sup> GUIMARÃES, A.S.A, *O projeto Unesco na Bahia*. Colóquio internacional O Projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois. 2004

ao histórico de segregação institucional legalizada presente na formação e desenvolvimento da sociedade estadunidense.

É bom lembrar que as idéias de Freyre encontravam forte respaldo na noção que o brasileiro médio tinha sobre a questão racial no país, bem como entre os próprios intelectuais da época. Sobre a relação das idéias de Freyre com a sociedade brasileira, GUIMARÃES (2004) nos chama a atenção para força de suas idéias:

Todos sabem, entretanto, que Pierson já encontrou aqui, entre os acadêmicos brasileiros, uma história social do negro, desenvolvida por Gilberto Freyre, que fizera da miscigenação e da ascensão social dos mulatos as pedras fundamentais de sua compreensão da sociedade brasileira. Ou seja, para ser mais claro, eram fatos estabelecidos, já nos 1935, pelo menos entre os intelectuais modernistas e regionalistas que o Brasil nunca conhecera o ódio entre as raças, ou seja o “preconceito racial”; (b) as linhas de classe não eram rigidamente definidas a partir da cor; (c) os mestiços se incorporavam lenta mais progressivamente á sociedade e à cultura nacional; (d) os negros e os africanos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo Físico e a uma cultura propriamente brasileira. (GUIMARÃES,2004: 3)

Ao se alinhar ao pensamento de Freyre, e por representar o pensamento da Escola de Sociologia de Chicago, as idéias de Pierson (1951) contribuíram fortemente para a manutenção da percepção das questões raciais enquanto meramente questão de classe social. Nessa perspectiva, de 1937 até as pesquisa desenvolvida no final da década de 40 pela Escola de Paulista de Sociologia, o Brasil abraçaria a noção de preconceito de raça enquanto preconceito de classe, assunto sobre o qual nos detivemos no primeiro capítulo.

Infelizmente as pesquisas da Escola de Paulista de Sociologia, sob a tutela de nomes como os de Florestan Fernandes e Roger Bastide, pouco avançaram na questão espacial da população negra. O solo urbano, enquanto produto suscetível as leis do mercado ou estrutura básica para a produção e reprodução do capital, foi mais uma vez interpretado como elemento constituinte da problemática que envolve unicamente a questão de classe social.

Nesse mesmo sentido, um ensaio de investigação é feito com as pesquisas da Unesco entre os anos 50 e início dos 60 nas cidades do Rio de Janeiro e Florianópolis. Nesses estudos podemos destacar a atuação de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso em pesquisa conjunta sobre mobilidade social em Florianópolis: fugindo das respostas dadas por Freyre e Pierson, Henrique e Ianni identificam a presença de racismo e preconceito racial como atitudes muito

difundidas nas práticas sociais; já sob o ponto de vista da representação física destas práticas — a segregação espacial —, os autores apontam para uma estruturação baseada nos condicionantes de classe social.

Abrindo aqui um parêntese, há que se ressaltar que as pesquisas desenvolvidas faziam uso de declarações feitas pelos grupos pesquisados, em si, tendo em mente o sistema de discriminação racial velado praticado no país, essa metodologia já aponta motivos para relativizarmos as respostas obtidas. Como destaca Telles (2003)

São vários os exemplos de incidentes que sugerem a existência de discriminação residencial, tais como o bem conhecido “elevador de *apartheid*” do Brasil. Negros de classe média freqüentemente reclamam que os porteiros dos edifícios pedem que eles utilizem os elevadores de serviço quando visitam amigos da classe média. (Telles, 2003, pág 174)

Mas voltando à argumentação principal, embora sérias críticas fossem levantadas pela Escola de Sociologia Paulista a respeito dos estudos desenvolvidos por Pierson (1951), pouco se evoluiu em relação à análise espacial da questão racial: a segregação espacial da população negra praticamente esteve à margem dos temas analisados pelas ciências sociais, bem como por qualquer outra área do conhecimento.

Esse silêncio começaria a ser quebrado no fim da década de 80, nesse período surge o artigo da pesquisadora Raquel Rolnik para a revista *Estudos Afro-Asiáticos*<sup>63</sup>. Neste artigo Rolnik se propõe “percorrer os espaços negros nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, buscando suas origens e ligações, a partir do final da escravidão, e atentando para sua particular inscrição ao longo do tempo” (ROLNIK, 1989: 29). A autora ao buscar a reconstrução do quadro da situação do negro no espaço urbano das duas principais cidades do país, para além da marginalização e estigmatização desses espaços, quer testar a hipótese da existência de um “território negro”, com história e tradições específicas. Nessa abordagem a noção de território, “obra coletiva construída peça a peça por certo grupo social”, passa pela questão da identidade estruturada de forma singular nesses espaços.

---

<sup>63</sup> ROLNIK, R. “Territórios Negros nas Cidades brasileiras: Etnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro” *Estudos Afro-Asiáticos*, 1989, 17:29-41

Nessa conceituação de território enquanto espaço vivido, enquanto espaço de formação de identidade, ROLNIK (1989) identifica as matrizes que deram corpo ao “território negro”, para ela teríamos:

- O *corpo*: Desterritorializado, ao negro, enquanto escravo, só restou usar o próprio corpo como “lugar” de resistência ao massacre a sua identidade, “era através dele que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária”(ROLNIK,1989: 29).
- A *senzala*: Cárcere e martírio, a senzala reduziria toda peculiaridade étnica dos negros escravizados a uma identidade única articulada em nível da comunidade. A senzala, especificamente o terreiro (apenas o espaço do pátio num primeiro momento), se configuraria como espaço onde “floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras” (Rolnik,1989: 29).
- A *rua*: Escravos de ganho, negros livres, brancos, negros fujões, mulatos... Dispersos na rua: a falsa noção de liberdade ou o anonimato da multidão. Nessa trama vivida, a rua é articulada como cenário de formação de “uma rede de socialização e sobrevivência negra à escravidão que cada vez mais representava uma alternativa concreta à senzala” (Rolnik,1989: 30).
- O *Quilombo*: para além da limitação territorial estabelecido pela senzala e do corpo destituído de poder sobre si, o quilombo viria a marcar a retomada pelo escravo do “poder sobre sua própria vida. Daí nasce o quilombo, zona libertada da escravidão” (Rolnik,1989: 30).
- O *mercado e as irmandades religiosas*: ambos, espaços de aglutinação dos negros, viriam a marcar profundamente os espaços públicos da cidade e a própria organização de redes de apoio entre seus membros.

É dentro destes elementos que a autora identifica a articulação de um “território negro”, com características culturais, com história e tradição própria.

Essa estrutura só viria a sofrer grandes modificações com a substituição do sistema econômico escravista e implantação da mão de obra assalariada, neste momento a cidade senhorial-escravista, bem como o território negro que ela abriga, teria que se adaptar às disposições da cidade capitalista. Essa mudança seria marcada pela “limpeza” dos espaços urbanos majoritariamente negros. Em São Paulo esse processo de expulsão da população negra seria marcado pela ação de mecanismos de renda, já o Rio de Janeiro assumiria como *modus operandi* a intervenção direta sobre os territórios negros, removendo-os e “higienizando” a cidade.

Evitando juízo de valor que se enverede pela a definição de qual processo teria sido mais prejudicial ao negro, a discriminação posta em prática em ambas as cidades, manifestada em mecanismos diferenciados, deve ser analisada sobre focos diferenciados (a exemplo do que se espera ao compararmos certos fatos correntes na sociedade estadunidense e na brasileira em relação à construção social da questão racial).

Para os que querem acreditar que o processo em São Paulo foi o menos racista, Rolnik (1989) nos apresenta as práticas e pensamento corrente na sociedade paulista da época: na construção social, não menos racista da sociedade paulista, a cidade

(...) que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação de um código de posturas municipal em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros da cidade: as quituteiras devem sair porque “atrapalham o trânsito”; os mercados devem ser transferidos porque “afrontam a cultura e conspurcam a cidade”; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são “embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural”. (Rolnik, 1989: 32 )<sup>64</sup>

A cidade construída pelo negro já não comporta suas atividades, já não tolera seus meios de sobrevivência: qualquer semelhança será mera coincidência com o caso de Brasília?

Com Rolnik veríamos quebrados quase 30 anos de pesquisas que não estabeleciam a ligação entre espaço social, imbricado pela questão racial brasileira, e espaço urbano. Silêncio que acabou por tratar as categorias espaço e sociedade

---

<sup>64</sup> As afirmações de Rolnik são baseadas na análise do Código de Posturas do Município de São Paulo, 6.10.1886. Arquivo Histórico Washington Luís.

em “trilhos” diferenciados<sup>65</sup>. Ao começar a restabelecer esse elo da corrente que viria juntar os dois trilhos, ROLNIK (1898) identifica a existência de um “território negro”, socialmente estruturado, território que, para além do papel estruturante na formação de uma identidade negra, contribuiria para a manutenção do *status* marginal dessa população.

Se as pesquisas de ROLNIK (1989) tomam por foco a construção do território negro ao longo da história, Telles (2003) está preocupado em distinguir a segregação por classe da motivada por fatores raciais. Para esta análise Telles (2003) fez uso de dados estatísticos: comparando grupos de renda desagregados por cor, bem como sua distribuição e grau de isolamento. Em suas conclusões, o autor confirma a hipótese de que a população negra se concentra majoritariamente entre as camadas mais pobres da população.

Já em relação à segregação espacial suas conclusões são ponderadas, para ele o fato do racismo no Brasil se manifestar de forma velada ocultaria a precisão de sua existência, além disso, devido ao fato da população negra se encontrar majoritariamente nas classes mais baixas e possuir um número irrisório de negros na classe alta, não sobressaltando assim o choque social que ocasionaria o surgimento de manifestações mais claras de orientações de viés racial no acesso à habitação: negros e brancos pobres, sujeitos à irregularidade fundiária, estariam propensos aos mecanismos de grilagens e invasões, onde o que vale é o “quem chegou primeiro”. O que fica mais claro em relação à segregação espacial, nas conclusões de TELLES (2003), diz respeito ao mecanismo de auto-segregação da população negra: com base em ROLNIK (1989), o autor reafirma o papel da identidade como fator que influencia diretamente na escolha pelo lugar de moradia.

(...) a segregação racial no interior de grupos de renda similar aparece com um resultado provável de etnicidade. Os afro-brasileiros, como outros grupos étnicos, buscam os bairros com pessoas de características étnicas similares e próximas de instituições étnicas. No entanto a procura por bairros com pessoas de mesma cor pode ser em si mesma um modo dos afro-brasileiros evitarem a discriminação residencial. Deve ser mais fácil para eles encontrar moradia num bairro que já tenha um número significativo de não brancos (TELLES, 1997: 201).

---

<sup>65</sup> Ao se referir à dicotomia “espaço-sociedade” nas pesquisas científicas dos últimos anos, nossa crítica quer chamar atenção para a necessidade de se refletir sobre a questão racial brasileira, entendemos que esta componente foi, e ainda é, essencial na construção da nossa estrutura social.

Assim temos a proximidade identitária com instituições étnicas (escolas de samba, terreiros, etc) e com familiares ou conhecidos de mesma cor, já residentes no bairro, como variantes importantes na escolha do lugar de moradia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da sociedade brasileira feita sobre um foco direcionado nas relações raciais, em seu processo de interação com outros elementos que atuam na estrutura social, teve por objetivo garantir um instrumental teórico que nos possibilitasse maior entendimento quanto à ação de fatores raciais na estruturação do espaço urbano em nossas cidades.

O foco sobre a estrutura social demonstra, entre outros pontos, que a estrutura econômica, mais diretamente o capital financeiro, responde dialeticamente no processo social: por um lado como *estrutura estruturada*, por outro, como *estrutura estruturante*. Esse duplo comportamento da estrutura econômica no processo de configuração do *espaço social* abre a possibilidade de aceitação dos outros elementos componentes da estrutura social na conformação da sociedade. Desse jogo complexo de inter-relação “inter-estrutural”, depreende-se que a linha ortodoxa da teoria marxista, em sua proposta de foco sobre a infra-estrutura, não consegue responder satisfatoriamente pela complexidade do jogo social, formado pela interação do campo econômico com o social, o cultural, o político, o simbólico, entre outros.

Assim foi necessário romper com a análise exclusivamente econômica da estrutura social: numa sociedade multirracial, como a nossa, onde o processo de colonização impôs a escravidão aos grupos raciais negros e, em menor proporção, aos grupos sociais indígenas, a análise sobre o papel da estrutura racial frente ao campo social como um todo revelou a existência de mecanismos atuando no plano oficioso de modo a garantir pela *produção simbólica* a manutenção das distâncias sociais entre brancos e não-brancos.

A base do entendimento sobre a sociedade foi replicada na análise da estrutura espacial: se os mecanismos sociais são regidos por uma hierarquização racial articulada em nível da produção simbólica, oculta à percepção do senso comum, a estrutura espacial também responde às mecanismos de hierarquização.

Sob este aspecto é possível falar em uma estruturação racial oficiosa: não encontramos nenhum instrumento ou mecanismo oficial que determinasse os espaços a serem ocupados por grupos negro e branco; mas quando caracterizamos as áreas ocupadas majoritariamente por um dos grupos de cor que polarizam a



nossa questão racial, em relação aos indicadores de qualidade de vida (renda, escolarização, saúde, etc.), ou pela própria qualidade urbana do assentamento, constatamos que o distanciamento social entre negros e brancos é realidade factual.

Esse distanciamento não pode ser explicado unicamente pelos fatores de ordem econômica, a interação em nível das estruturas sociais dá ao lugar social reservado para o negro a condição de interseccionalidade de indicadores, em outras palavras, o lugar social destinado ao negro é fruto da intersecção de limitação sócio-econômicas, político-ideológicas e culturais.

Sob o ponto de vista espacial, a interseccionalidade não acontece solta de uma base territorial, muitos dos problemas da sobreposição de indicadores negativos são decorrentes das características sócio-ambientais das áreas ocupadas pela população negra.

Em oposição à ação da interseccionalidade que assola a população negra, temos a ação do capital racial com um bem inerente, que age no sentido de garantir vantagens naturalizadas para o grupo branco, simplesmente pelo fato de serem brancos. Assim por um lado temos um mecanismo social que puxa o grupo negro para baixo e, concomitantemente, temos um mecanismo que empurra o grupo branco para cima.

Na estruturação desses dois mecanismos a produção simbólica é mola essencial, principalmente através da sua ação de legitimação da dominação racial e na instituição da anomia enquanto prática comum aos grupos dominados.

A análise sobre o espaço urbano do Distrito Federal demonstrou que, apesar das especificidades que garantem uma situação fundiária impar em relação às outras áreas do país, as regras sociais da sociedade brasileira para as relações raciais, em sua expressão sobre a estrutura urbana, são validadas em nossa realidade urbana. Apesar de não verificarmos a existência de qualquer tipo de segregação direcionada por fatores estranho ao ordenamento estabelecido pelo campo econômico, existe a conformação de áreas urbanas inacessíveis à população negra, enquanto, concomitantemente, os negros são maioria nas áreas com pior infra-estrutura e indicadores de desempenho sócio-econômico.

A invisibilidade da ação da estrutura racial sobre o campo social, do mesmo modo que limitou as pesquisas sobre as condições de vida da população brasileira, em sua relação direta com o espaço urbano, também limitou o foco das pesquisas sobre a estrutura urbana no DF: as últimas duas décadas, à luz da orientação de

uma ideologia marxista, foram marcadas por pesquisas de foco exclusivo sobre a estrutura econômica, não se debruçaram sobre a complexidade dos fatores que atuaram para a segregação espacial sobre um enfoque que se trata da cor, da origem, ou de outros fatores.

Uma abordagem possível pode ser formulada a partir da segregação dos grupos construtores de Brasília: esses indivíduos, nordestinos e negros em sua maioria, após a construção da capital, foram assentados em áreas distantes do núcleo central da nova capital, núcleo de empregos e de desenvolvimento humano. A análise sobre a origem dos moradores possibilitou traçar um paralelo entre população nordestina e população negra: a exemplo do que acontece com os negros em relação às ocupações, onde estes são maioria, para os nordestinos a regra é a mesma — quanto mais nordestinos menos qualidade a cidade disporá para os seu habitantes. Embora não tenhamos dados que aferissem a origem em relação a cor, existe uma correlação entre ser nordestino e ser negro.

Podemos falar em segregação racial na sociedade brasiliense? Como elucidamos ao tratar das relações raciais na sociedade brasileira, o processo de discriminação racial ou o racismo não são expresso de forma aberta e oficial (marcando aquilo que Florestan Fernandes definiu por “preconceito de ter preconceito”), mas o resultado final, o da segregação urbana por cor, e o distanciamento social entre brancos e negros, é fato inquestionável. Se não podemos precisar os meios pelo qual esse mecanismo se manifesta, podemos avaliar o resultado que recai sobre a população negra.

Diante deste quadro, a estrutura racial se demonstra como elemento importante para a análise das desigualdades urbanas em nossas cidades, Brasília não foge a este enquadramento. A análise unicamente direcionada para a estrutura econômica pode induzir tentativas de respostas que não solucionarão a questão da população excluída, majoritariamente negra, quando mais, poderão agir no sentido de fortalecer o processo de exclusão sobre esta parcela populacional: as soluções dadas acabaram por se inserir entre os elementos de interseccionalidade que acabam por restringir a progressão sócio-econômica da população negra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M.M. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2ª ed. Tradução de Walter Evangelista; Maria Laura de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BACELAR, J. **A Hierarquia das Raças. Negros e Brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BASTIDE, R. (Org). **Usos e Sentidos do Termo Estrutura**. São Paulo: Edusp, 1971

BELTRÃO, K. I. **Alfabetização por Sexo e Raça no Brasil: um Modelo Linear Generalizado para Explicar a Evolução no Período 1940–2000**. Texto para discussão nº 1003. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/biblioteca>> acesso em: 2 de mar. de 2006.

\_\_\_\_\_ ; SUGAHARA, S; PEYNEAU, F.P.L.; MENDONÇA, J.L. O. **Mercado de Trabalho Urbano: Clivagens raciais na década de 1990**. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/biblioteca>> acesso em: 2 de mar. de 2006.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I; BENTO Maria A. S. (Orgs). **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Branquitude: O Lado Oculto do Discurso Sobre o Negro. *In*: CARONE, I; BENTO Maria A. S. (Orgs). **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, P.L; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 24ª ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985

BERDED, Z. **O que é Negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BLACKWELL, M.; NABER, N. Revista de Estudos Feministas, vol. 10, nº1, jan.2002

BONIFÁCIO, J. Depois da Abolição. *In*: MENESES, D. (org). **O Brasil do Pensamento Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. 4ª ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Las Estructuras Sociales de la Economía**. Traducción de Thomas Kauf. Barcelona: Anagrama, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Produção da Crença: Contribuição para uma Economia dos Bens Simbólicos**. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira. São Paulo: Zouk, 2004.

\_\_\_\_\_. Modos de Dominação. Tradução de Maria da Graça Jacinto Setton. *In*: BORDIEU, P. **A Produção da Crença: Contribuição para uma Economia dos Bens Simbólicos**. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira. São Paulo: Zouk, 2004.

\_\_\_\_\_. (org). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Efeitos de Lugar. *In*: BORDIEU, P. (org). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, A.A. **Miséria da Periferia: Desigualdades raciais e pobreza na Metrópole do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas; PENESB, 2004

CAMPOS, N.LO. *Produção da Segregação Residencial em Cidade Planejada*. Brasília, UnB (dissertação de mestrado, mimeo). 1988.

\_\_\_\_\_. *A segregação Planejada*. In PAVIANI, A. (Org). **A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília**. Brasília: UnB, 1991.

CANO, I; FERREIRA, C. E. *Homicídios e Evolução Demográfica no Brasil: o Impacto da Evolução Demográfica na Futura Taxa de Homicídios e a Incidência dos Homicídios na Pirâmide Populacional*. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs). **Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao Longo da Vida**. Rio de Janeiro: topbooks; IUPERJ/ UCAM; FAPERJ, 2003.

CARDOSO, F. H. **Negros em Florianópolis: Relações Sociais e Econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CARONE, I; BENTO M.A.S. (Orgs). **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Breve Histórico de uma Pesquisa Psicossocial sobre a Questão Racial Brasileira*. In CARONE, I; BENTO M.A.S. (Orgs). **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, J.J. *Las Culturas Afroamericanas em Iberoamérica: lo Negociable y lo Innegociable*. In: CANCLINI, N.G. **Iberoamérica 2002: Diagnóstico y Propuesta para el Desarrollo Cultural**. México: OEI, 2002.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Ed.rev. 1ª reimp. São Paulo: 2000.

D'ARAUJO, M.C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – 2004**. Brasília: 2004. Disponível em: <  
[http://www.districtofederal.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=9132](http://www.districtofederal.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=9132) > Acesso em : 14 de abr. de 2006.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus: O Sistema de Castas e suas Implicações**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. 2ª.ed. São Paulo: Edusp, 1992

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de Poder a Partir de uma Pequena Comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978. (vol. 2)

FERREIRA, R.F. **Afro-descendente: Identidade em Construção**. São Paulo: EDUSP; Pallas; EDUC, 2004.

FERREIRA, I.C. B.; PENNA, Nelba A. Território da Violência. *In*: PAVIANI, A.; FERREIRA, I.B.; BARRETO, Frederico F. P. (Orgs). **Brasília: Dimensões da Violência Urbana.– Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania**. Brasília: UnB, 2005.

\_\_\_\_\_. Brasília: Novos Rumos para a periferia. *In* PAVIANNI, A (org). **Brasília: Moradia e Exclusão**. Brasília: UNB, 1996.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

\_\_\_\_\_. O Sobrado e o Mocambo. *In*: MENESES, D. (org). **O Brasil do Pensamento Brasileiro**. Brasília: Senado federal, 1998.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 18ª ed. São Paulo: nacional, 1982.

GOUVÊA, L.A.C. Brasília: **A Capital da Segregação e do Controle Social. Uma Avaliação da ação Governamental na área da Habitação**. São Paulo: Annablume, 1995.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993.

GUIMARÃES, A.S.A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Fusp; Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fusp; Ed. 34, 2002.

GURVITCH, G. As Estruturas em Sociologia. *In* BASTIDE, R. (Org). **Usos e Sentidos do Termo Estrutura**. São Paulo: Edusp, 1971.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs). **Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao Longo da Vida**. Rio de Janeiro: topbooks; IUPERJ/ UCAM; FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_.; SILVA, N. V.; LIMA M. (Orgs). **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Burglin. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG; IUPERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil no fim do século XX. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs). **Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao Longo da Vida**. Rio de Janeiro: topbooks; IUPERJ/ UCAM; FAPERJ, 2003.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial No Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90**. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/biblioteca> > acesso em: 2 de mar. de 2006.

HIGGINS, S.S. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O.; CARDOSO, F.H. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_.; SILVA, B.; SANTOS, G.G.; SANTOS, L.A. **O Negro e o Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 2005.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Demográfico 2000- Resultado da Amostra**.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000. Resultado do Universo**.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Gestão do Uso do Solo e Disfunção do Crescimento Urbano: Instrumentos de Planejamento e Gestão: Brasília e Rio de Janeiro**. Brasília: IPEA, 2001.

IWAKAMI, L.N. Vila Paranoá: a Luta pela Posse da Terra Urbana. *In*: PAVIANI, A. (Org). **A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília**. Brasília: UnB, 1991.



JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da Intervenção Governamental**. Brasília: 2002. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/biblioteca>> acesso em: 2 de mar. de 2006.

JUNIOR, Caio P. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 8ª reimpr. da 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

KOGA, D. **Medidas de Cidades. Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LAGO, L.C. O que há de Novo na Clássica Dualidade Núcleo-Periferia: A Metrópole do Rio de Janeiro. *In* RIBEIRO, L.C.(Org). **O Futuro das Metrôpoles. Desigualdades e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana: São Paulo e Rio de Janeiro**. Mimeo.

MAGGIE, Y; REZENDE, C.B. (orgs). **Raça como Retórica: A Construção da Diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. "Aqueles a Quem foi Negada a Cor do Dia": As categorias de Cor e Raça na Cultura Brasileira. *In*: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Fio Cruz; CCBB, 1996.

MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Fio Cruz; CCBB, 1996.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo. Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades, uma Trajetória Incompleta. *In: Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise.* RIBEIRO, Luiz C. Q; JÚNIOR, Orlando A.S. (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARQUES, G. **Da Senzala à Unidade Racial: Uma abordagem da Realidade Racial no Brasil.** Brasília: Planeta paz, 1996.

MARX, A. A Construção da Raça no Brasil: Comparação Histórica e Implicações Políticas. *In: SOUZA, J. (Org). Multiculturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil – Estados Unidos.* Brasília: Paralelo 15, 1997.

MENESES, D. (org). **O Brasil do Pensamento Brasileiro.** Brasília: Senado Federal, 1998.

MEMMI, A. **Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador.** Tradução de Roland Corbisier; Mariza Pinto Coelho . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967

MINGOTI, S.A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MIRANDA, A. **Brasília, Capital da Utopia (visão e revisão).** Brasília: Thesaurus, 1985.

MOUTINHO, L. **Razão, “Cor” e Desejo: uma Análise Comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul.** São Paulo: Unesp, 2004.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade Nacional versus Identidade Negra.** Belo Horizonte: Autentica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Negritude: Usos e sentidos.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

NETO, E.R. **Desigualdades Raciais nas Condições de Habitacionais da População Urbana**. Belo Horizonte: 2005. Mimeo

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: As Relações Raciais em Itapetinga**. São Paulo : Edusp. 1998.

NORVELL, J. M. A Brancura Desconfortável das Camadas Médias Brasileiras. *In*: MAGGIE, Y; REZENDE, C.B. (orgs). **Raça como Retórica: A Construção da Diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NUNES, B. F. A Lógica social do Espaço. *In*: PAVIANI, A.; GOUVÊA, Luiz A. C. (Orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: UnB, 2003.

OLIVEIRA, D.O.; GERALDES, E.C.; LIMA, R.B. (orgs). **A cor do Medo Homicídios e Relações Raciais no Brasil**. Brasília: Ed. UNB; Goiânia: Ed. UFG, 1998.

OLIVEIRA, S.M.; SOUZA, R.P.; & AMARAL, F.M.P. Revendo as delimitações de setores censitários e outras unidades espaciais urbanas. *In*: **IV Congresso Brasileiro de Cartografia, Sociedade Brasileira de Cartografia**,1995. Anais... Salvador, 1995.

PAGNONCELLI, D; AUMOND, C.W. **Cidades, Capital Social e Planejamento Estratégico: O Caso Joinville**. Rio de janeiro: Elsevier, 2004.

PAVIANI , A. (Org). **Brasília: Moradia e Exclusão**. Brasília: UnB, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília**. Brasília: UnB, 1991.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e Metropolização: A Gestão dos Conflitos em Brasília.** Brasília: UnB, 1987.

\_\_\_\_\_. Periferização Urbana. *In:* PAVIANI, A. (org). **Urbanização e Metropolização: A Gestão dos Conflitos em Brasília.** Brasília: UnB, 1987.

\_\_\_\_\_. **Brasília – Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania.** Brasília: UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. Gestão do Território com Exclusão Socioespacial. *In:* PAVIANI, A. (org). **Brasília – Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania.** Brasília: UnB, 1999.

\_\_\_\_\_.; GOUVÊA, Luiz A. C. (Orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais.** Brasília: UnB, 2003.

\_\_\_\_\_.; FERREIRA, Ignez B.; BARRETO, Frederico F. P. (Orgs). **Brasília: Dimensões da Violência Urbana.– Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania.** Brasília: UnB, 2005.

PIERSON, D. **Branços e Pretos na Bahia: Estudo de Contato Racial.** São Paulo: Nacional, 1945.

PIZA, E. Porta de Vidro: entrada para a Branquitude. *In:* CARONE, I; BENTO Maria A. S. (Orgs). **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_.; ROSEMBERG, F. Cor nos Censos Brasileiros. *In:* CARONE, I; BENTO Maria A. S. (Orgs). **Psicologia Social do Racismo. Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PNUD; IPEA & FJP – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA & FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.**

Brasília: 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/default1.asp?par=24>>. Acesso em: 2 de fev.de 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005**. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br>> acesso em: 4 de mar. de 2006.

RIBEIRO, C.A.C. **Cor e Criminalidade. Estudo e análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, L.C.Q; JÚNIOR, O.A.S (Orgs). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_.(Org). **O Futuro das Metrôpoles. Desigualdades e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

REIS, F.W. Mito e Valor da Democracia Racial. *In*: SOUZA, J. (Org). **Multiculturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

ROCHA, E. **O Que é Mito**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil**. 8ª ed. Brasília: UnB, 2004.

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1888.

\_\_\_\_\_. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: Ethnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*. **Estudos Afro-Asiáticos**, 17: 29-41, 1989.

ROMERO, M.A.B. A Violência e as condições degradantes do Meio Urbano. *In*: PAVIANI, A.; FERREIRA, Ignez B.; BARRETO, Frederico F. P. (Orgs). **Brasília:**

**Dimensões da Violência Urbana.– Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania.** Brasília: UnB, 2005.

SANSONE, L. Jovens e Oportunidades: as mudanças na Década de 1990 — variações por cor e classe —. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs). **Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao Longo da Vida.** Rio de Janeiro: topbooks; IUPERJ/ UCAM; FAPERJ, 2003.

SANTOS, D. **A Reinvenção do Espaço: Diálogos em Torno da Construção do Significado de uma Categoria.** São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

SANTOS, G.; SILVA, M.P. (Orgs). **Racismo no Brasil: Percepção da Discriminação e do Preconceito racial no Século XXI.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R.V. Da Morfologia às Moléculas, de Raça a População: Trajetórias Conceituais no Século XX. *In*: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade.** 1ª reimp. Rio de Janeiro: Fio Cruz; CCBB, 1996.

SEYFERTH, G. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. *In*: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade.** 1ª reimp. Rio de Janeiro: Fio Cruz; CCBB, 1996.

SILVA, B. (coord). **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro : Ed. FGV,1986.

SILVA, L.A.M. Violência e Sociabilidade: Tendências na Atual Conjuntura urbana no Brasil. *In*: **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise.** RIBEIRO, Luiz C. Q; JÚNIOR, Orlando A.S. (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SILVA, N.V. Duas décadas de Seletividade marital educacional no Brasil. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs). **Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao Longo da Vida**. Rio de Janeiro: Topbooks; IUPERJ/ UCAM; FAPERJ, 2003.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Tradução de Eduardo Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOZATI, A. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

SOARES, S.S.D. **O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho — Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. Texto para discussão nº 769. Brasília: 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/biblioteca> > acesso em: 2 de mar. de 2006.

SOUZA, J. (Org). **Multiculturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUSA, N.H.B. O Movimento pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista. *In*: PAVIANI, A. (Org). **A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília**. Brasília: UnB, 1991.

SOUSA, N.H.B.;MACHADO, M. S.; JACOUND, L.B. Taguatinga: uma história candanga. *In*: PAVIANI, A. (Org). **Brasília: Moradia e Exclusão**. Brasília: UnB, 1996.

SOUZA, T. P. O Brasileiro: Produto Eugênico. *In*: MENESES, D. (org). **O Brasil do Pensamento Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998.

TELLES, E. **Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica**. Tradução de Ana Callado; Nadjeda Marques; Camila Olsen. Rio de Janeiro: Lume Dumará; Fundação Ford, 2003.

\_\_\_\_\_. Segregação Racial e Crise Urbana. *In: Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. RIBEIRO, Luiz C. Q; JÚNIOR, Orlando A.S. (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

TURRA, C; VENTURI, G. **Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática; Folha de São Paulo; Datafolha, 1998.

VASCONCELOS, A.M.N.; COSTA, A. Demografia da Violência no Distrito Federal: Evolução e características. *In: PAVIANI, A.; FERREIRA, Ignez B.; BARRETO, Frederico F. P. (Orgs). Brasília: Dimensões da Violência Urbana.– Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania*. Brasília: UnB, 2005. p 33 - 56.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, Dissertações, Monografias e Trabalhos Acadêmicos**. Curitiba: UFPR, 2000.

ZARUR, S.B. Vila Planalto: um caso de Resistência Popular. *In: PAVIANI, A. (Org). Brasília: Moradia e Exclusão*. Brasília: UnB, 1996.